Rafael Soares Gonçalves
Andreia Clapp Salvador
Valéria Pereira Bastos

Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social

LETRCAPITAL
PUC RIO
DSS Departamento de Serviço Social
FAPERJ

Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio

Linha de pesquisa 3 - Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social

Esta linha de pesquisa, adotando uma reflexão histórica com perspectiva de intervenção social e ênfase nos aspectos socioambientais, discute e relaciona os temas: meio ambiente, cidade e expressões de movimentos de resistência social. Neste sentido, amplia os horizontes de reflexão sobre a cidade, incorporando os desafios contemporâneos da construção da cidadania, decorrentes das mudanças e continuidades da ordem socioespacial e institucional das metrópoles brasileiras. Com base na percepção de que a mobilização política deve implicar estratégias de resistência social, que sejam capazes de enfrentar a distribuição desigual das ameaças ambientais. Do ponto de vista das formas atuais de resistência social, destacam-se aquelas ligadas às relações raciais. Os trabalhos da linha de pesquisa vêm tratando sistematicamente as atuais formas de resistência social no espaço urbano.

ORGANIZADORES

Rafael Soares Gonçalves
Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS).

Andreia Clapp Salvador
Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do grupo de pesquisa de políticas de ação afirmativa e reconhecimento (GPAAR).

Valéria Pereira Bastos
Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES).

Rafael Soares Gonçalves
Andreia Clapp Salvador
Valéria Pereira Bastos

Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social

LETRA CAPITAL DSS Departamento de Serviço Social FAPERJ

Copyright © 2025 Rafael Soares Gonçalves, Andreia Clapp Salvador e Valéria Pereira Bastos.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

Editor: João Baptista Pinto
Projeto Gráfico: Luiz Guimarães
Capa: Tiago Soares
Imagem: rawpixel.com | Freepik
Revisão: Rita Luppi

CIP- BRASIL. CATALOGAÇÃO- NA- FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Q54
Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social [recurso eletrônico] / organização Rafael Soares Gonçalves, Andreia Clapp Salvador, Valéria Pereira Bastos. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.
Recurso digital ; 9 MB (O social em debate ; 6)

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5252-125-5 (recurso eletrônico)

1. Políticas urbanas. 2. Planejamento urbano. 3. Livros eletrônicos. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Salvador, Andreia Clapp. III. Bastos, Valéria Pereira. IV. Série.

25-96532 CDD: 307.76
CDU: 316.334.56

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Serviço Social
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Cep: 22451-900 - Cx. Postal: 38097
Tel.: +55 21 3527-1001
http://www.ser.puc-rio.br/

Letra Capital Editora
Tels.: 21 3553.2236 | 2215.3781
www.letracapital.com.br

Série O Social em Debate
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

Conselho Gestor

Inez Terezinha Stampa (PUC-Rio)
Valéria Pereira Bastos (PUC-Rio)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-Rio)

Conselho Editorial Científico

Ana Cristina de Souza Vieira (UFPE)
Maria de Fatima Cabral Marques Gomes (UFRJ)
Maria Lúcia Lopes da Silva (UNB)
Vera Maria Ribeiro Nogueira (UCPEL e UFSC)

Livros publicados da Série "O Social em Debate"

O Social em Debate 01
Assistência Social: política e pública, 2016

O Social em Debate 02
Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, 2018

O Social em Debate 03
Destinos (im)prováveis: a formação em Serviço Social
transformando trajetórias, 2018

O Social em Debate 04
Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais
em contextos de pandemia de lutas por direitos humanos, 2021

O Social em Debate 05
Organizações sociais populares: educação e memória
nas periferias, 2022

Apresentação

Rafael Soares Gonçalves
Andreia Clapp Salvador
Valéria Pereira Bastos

Os textos aqui apresentados são recortes de dissertações e teses desenvolvidas na linha de pesquisa 3 – "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social" – do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). As pesquisas foram realizadas no âmbito dos grupos de pesquisa que compõem essa linha. O livro está dividido em três partes e cada seção é composta por três artigos de alunos pós-graduandos de um dos grupos de pesquisa, que compõem a mencionada linha.

O primeiro artigo da coletânea, **Entre traços e textos: as representações das mulheres em charges sobre favelas durante a Primeira República**, de autoria de Mayra Pessôa, é resultado de sua tese de doutorado, que abordou as charges e caricaturas sobre favelas nas revistas ilustradas durante a Primeira República. Como analisa a autora, através do humor muitos debates foram levantados dentro do Rio de Janeiro, e, entre eles estava a questão das habitações populares. A análise das charges nos permite compreender as formas de representação das favelas no período. O artigo se manifesta como uma importante contribuição diante da pouca produção sobre as favelas na Primeira República.

O segundo artigo, de Henrique Mendes dos Santos, intitulado **"Na defesa do meu barracão vou até o inferno": organização dos moradores e luta política na favela Vila do Vintém (1947-1955)**,

pretende apresentar a luta por moradia e uso do solo que envolvia moradores da Vila do Vintém e grileiros de terra entre os anos 1940 e 1955. Através de uma análise de fontes documentais, como periódicos da época e diários oficiais, o artigo busca demonstrar de que maneira os moradores da Vila do Vintém souberam utilizar-se dos instrumentos do Estado para o fortalecimento do direito fundamental à moradia. De maneira bastante habilidosa, os habitantes da Vila do Vintém souberam entender o jogo político que estava por trás da tentativa de despejo da qual foram vítimas. O artigo é fruto de suas pesquisas doutorais, que se manifestaram **inovadoras ao trazer uma reflexão sobre a história de uma favela da Zona Oeste.**

O terceiro artigo da coletânea, **O Protagonismo de Guadalupe nas décadas de 1940, 1950 e 1960 – Das experiências de habitação social ao grupo de "bate bolas"**, de Daniel Albuquerque Rocha, aborda a história do bairro de Guadalupe, refletindo sobre um bairro suburbano com pouca reflexão acadêmica. Localizado na zona norte do Rio de Janeiro, é frequentemente retratado sob o prisma de estereótipos associados à precariedade urbana e à violência. Essa visão reducionista ignora não apenas a complexidade histórica e cultural do bairro, mas também o papel central que ele desempenhou nas políticas de habitação social no Brasil, sobretudo pela concentração de intervenções da Fundação da Casa Popular (FCP). A análise de Guadalupe como microcosmo das políticas urbanas brasileiras revela as tensões entre planejamento estatal e agência comunitária. Guadalupe é um exemplo emblemático de como os subúrbios podem desempenhar um papel central na narrativa urbana, ao mesmo tempo em que desafiam estigmas e invisibilidades históricas.

Já o quarto artigo, intitulado **O campo dos direitos humanos e o reconhecimento da atuação de defensoras lésbicas negras**,

de Daniele Duarte Gomes, explora a questão do reconhecimento/não reconhecimento político e social de grupos historicamente sub-representados, com foco específico nas lésbicas negras no campo dos direitos humanos. Por meio de entrevistas com representantes de organizações que trabalham diretamente na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, a autora investiga como essas organizações compreendem e reconhecem a atuação das lésbicas negras enquanto defensoras de direitos humanos. A pesquisa destaca os limites impostos ao reconhecimento político dessas mulheres, revelando um duplo apagamento: elas frequentemente não são identificadas como defensoras de direitos humanos por outros agentes do campo, e muitas vezes também não se percebem como parte dessa categoria. Esses relatos apontam para as barreiras estruturais e simbólicas que dificultam a visibilidade e o reconhecimento pleno de lésbicas negras como defensoras de direitos humanos por outros agentes do campo ou não se reconhecerem nessa categoria.

Também voltado para o campo do reconhecimento/não reconhecimento, bem como para a luta por direitos, o quinto artigo, **Coletivos de mães: espaços de luta e afeto**, de Juliana Márcia Santos Silva, aborda os coletivos de mães universitárias, que vêm se fortalecendo nos últimos anos. O texto é resultado da pesquisa de doutorado da autora e traz uma análise sobre as formas de atuação desses coletivos no Brasil, que se constituem como uma "nova forma de ativismo". O estudo foca especificamente nos coletivos de mães universitárias, que se tornaram numerosos, especialmente na região Sudeste, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, onde foi realizada a pesquisa. Nesse contexto, a autora entrevistou as principais protagonistas de seis desses coletivos. Cada relato revela a dinâmica real dessas organizações, que se mantêm como espaços de luta por direitos, além de funcionarem como campos de resistência, acolhimento e afeto. O estudo, ao analisar o crescimento e

a atuação dos coletivos de mães universitárias, revela uma organização social em ascensão que não apenas reivindica direitos, mas também promove uma transformação nas relações de poder dentro do ambiente acadêmico, ampliando as possibilidades de participação e integração de grupos historicamente excluídos

No campo das políticas afirmativas e do reconhecimento, o sexto artigo, nomeado **As trajetórias universitárias de ex-alunos bolsistas do Prouni da PUC-Rio: afiliação e estratégias da permanência no Ensino Superior**, de autoria de Júlio Mendes de Assis, analisa a trajetória universitária de ex-estudantes matriculados no Programa Universidade para Todos (PROUNI) entre os anos de 2005 e 2010, no Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. O artigo, que resulta de sua tese de doutorado, traz o perfil desses alunos, os desafios enfrentados para a permanência no ensino superior e as estratégias que utilizaram para superá-los. A análise foca na trajetória de estudantes beneficiados pelas políticas afirmativas, utilizando como base a concepção de "afiliação" de Alain Coulon, que abrange tanto a "afiliação intelectual" quanto a "afiliação institucional". Os relatos dos entrevistados destacam as dificuldades cotidianas enfrentadas por esses alunos na vida universitária, além dos caminhos percorridos para superar tais desafios e revelam tanto as fragilidades do ambiente universitário em acolher plenamente grupos historicamente sub-representados quanto a força e a criatividade desses estudantes na construção de estratégias de resistência e permanência.

Por sua vez, o sétimo artigo é um recorte da dissertação de mestrado defendida em outubro de 2023, intitulado **Inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis em Resende/RJ: a história contada por seus sujeitos**, de autoria de Cristiane Valéria da Silva Barcelo, e tem como foco central analisar o processo de organização de catadores e catadoras no Município de Resende, Rio de Janeiro, a fim de verificar avanços e retrocessos

na implementação da política socioambiental de resíduos sólidos que preceitua a inclusão socioprodutiva desses sujeitos partícipes do processo.

O oitavo artigo é também um recorte da dissertação de mestrado defendida em maio de 2024 que recebe o título de **O Residencial Vale da Mata/Duque de Caxias/RJ e as implicações do trabalho técnico social no processo pós-morar**, de autoria de Alcione de Carvalho Ferreira, que tem como analisar os limites e as possibilidades da execução do Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Faixa 1[1], no Residencial Vale da Mata, no distrito de Xerém – na cidade de Duque de Caxias –, Rio de Janeiro, que foi implementado pela Secretaria Municipal de Habitação de Duque de Caxias, no caso, em especial, desse grupo de moradores que foi incluído no programa após o desastre ambiental de janeiro de 2013, em função de ter desabrigado inúmeras pessoas no município.

Por fim, o último artigo, recorte de uma tese de doutorado defendida em maio de 2024 intitulado **As práticas extensionistas do *campus* da Praia Vermelha da UFRJ, de 1999 a 2009, e seus impactos no contexto comunitário**, de autoria de Telma Fernandes Barrionuevo Gil, que se constituiu a partir do estudo do espaço ocupado pelo histórico *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelas análises qualitativas e quantitativas das práticas extensionistas nele originadas, que tiveram por eixo a identificação de demandas no entorno desse território universitário, de 1999 a 2009. Período em que se realizaram os primeiros Congressos de Extensão dessa universidade, e que, conforme resultados, as atividades alcançaram expressivamente outras regiões da cidade e do Grande Rio. No desenvolvimento da pesquisa a

[1] Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida tinha como critério atender famílias com renda mensal bruta até R$ 2.640,00, de imóveis subsidiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Podendo financiar até 90%. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/faixa-I/Paginas/default.aspx.

autora levou em conta a compreensão de território que considera o conjunto de relações na definição do espaço geográfico, dando relevância ao mapeamento das atividades extensionistas a partir da inserção do território universitário no contexto comunitário, e, com isso, apresentando avanços e retrocessos do alcance das práticas extensionistas universitárias.

Sumário

Parte 1 - LEUS 15

1. Entre traços e textos: as representações das mulheres em charges sobre favelas durante a Primeira República. 16
Mayra Pessôa

2. "Na defesa do meu barracão vou até o inferno": organização dos moradores e luta política na favela Vila do Vintém (1947-1955) 35
Henrique Mendes dos Santos

3. O Protagonismo de Guadalupe nas décadas de 1940, 1950 e 1960 – Das experiências de habitação social ao grupo de "bate bolas" 55
Daniel Albuquerque Rocha

Parte 2 - GPAAR 71

4. O campo dos direitos humanos e o reconhecimento da atuação de defensoras lésbicas negras 72
Daniele Duarte Gomes

5. Coletivos de mães: espaços de luta e afeto 101
Juliana Marcia Santos Silva

6. As trajetórias universitárias de ex-alunos bolsistas do PROUNI da PUC-Rio: afiliação e estratégias da permanência no Ensino Superior 118
Julio Mendes de Assis

PARTE 3 - GRIPES 141

7. Inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis em Resende/RJ: a história contada por seus sujeitos 142
Cristiane Valéria da Silva Barcelo

8. O Residencial Vale da Mata/Duque de Caxias/RJ e as implicações do trabalho técnico social no processo pós-morar..... 158
Alcione de Carvalho Ferreira

9. As práticas extensionistas do *campus* da Praia Vermelha da UFRJ, de 1999 a 2009, e seus impactos no contexto comunitário..... 176
Telma Fernandes Barrionuevo Gil

Parte 1

O Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS) foi fundado em 2009 e, desde então, vem realizando projetos de pesquisa e extensão, promovendo cursos e atuando na formação de alunos de graduação e pós-graduação. O grupo é vinculado ao Departamento de Serviço Social e prioriza uma atuação pluridisciplinar com ênfase em pesquisas históricas sobre a cidade. As pesquisas se voltam para o debate urbano e socioambiental em interface com o direito à cidade, favelas, subúrbios, periferias e políticas de habitação de interesse social. Sublinham-se as atividades voltadas para a memória e História dos espaços urbanos populares do Rio de Janeiro. Ele é composto por pesquisadores, docentes e discentes, de diferentes países e vem implementando um esforço de diálogo com outras realidades latino-americanas.

1. Entre traços e textos: as representações das mulheres em charges sobre favelas durante a Primeira República.

Mayra Pessôa[2]

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro deu continuidade a uma série de transformações urbanas que a deixaram mais próxima do que se esperava da capital de um país e a tornaram uma referência para as demais cidades brasileiras. Os ideais monarquistas perdiam espaço enquanto a República se consolidava, apesar de muitas figuras públicas não serem novidades no cenário político nacional. Alguns problemas persistiam a assolar a cidade, como as doenças, os alagamentos, a habitação popular, etc. Em meio a todas as mudanças vividas, e as que eram almejadas a serem vividas por alguns grupos, a imprensa noticiava, a sua maneira e de acordo com o seu editorial, os progressos e os desafios existentes[3]. Entre essas mídias jornalísticas, algumas das que tinham grande popularidade eram as revistas ilustradas.

As revistas ilustradas voltaram a circular entre os governos de Prudente de Morais e de Campos Sales. Daquelas com caráter mais zombeteiro, ou as mais literárias, tinham como uma das suas principais missões introduzir pensamentos e hábitos considerados

[2] Graduada em História pela a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2015). Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ (2018). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em estudos sobre favelas da cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República. Experiência em pesquisas em arquivos públicos e privados e professora da Educação Básica. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/ PUC-Rio).

[3] Segundo Michel Foucault (2014), não há um discurso neutro, pois tudo o que é dito é selecionado a partir de uma perspectiva e de um posicionamento. Até mesmo o optar por se falar sobre algo ou por não se falar sobre algo é feito a partir de um discurso controlado, selecionado, organizado e redistribuído.

mais modernos. Os comportamentos e os estilos de vida baseados no pensamento higienista e no que existia nas principais capitais europeias, como Paris, eram vendidos em suas principais páginas. E parte desses editoriais, antes das fotografias ganharem cada vez mais espaço, era composto por charges e caricaturas que, por meio do humor, eram capazes de falar da realidade mesmo sem terem a obrigação de trabalhar com a realidade.

> Existem histórias que não foram registradas pela História, mas que a charge conseguiu registrar. Com personagens fictícios e em um mundo de fantasia, que aparentam ser algo totalmente fora do real, esse documento consegue dar conta de uma realidade e do conteúdo de suas possíveis verdades. 'Mas ela é, sobretudo, um documento atípico, porque produz verdade através de personagens que carecem de veracidade, e porque registra a história a partir do que a história, objetivamente, não registra' (Teixeira, 2005, p. 12).

Por intermédio do humor muitos debates foram levantados dentro do Rio de Janeiro, e, entre eles estavam as questões das habitações populares e dos problemas que a falta de habitação popular gerava na cidade, inclusive a questão das habitações populares precárias construídas nas encostas da cidade. Elas estavam na contramão do projeto higienista e do projeto de tirar os pobres do centro da cidade. No início do século XX ainda não recebiam o nome de favela, e apenas o Morro da Providência era chamado assim, mas no decorrer das décadas passaram a ser classificadas dessa forma.

As revistas ilustradas e a venda de um padrão de vida

Muitas das revistas ilustradas produzidas durante a Primeira República eram voltadas para as mulheres. Nelas eram ensinadas receitas, dicas de costura e bordado, moda, beleza e a conduta que deveriam seguir (segundo os valores modernos aderidos na cidade do Rio de Janeiro). Demonstravam o que deveria ou não ser feito no dia a dia e o quanto o espaço doméstico era o espaço feminino. A mulher moderna era representada como aquela que até conseguia desfrutar em certa medida das transformações urbanas presentes

na cidade, e não deixavam de lado uma hierarquia social na qual os homens eram vistos como superiores. Eram verdadeiros manuais dos costumes burgueses destinados à população branca e de classe média e alta, mesmo as revistas ilustradas que não eram direcionadas mais especificamente ao público feminino (Voks, 2012).

O padrão de vida proposto pelas revistas ilustradas estava fora do alcance de boa parte da população. O próprio padrão do que seria a mulher moderna era inviável a toda a população. O espaço doméstico também era destinado às mulheres mais pobres, entretanto, desde a infância, trabalhar também fazia parte de suas obrigações. Fosse em atividades como lavar e passar roupa dentro de suas casas ou em atividades fora de casa, desde muito cedo assumiam tais responsabilidades como um ponto fundamental para sua sobrevivência.

Entre as mulheres mais pobres nem sempre havia casamentos formais. Em alguns casos, como viuvez, abandono ou situação extraconjugal, assumiam o papel de autoridade familiar e principal provedora do lar. Assim, o padrão burguês que colocava o casamento como algo fundamental e a melhor profissão que uma mulher poderia seguir, muitas vezes não era nem uma possibilidade para esse grupo. Esse lugar que colocava a mulher como frágil e necessitada de proteção era dado majoritariamente às mulheres brancas e de classe média e alta.

Raramente uma mulher recebia algum papel de destaque dentro dessa sociedade, e nas charges e caricaturas das revistas ilustradas não era diferente. Entretanto, ao serem analisadas, essas fontes históricas marcam diferenças significativas de gênero, classe e raça.

A presença do *blackface* dentro de algumas formas de humor do século XX

Blackface.

Fonte: PESSÔA ANTAS, 2023.

Segundo Douglas Rodrigues e Janaina Santos (2021), as peças teatrais conhecidas como *minstrel show* que surgiram nos Estados Unidos, no século XIX, inspiradas em uma cantiga afro-americana conhecida como "Jim Crow" e apropriada por pessoas brancas, que se tornou uma forma de zombaria para com as pessoas negras. Iniciaram-se como curtas apresentações entre os espetáculos, mas depois de um tempo deram origem a um espetáculo mais completo.

> Os homens brancos passaram a se apresentarem em shows de menestréis com práticas teatrais em que atores brancos coloriam suas peles com verniz para sapatos, tinta para graxa ou carvão de cortiça, para representarem personagens negros de forma vexatória e exagerada, além de preguiçosos, alcoólatras e analfabetos, estimulando o humor e a zombaria àqueles, uma vez que essas caricaturas adentravam ao

> imaginário americano, reforçando estereótipos (Rodrigues; Santos, 2021, p.143).

Os *minstrels* iniciaram uma prática conhecida como *blackface*, no qual pessoas brancas representavam pessoas negras de forma vexatória e reforçavam as práticas de segregação e dominação presente nos Estados Unidos daquele período. Longe de ser um humor inocente, a cada apresentação havia uma disseminação intencional de racismo. E o *blackface* passou a influenciar um tipo de humor racista em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Esse humor não se reteve apenas ao teatro, mas se espalhou para outros tipos de manifestações artísticas, como as charges e as caricaturas.

Segundo Marissa Gorberg (2022), dentro da estética do *blackface* há algumas características que são postas como das pessoas negras que aparecem em vários trabalhos, como: olhos arregalados e grandes, lábios exageradamente grossos, poses e feições animalescas, em alguns casos luvas brancas, uma moralidade questionável. Outro ponto presente em muitas das representações era a sensualização dos corpos das mulheres negras, que normalmente eram feitos com traços que ressaltavam muitas curvas (em especial das nádegas) e semidesnudos. Esses corpos eram objetificados, ora tratados como algo que gerava desejo, ora como algo que provocava repulsa. Já os corpos dos homens negros recebiam traços animalescos, ridicularizados e grotescos.

O *blackface* também incentivava o questionamento sobre as pessoas negras serem totalmente humanas e se tinham um intelecto realmente desenvolvido, e, para produzir isso, as pessoas eram representadas com traços simiescos. Questionavam se as pessoas negras eram capazes de desenvolver maturidade e que estariam em níveis inferiores dentro de uma escala evolutiva. Assim, eram desenhadas de forma alegre e contente em meio ao caos. Todo esse conjunto de traços disseminava o questionamento se essas pessoas eram qualificadas e aptas a receberem e exercerem uma cidadania plena.

> Dizer que o racismo recreativo é um tipo de política cultural significa reconhecer seu caráter discursivo, implica a necessidade de examinarmos os processos responsáveis pela

> produção das representações derrogatórias sobre minorias raciais. [...] Portanto, pode-se concluir que o blackface enquanto 'racismo recreativo almeja preservar um sistema de representações culturais que legitima a dominação branca por meio da desqualificação sistemática de minorias raciais [...] Nesse sentindo, o racismo recreativo não só operou para a cristalização de estereótipos como para o discurso de ódio corrente que torna o sofrimento de negros algo intensamente desejado para alguns e inteiramente indiferente para muitos (Moreira, 2019, p. 98).

Esse tipo de humor chegou às revistas ilustradas do Rio de Janeiro durante a Primeira República.

A presença de mulheres nas charges sobre favelas durante a Primeira República

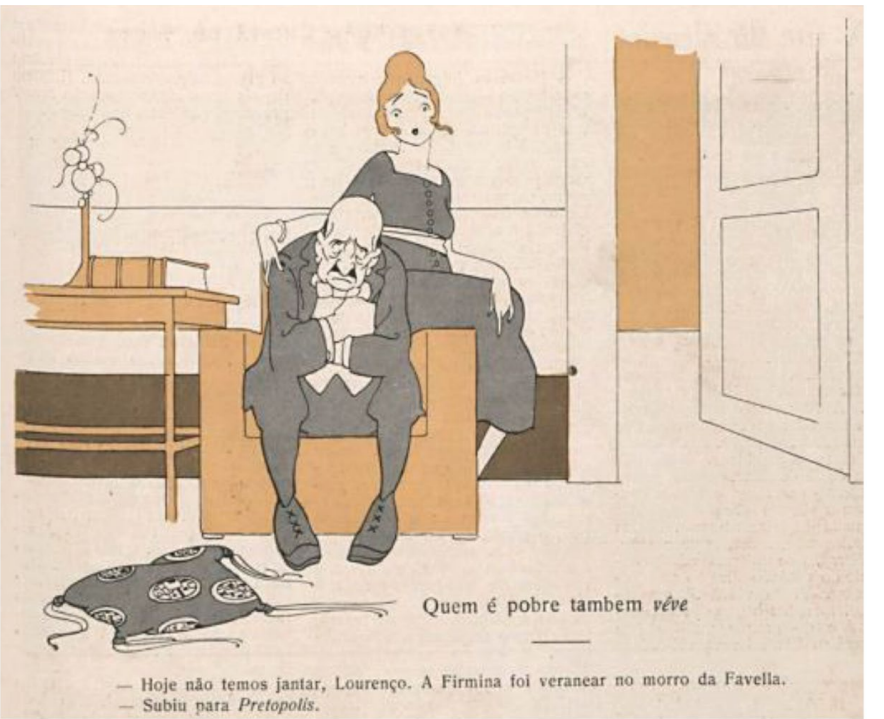
As habitações precárias feitas nas encostas da cidade do Rio de Janeiro e os moradores que nelas viviam não foram as temáticas centrais das charges e das caricaturas das revistas ilustradas, mas perpassaram por algumas edições. Todavia, de dezembro de 1904 a outubro de 1929, entre as revistas ilustradas *Careta*, *D. Quixote*, *Fon Fon*, *O Malho* e *Para Todos*, foram publicadas 149 charges e caricaturas que abordaram alguma temática sobre favelas ou que fazem referência às favelas (Pessôa Antas, 2013). Desse modo, é possível compreender um pouco mais sobre como as pessoas e esses espaços foram pensados, imaginados e representados durante a Primeira República.

Dentro dessa amostra de fontes sobre favelas, é possível observar que em 62 delas (42%) há a representação de mulheres, com 126 mulheres desenhadas, mas em muitas elas não aparecem nem no plano principal e/ou nem recebem algum tipo de fala. Em 21 fontes as mulheres só aparecem para compor o cenário. Em 25 fontes as mulheres ganham algum tipo de fala. Entretanto, mesmo quando em alguns momentos ganham o direito de fala, só podem falar porque estão no espaço privado e indicam ao marido o que consideram necessário que ele trate no espaço público.

> [...] - Para onde?! Para os palácios da Prefeitura e do Cattete? Pois si nem para gente rica há casas que cheguem!... Não seja molenga: vá dizer aos jornais e ao seu Aguiar que nos deixem em paz, já que, a respeito de casas, nos deixaram às moscas...
> (J. Carlos. *O Malho*. Ano VI. Rio de Janeiro. 09 mar. 1907. No Morro da Providência, p. 33).

Mesmo com uma demonstração de estar insatisfeita com a situação e com a falta de posicionamento do marido, ela sabe que o espaço público de apresentar reivindicações dentro daquela sociedade é destinado aos homens e por isso é o marido que deveria resolver tal questão e não ela. Outra observação importante é que o tipo de veste que a mulher usa indica que ela é pobre. O que faz com que seja representada de uma forma mais grosseira. O que não ocorre quando se trata de mulheres consideradas de classe média

e alta. Quando essas mulheres falam, os tons são mais suaves ainda que tenham alguma insatisfação.



"Hoje não temos jantar, Lourenço. A Firmina foi veranear no morro da Favella"
(Artista não identificado. *O Careta*. 03 abr. 1920, p. 27)

Além da questão de classe, a questão racial é bem marcada entre as fontes. Das 126 mulheres representadas, 49 são negras, 49 são brancas e 28 não tem a cor identificada (apesar de em alguns casos ficar subentendido qual seria a cor). Das 25 mulheres que ganham algum tipo de fala, 13 mulheres são brancas, 11 mulheres são negras e uma sem a cor identificada. Essas mulheres, em algumas das fontes, tornam-se a personificação de algo ou de algum lugar.

Mulheres brancas	Mulheres negras	Sem cor identificada
A Baía de Guanabara	A Fome	O Morro da Viúva
A Cidade do Rio de Janeiro	A Miséria	/
A Cidade do Rio de Janeiro	/	/
A Cidade do Rio de Janeiro reformada	/	/
A Cidade do Rio de Janeiro sem reforma	/	/
A Estética	/	/
A Justiça	/	/
A ninfa do mar	/	/
A Prefeitura	/	/
A Zona Rural	/	/

Fonte: Pessôa Antas, 2023. Personificações femininas.

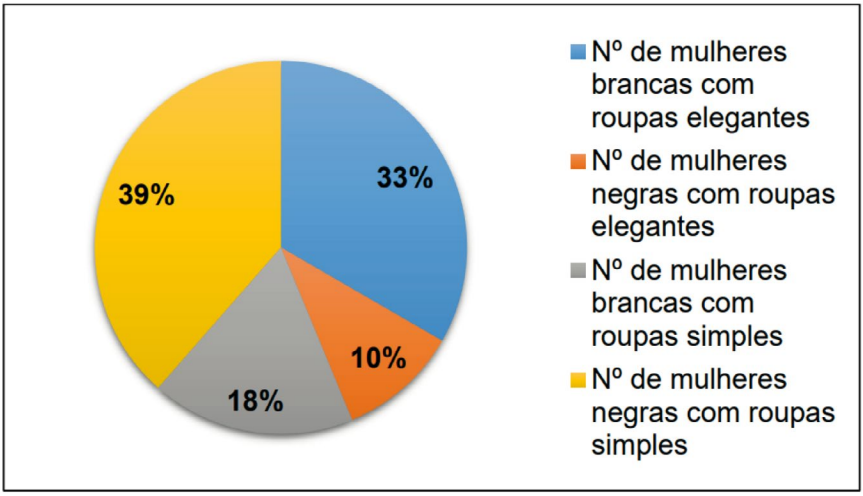
Das 13 personificações femininas, 10 são de mulheres brancas. Com exceção da personificação da cidade do Rio de Janeiro sem reformas, todas as mulheres aparecem bem trajadas. E, mesmo as que passam por algum infortúnio, continuam a manter uma postura de elegância e os ideais esperados de uma mulher moderna. Por outro lado, há apenas duas personificações de mulheres negras, que são feitas de modo pejorativo, já que elas representam a fome e a miséria.

Aryosto. *O Malho*. 18 abr. 1914, p. 33.

Ao ser representada de forma empobrecida e precária, a cidade do Rio de Janeiro passa pelo ideal da mulher branca fragilizada que necessitava ser cuidada e protegida. Contudo, as mulheres negras, ao serem personificadas e representadas, ainda que bem vestidas, não são vistas como frágeis e indefesas, mas trazem o oposto do que se desejava naquele momento para a cidade e algo que as afastava dos ideias de progresso e desenvolvimento presentes em um período que o mundo se reerguia no pós-Primeira Guerra Mundial.

Raul. *D. Quixote*. 08 jan. 1919, p. 10.

Outra diferenciação feita entre essas mulheres está nas vestimentas. As mulheres brancas aparecem com roupas dentro do estilo de vida vendido nas revistas de forma muito mais frequente que as mulheres negras, mesmo quando estão no ambiente doméstico. Entre as mulheres negras, 80% delas são apresentadas com roupas simples que indicam pobreza. Algumas peças se tornam comuns em suas vestimentas, como: o lenço amarrado na cabeça, os tecidos simples e uma modelagem distante do padrão francês, e ou usam sapatos brutos e simples ou são representadas descalças. Quando mulheres brancas são representadas com roupas simples, as vestimentas são próximas das utilizadas pelas mulheres negras. Contudo, raramente são representadas com lenço na cabeça ou descalças.



Fonte: Pessôa Antas, 2013.

Segundo Norbert Elias (2011), as vestes diferenciam as pessoas e os grupos no processo civilizatório. Por isso, optar por caracterizar as pessoas negras de forma majoritária com vestimentas fora dos padrões considerados modernos é uma forma de dizer que não pertencem àqueles espaços e que tudo que for pobre, rural e perigoso (como os malandros) era inferior e não deveria ocupar as áreas consideradas uma vitrine para todo o país.

Na revista *O Careta*, de 27 de outubro de 1928, p. 23, uma mulher negra é apresentada de uma forma mais arrumada, mas, ao mesmo tempo, é sensualizada e chamada de ingrata. Em apenas duas representações as mulheres negras aparecem em seu cotidiano no morro de forma bem vestida, e uma delas chega a ser chamada de "a nobreza do Morro da Favella". Porém, mesmo quando são representadas assim, é possível notar as características usadas pelo *blackface* na escolha dos traços que representam tais mulheres, como pode ser visto abaixo.

Artista não identificado. *O Malho*. 12 abr. 1924, p. 39.
Artista não identificado. *O Malho*. 14 fev. 1924, p. 36.

A forma como os corpos são apresentados e o tipo de sensualidade que transmitem é um outro ponto que gera uma diferenciação racial. Quando mulheres brancas são representadas como a personificação de algo ou como uma mulher em seu cotidiano e há uma sensualidade na representação, essa sensualidade é expressa como algo cheio de elegância e virtude. Entretanto, quando há uma representação com um tom mais sensualizado relacionado a mulheres negras, é marcado como uma sensualidade vulgar e, às vezes, até mesmo repleta de vícios.

Assim, uma sereia com seios descobertos representa a vulnerabilidade e a beleza feminina. Já uma mulher com roupas simples e a buscar água e com uma lata d'água na cabeça seria apenas vulgaridade. O narrador da fonte presente na revista ilustrada *O Malho* (27 jul. 1907) chega a demonstrar a sua insatisfação ao dizer "Mais uma preta decotada... [...] um rosário de calamidades, que podia perfeitamente deixar de se exibir". Em contraposição, é possível observar

na revista ilustrada *Careta* (10 fev. 1903) que uma mulher branca a dançar algo parecido com tango representa uma mulher jovem e moderna que quer apenas se divertir. Em outra fonte, presente na revista *Careta* (27 out. 1928), uma mulher negra é representada de forma mais sensual e chamada de ingrata por ter recusado se relacionar amorosamente com um homem branco, com características portuguesas.

Quando a análise das fontes passa pela questão das classes sociais, as diferenças entre as mulheres mais pobres são reduzidas. Mulheres negras e brancas são representadas com características semelhantes além das roupas, e, principalmente, a realizar as atividades de buscar água e de lavar roupa. A água estava disponível em poucos morros da cidade no início do século XX e, por isso, buscar água nas bicas e chafarizes da cidade era algo que fazia parte da rotina dessa população. Nesses locais onde a população ia buscar água, a presença de lavadeiras também era comum, já que era um dos trabalhos informais bem populares dentro desse grupo de mulheres. Assim, foi possível encontrar essa representação em várias fontes, como pode ser observado a seguir.

Fonte: Pessôa Antas, 2013.

As fontes também indicam a presença de uma outra questão entre as moradoras dos morros: a violência doméstica como algo normalizado. Em um diálogo que aparece na revista *O Careta*, de 1927, uma mulher chega a demonstrar surpresa por ter sido bem tratada pelo marido.

– Meu marido chegou hontem tão embriagado que não me reconheceu!
– Porque a senhora diz isso?
– Ora; ele me beijou e me abraçou tanto...
(*O Careta*. Ano XX. Rio de Janeiro. 10 set 1927. p. 27. Ed. 1003).

Em outra fonte, também da revista *O Careta*, é possível observar a existência de uma aprovação social relacionada à violência doméstica, já que alguns homens falam com naturalidade sobre o assunto.

> – Agora aquerdito que o "Trinta e Nove" gosta mesmo da Remunda Quebra-Quebra.
> – ??
> – Honte ele já deu dois socco nos óio dela...
> (*O Careta*. Ano XXII. Rio de Janeiro. 15 jun. 1929. Cupido na Favella. p. 35. Ed. 1.095).

Não apenas da mulher, mas ao falar da violência como uma prática comum e rotineira dentro dos relacionamentos das pessoas que viviam nos morros, os estereótipos de que os moradores dos morros eram violentos, cheio de vícios e sem civilidade eram reforçados. Aliados às frequentes notícias que saiam nas páginas policias do período, colaborava com a consolidação de um imaginário sobre quem eram os moradores desses lugares.

Considerações finais

Segundo Marissa Gorberg (2022), a forma pejorativa e satírica como as pessoas negras eram representadas eram normalizadas por ser um humor feito por e para pessoas brancas. E, segundo Marcolino G. Oliveira Neto (2015), o humor pode ser uma forma de reforçar as ideias de superioridade branca e tornar o negro como subalterno, por meio de tornar o padrão branco e burguês como o ideal a ser alcançado. Assim, nas produções humorísticas teria uma exaltação do que era mais próximo de ser um homem branco e uma negação do que é ser um homem negro. Além disso, em um período tão próximo da abolição da escravidão, o discurso higienista conseguia disfarçar alguns discursos escravagistas e algumas formas de dominação ao colocar as pessoas negras como fora dos padrões físicos, sociais e culturais almejados e, por isso, fora dos padrões adequados e aceitáveis que deveriam nortear a sociedade.

É possível notar, ao observar as fontes usadas neste trabalho que, apesar das mulheres serem tratadas como indivíduos que têm um papel secundário dentro dessa sociedade, a classe e o grupo étnico geravam subcategorias entre as mulheres. A mulher branca e de classe média e alta é considerada o padrão de modernidade, aceita em mais ambientes e tratada como uma pessoa para ser bem cuidada e protegida. Já as mulheres negras, ainda que seguissem a cartilha de moda e conduta do que se esperava de uma mulher moderna, ainda assim, não eram bem vistas e nem aceitas. Entre as diferenciações por classe, às mulheres de classe média eram reservados mais os espaços privados, e trabalhar não era visto como uma opção aceitável. Entre as mulheres mais pobres, trabalhar não era uma opção, mas algo posto desde a infância como uma questão de sobrevivência.

Referências

BURKE, P. *Testemunha ocular*: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Unesp, 2017.

CARDÃO, M. O *blackface* em Portugal: breve história do humor racista. *Vista*, n. 6, p. 121-142, 2020. (In)Visibilidades: imagem e racismo. DOI: 10.21814/vista.3063.

ECO, U. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ELIAS, N. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. V. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERREIRA, J. (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais*: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2017.

FONSECA, J. da. *Caricatura*: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural do Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARRONI, E. *Projeto de Semiótica*. Lisboa: Edições 70, 1972.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GORBERG, M. Entre a negrofilia e a negrofobia: caricaturas dos anos 1920 em perspectiva transnacional. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 89, p. 61-92, jan./abr. 2022.

IPANEMA, R. M. *Arte da imagem impressa*: a construção da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX. 2007. 252 p. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso*: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1993.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, R. C. *A "aldeia do mal"*: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. 2004. 270 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

MAUAD, A. M. S. A. *Sob o signo da imagem*: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990.

MOREIRA, A. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

NETO, M. G. O. Entre o grotesco e o risível: o lugar da mulher negra na história em quadrinhos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 65-85, jan./abr. 2015.

OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas*: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PESSÔA ANTAS, Mayra Cristine. *Que tal os da favela?*: a construção da noção de favela a partir do humor na Primeira República. 2023. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

RODRIGUES, D. L.; SANTOS, J. J. O racismo recreativo: uma análise discursiva do *blackface*. *Língu@ Nostr@*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 133-150, jul./dez. 2021.

SILVA, L. F. P. *O povo no imaginário dos letrados*: as representações dos setores populares nas páginas da revista *O Malho* (1904-1908). 2014. 203 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, 2014.

TEIXEIRA, L. G. S. *O traço como texto*: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, L. G. S. *Sentidos do humor, trapaças da razão*: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VOKS, D. J. As representações sociais sobre as mulheres na revista *O Careta* (1910-1920): entre a mulher ideal e a independente. *Temporalidades*, Belo Horizonte/MG, v. 4, n. 1, ed. 07, jan./jul. 2012.

2. "Na defesa do meu barracão vou até o inferno": organização dos moradores e luta política na favela Vila do Vintém (1947-1955)

Henrique Mendes dos Santos[4]

Introdução

A Vila do Vintém é uma importante favela situada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel na zona oeste carioca. Seu crescimento exponencial ocorreu durante os anos 1940 quando a região que margeia as estações de trem nesses bairros começou a ser ocupada. Contribuiu para isso o contexto de expansão da cidade que, na ocasião, se manifestava pela eletrificação da linha férrea e a abertura da Avenida Brasil[5] como elementos que colaboraram para o processo de industrialização e urbanização da região.

O Censo produzido pelo IBGE em 2022 aponta que a Vila do Vintém conta atualmente com 14.140 habitantes, confirmando essa favela como uma das mais importantes do Rio de Janeiro. Todavia, apesar de nos dias atuais a "Vintém" apresentar-se como consolidada no espaço urbano, é preciso lembrar que houve por parte dos seus moradores uma incessante luta por moradia durante duas décadas, mais precisamente nos anos 1940 e 1950, quando essa favela esteve ameaçada de despejo por parte da municipalidade.

O contexto da época mostra que as favelas haviam conquistado certo destaque no debate público, sobretudo porque o então

[4] Graduado em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco (2004). Mestre e doutor em Serviço Social pela PUC-Rio. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos (LEUS) da PUC-RIO, tendo como foco principal os estudos urbanos que abordam as temáticas do Direito à Cidade, formação das favelas periféricas e subúrbios do Rio de Janeiro. Professor do curso de Serviço Social da Universidade de Vassouras (*campus* Maricá).

[5] A linha férrea foi eletrificada em 1937; já a Avenida Brasil foi construída e inaugurada entre 1939 e 1946 respectivamente, segundo Moraes (2023).

Distrito Federal capitaneava as discussões sobre o futuro do país; logo, a questão habitacional conquistava caráter de centralidade. A agenda pública envolvendo essa política trazia também o debate sobre as favelas, consideradas por muitos como "chagas" que deveriam ser erradicadas do tecido urbano. Ao mesmo tempo, moradores de diferentes favelas, incluindo a Vila do Vintém, souberam se organizar e aproveitaram da institucionalidade para fazer valer os seus direitos.

Sobretudo na região que hoje é denominada como zona oeste, mas que na ocasião ainda era definida como área rural e conhecida sob a alcunha de "sertão carioca"[6], houve uma série de conflitos de origem fundiária, que colocavam, de um lado, favelados, e de outro, grileiros de terra. Esses conflitos, de ordem, por vezes, bastante violenta, são um pano de fundo importante para entendermos parte da história da Vila do Vintém.

Dessa forma, este artigo pretende apresentar a luta por moradia e uso do solo que envolvia, por um lado, os moradores da Vila do Vintém e, por outro lado, grileiros de terra entre os anos 1940 e 1955. Por meio de uma análise de fontes documentais, como periódicos da época e diários oficiais, buscaremos demonstrar de que maneira os moradores da Vila do Vintém souberam utilizar-se dos instrumentos do Estado para o fortalecimento do direito fundamental à moradia. Entendemos que o trabalho aqui apresentado pode auxiliar na compreensão do processo de nascimento e expansão dessa favela, bem como do próprio contexto político que envolvia os moradores de favelas na época, uma vez que a luta dos moradores do espaço aqui investigado se articulava com as movimentações políticas de outras favelas e movimentos sociais que tomavam vulto naquele contexto histórico[7].

[6] Região que abrange os bairros de Deodoro a Santa Cruz e também o bairro de Jacarepaguá. A então zona rural da cidade ganha esse nome a partir de uma série de artigos escritos por Magalhães Corrêa para o jornal *Correio da Manhã*, entre 1931 e 1932, nos quais o naturalista desenvolve uma série de estudos sobre o local.

[7] As reflexões aqui propostas são advindas da tese de doutorado do autor, intitulada "Terra que não vale um Vintém? Luta por moradia, formação e expansão da favela Vila do Vintém (1943-1965)", apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

1. A grilagem de terra no antigo sertão carioca: uso do solo e moradia em questão

A zona oeste carioca, até hoje, é palco de conflitos que envolvem o uso e a ocupação do solo. Tais conflitos se associam à atuação de grileiros de terra e, geralmente, têm desdobramentos de ordem bastante violenta, sendo considerados a tônica quando se aborda a região. A luta pela terra na localidade não é recente. Último eixo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a zona oeste, historicamente, tem nessa disputa uma de suas características principais, fato que auxilia na compreensão da formação desse espaço e das transformações pelas quais iria passar ao longo de diferentes décadas.

Santos (2012) afirma que, diferentemente da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que se expandiu a passos lentos, de lote em lote, incorporando os distritos do Méier, Inhaúma e Irajá à zona urbana, a integração do sertão carioca se deu a partir da construção de loteamentos, verdadeiros bairros, o que ocorreu paralelamente à estocagem de enormes terras para fins especulativos. O autor afirma, inclusive, que esses loteamentos estavam pouco dispostos a dividir espaços com antigas lavouras.

No caso específico da região que envolve os atuais bairros de Realengo, Padre Miguel e Bangu, compreendemos que o processo de grilagem, dado o avanço da indústria e a urbanização inicial dessas localidades, acelerou a ocupação daquele espaço urbano, antecipando as lutas por moradia que aconteceriam nos distritos de Campo Grande e Santa Cruz.

É fato que, até os dias de hoje, a zona oeste ainda apresenta, em sua paisagem, um certo ar de ruralidade e que determinados bairros da região mantêm um aspecto que remonta aos idos tempos quando a região ainda era produtora principal dos alimentos que iriam abastecer as zonas sul e central da cidade. Entretanto, o processo de urbanização foi agregando, aos poucos, uma mudança no perfil dos habitantes, mais ligados ao desenvolvimento industrial e às transformações pelas quais a cidade passava.

Santos e Dória (2013) assinalam que a atual zona oeste concentra, até os dias de hoje, o maior número de ações envolvendo litígio de terras no Estado do Rio de Janeiro, havendo casos de grilagem e

indefinição da titularidade de terrenos que, ainda hoje, estão longe de serem elucidados. Essa disputa envolveria uma ampla gama de atores, como associação de moradores, movimentos sociais, secretarias de administração, empresas do ramo financeiro, imobiliário, da construção civil, além das forças policiais.

Não podemos deixar de considerar que o uso e a apropriação do solo envolvem questões bastante particulares da formação social brasileira, uma vez que é possível, a partir da análise de sua ocupação em uma cidade como o Rio de Janeiro, compreender uma série de questões que representam bem a forma como a própria nação foi sendo construída. Elementos como a espoliação e utilização patrimonialista do Estado, no caso específico do Brasil, são questões que aparecem ao lidarmos com o tema, mas há também uma relação com aquilo que é o universal, ou seja, com a forma como a terra é pensada como mercadoria, fato que implicaria no desenvolvimento das cidades da periferia, sobretudo quando temos como foco de análise a região do sertão carioca.

Lefebvre (1972) aponta, em tom de crítica, que o solo, nas relações capitalistas, não é regulado racionalmente, sendo amarrado à ideia de propriedade, ainda segundo as palavras do autor:

> A razão está sobretudo na subordinação do solo ao mercado, que faz da terra um bem comercializável, dependente do valor de troca e da especulação e não do uso e valor de uso. O cordão umbilical que transportava a seiva e o sangue do organismo materno original para a progenitura, a comunidade dos seres humanos, transformou-se em corda, em atilho seco e rígido que entrava o desenvolvimento dessa comunidade. É o entrave por excelência (Lefebvre, 1972, p. 152).

De acordo com o autor francês, outro ponto que envolve a utilização do solo e merece análise é que a não realização da reforma agrária trouxe elementos deletérios para diferentes países. De acordo com Lefebvre (1972, p. 156), "a reforma agrária não aflorou sequer em continentes imensos como a África e a América. Os grandes domínios (latifúndios) exercem uma influência que contribui para o caos político em que se debatem estes países".

No modo de produção capitalista, segundo Costa (2014), a questão determinante na espacialização urbana, isto é, na produção do ambiente construído, é o acesso à terra. Uma alta taxa de apropriação da renda pelos proprietários da terra eleva o custo de vida para a força de trabalho. Há, portanto, uma luta pela terra que envolve trabalhadores e classe dominante, sendo que, para os últimos, é sempre válido lutar contra qualquer ideia que tenha como mote a função social da propriedade. Ao vislumbrar a apropriação do solo como valor de uso, os favelados entram em rota de colisão com grileiros e o próprio Estado. A criação das favelas é, de certa forma, uma resposta que os trabalhadores dão à forma de mercadoria que o solo adquire na sociabilidade capitalista, sobretudo quando tratamos de um país situado na periferia do sistema.

A prática da grilagem de terras, por sua vez, procura o uso do solo como forma de enriquecimento, sobretudo pela forma de mercadoria que adquire, bem como a possibilidade de construção de habitações como forma de obtenção de lucro, sobretudo junto a segmentos da classe trabalhadora que vislumbram nesse bem uma possibilidade de subsistência. Em todo caso, a questão do uso do solo no antigo sertão carioca começou a ganhar tal proeminência que se transformou em destaque em diferentes órgãos, tanto da imprensa quanto do Judiciário.

A antiga zona rural da cidade seria palco de um conflito que envolveria agricultores, posseiros/favelados e os grileiros[8]. Vale lembrar que, até os anos 1960, a produção agrícola da região ainda era responsável por abastecer boa parte da cidade, o que ensejava muita preocupação com o destino das terras. Assim, a invasão por grileiros expulsava, lentamente, os agricultores e moradores de favelas, tendo como efeito a criação de projetos de desapropriação, por parte de vereadores, para proteger a produção rural, ou mesmo para manter sua base política[9].

Nesse bojo se encontrava a Vila do Vintém, em proeminência desde os anos 1940; a favela em questão seria palco de uma impor-

[8] Ver os trabalhos de Santos (2007; 2011).

[9] É o caso do Projeto de Lei apresentado por Miécimo da Silva (PSP) em 21 de maio de 1951, que desapropriou as terras da antiga Fazenda Santa Cruz, visando combater a ação dos grileiros. Câmara dos Vereadores, 1951, p. 1017.

tante luta por moradia e uso do solo que iria opor favelados, de um lado, e grileiros de terra, de outro. As estratégias utilizadas pelos moradores no sentido de fazer valer os seus direitos, o que envolveria diferentes frentes de batalha como o Legislativo e o Judiciário, é o tema ao qual nos dedicaremos a explorar no próximo item.

2. Grileiros x moradores da Vila do Vintém: luta política e estratégias dos moradores

"Em defesa do meu barracão vou até o inferno!", bradava a reportagem do jornal *Imprensa Popular*, publicada em 28 de junho de 1955[10]. A moradora da Vila do Vintém Palmira Rodrigues apresentava ao jornalista documentos que confirmavam a posse do terreno onde vivia. O caso dessa moradora era um claro exemplo de como havia uma relação turbulenta que envolvia os moradores da Vila do Vintém, os órgãos da municipalidade e os grileiros de terra. A batalha entre os diversos personagens teria início nos anos 1940, rompendo a década de 1950, e, tal qual um folhetim, teria uma série de reviravoltas que acabou por construir a história dessa localidade.

O início desse enredo ocorreu ainda nos anos 1940 quando a área na qual está situada a Vila do Vintém começou a ser ocupada de forma mais densa. Além da eletrificação da linha férrea e a abertura da Avenida Brasil, concorreu para esse fato um outro elemento: a construção do conjunto do IAPI no bairro de Realengo[11]. O conjunto, cujas primeiras instalações foram entregues em 1943, é aspecto fundamental para compreendermos a expansão da cidade para a antiga zona rural e a consequente valorização da região.

Não é possível afirmar com certeza quando a Vila do Vintém nasceu de fato e se sempre foi considerada uma favela, entretanto alguns documentos oficiais auxiliam a compreender o seu processo de nascimento e expansão. Nos anos 1930, a Rua Belisário de Sousa, principal rua da localidade, além de figurar como local da venda de terrenos nos classificados, também aparecia na estatística predial

[10] P. 8.

[11] Sobre a construção do conjunto do IAPI em Realengo, recomendamos os trabalhos de Aravecchia-Bottas (2011) e Bonduki (2013).

de 1933 (Departamento de Estatística e Publicidade, 1935) com 60 construções, sendo 26 apontadas como casebres de madeira.

Já o Censo de Favelas produzido em 1949 detalha que a Vila do Vintém aparecia como uma favela que tinha 949 construções residenciais, 10 comerciais, 10 de uso misto (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 22). Dois anos depois, o Censo Nacional de 1950 assinalava que viviam na Vila do Vintém 5.938 pessoas (IBGE, 1953, p. 40). Tais números demonstram que a favela, já nos anos 1940, despontava como espaço que paulatinamente ganhava relevância na cidade, mesmo diante dos holofotes da região central e zona sul, que mereciam a devida atenção dos poderes públicos e órgãos de imprensa.

Não demorou para que surgissem diversos interessados no terreno onde hoje está situada a Vila do Vintém. O final dos anos 1940 apresentou a ação de uma construtora intitulada Casa Popular Ltda. como uma pretensa proprietária do solo no qual hoje se encontra essa favela. Surgem nos periódicos da época anúncios de venda de casas por parte dessa construtora em duas das principais ruas da Vila do Vintém: a Rua Belisário de Souza e a Rua Lomas Valentinas. A propaganda aproveitava o contexto de crescimento do bairro de Realengo e sinalizava o empreendimento enquanto grande oportunidade de moradia para os futuros proprietários.

Um exemplo é a propaganda veiculada no periódico *Diário de Notícias*[12], que apresentou mais detalhadamente a venda de casas na Vila do Vintém, destaque dado para associados dos institutos, caixas, militares da FAB, FEB[13] e Marinha. Parece-nos interessante observar que o anúncio das construções da Casa Popular ocorreu no mesmo período de crescimento da Vila do Vintém, o que coloca, claramente, o terreno onde se encontra a favela como objeto de importante disputa. Outro ponto que nos chama atenção é para o próprio nome da construtora, uma vez que havia uma Fundação[14]

[12] 11 de novembro de 1947, p. 3.

[13] Força Aérea Brasileira e Força Expedicionária Brasileira.

[14] Tratava-se da Fundação da Casa Popular, responsável pela construção de conjuntos habitacionais no bairro de Guadalupe, zona norte do Rio de Janeiro. A atuação da fundação estatal ocorreu no mesmo período de venda das casas na Vila do Vintém. Sobre a Fundação e o bairro de Guadalupe, recomendamos o trabalho de Rocha (2022).

que também utilizava a mesma nomenclatura, o que pode ter se configurado como estratégia para vender as casas.

Figura 1: Propaganda da Construtora da Casa Popular.

Fonte: *Diário de Notícias* – 1947.

Não demorou para que houvesse uma disputa que envolveria os moradores da Vila do Vintém e a construtora que se dizia dona dos terrenos. O primeiro palco da luta que iria opor grileiros e favelados seria os tribunais, o que levou os moradores dessa favela a tomar providências imediatas para evitar um possível despejo.

O periódico *Correio da Manhã*[15] mostra uma ação relevante dos favelados, que entraram com um mandado de segurança contra a Prefeitura do Distrito Federal. Segundo a matéria:

> O Sr. João Marques de Almeida e mais 30 componentes da sociedade pró-melhoramentos da Vila do Vintém, favela de Moça Bonita-Realengo, requereram ao Judiciário mandado de segurança contra a Prefeitura, alegando que um engenheiro dessa repartição, acompanhado de um colega seu da Fundação da Casa Popular e de vários operários haviam mandado

[15] *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1948, p. 2.

> derrubar vários barracos daquela Vila, no que os impetrantes afirmam ser ilegal (...) Pretendem os impetrantes com a medida, cujos autos foram distribuídos à 2ª Vara da Fazenda Pública, sustar qualquer atos idênticos em questão.

Sete anos depois, mais precisamente em julho do ano de 1955, o Judiciário voltou a ser acionado. O jornal *Luta Democrática* reportou que foi expedido um mandado de despejo contra os moradores da Vila do Vintém e a favor da construtora pela 5ª Vara Cível[16], o que colocou em risco milhares de moradores da favela. O tema mobilizou a imprensa, o Parlamento e, novamente, os moradores da Vila do Vintém, uma vez que a expulsão do local em que viviam estava próxima. Cabe, a título de registro, ressaltar um trecho da sentença publicada anos mais tarde, em matéria do jornal *Tribuna da Imprensa*, em 15 de janeiro de 1960, na página 5. O juiz da 5ª Vara Cível notificou os favelados da seguinte maneira:

> Notificamos os ocupantes do terreno em litígio, conforme planta e fls 64 [do processo], e bem assim a todos os demais que ali, posteriormente ao interdito, sorrateiramente ali se instalaram, como medida preliminar de execução, Código do Processo Civil artigos 885, item I 887, 993, 998 e 999. De fato, tratando-se de intrusos que poderão promover a título de escândalo e propaganda subversiva, situações capazes de convulsionar a justiça, etc.

A contribuição gramsciana para pensarmos o direito é fundamental para entendermos a tentativa de expulsão dos moradores da "Vintém" de suas casas. Segundo Gramsci (2011), há uma suposição de que o direito seria uma expressão geral de toda a sociedade, logo o ordenamento jurídico teria uma função máxima que seria a de que todos os cidadãos deveriam aceitar livremente o conformismo. Ao abordar o terreno das leis, sob a égide liberal burguesa, Antônio Gramsci avalia que:

> O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres antissociais por natureza ou deficientes

[16] Luta democrática, 10 de julho de 1955, p.6.

> mentais), mas a classe dirigente, que impõe, a toda sociedade normas de conduta que estão mais ligadas a sua razão de ser e ao seu desenvolvimento (Gramsci, 2013, p. 249).

Não é de se estranhar, portanto, que os moradores da Vila do Vintém sejam citados nos autos do processo de maneira pouco honrosa. Ao tentar fazer valer os seus direitos, colocando em xeque fundamentos da propriedade do solo e reafirmando uma favela enquanto forma legítima de moradia, há a criação de um importante fato político que, a depender da correlação de forças e das articulações realizadas pelos favelados, poderia garantir sucesso no pleito de permanência na localidade, possibilidade que iria de encontro ao conjunto de normas estabelecidas.

Já o jornal *Imprensa Popular*[17] apresentou uma reportagem cujo título era "O Dono da Vila do Vintém, se existe, é a Prefeitura". Nela consta que o proprietário da Construtora Casa Popular havia conseguido um mandado de notificação do juízo da 5ª Vara Cível no qual os favelados tinham duas opções: ou comprar os terrenos ou se mudar do local. A matéria também mostra que a notificação citava, nominalmente, 20 pessoas, mas que não estabelecia os limites da área que deveria ser desocupada. De acordo com o periódico:

> Esta área abrange as Ruas Lomas Valentinas, Belisário de Sousa e Mesquita. E ali não existem apenas duas dezenas de barracos e sim o aglomerado onde moram centenas de favelados. Basta dizer que numa planta arranjada pelo grileiro foi feito um levantamento de quase 100 lotes, os quais estão sendo impugnados ao preço mínimo de 60 mil cruzeiros. Isso quer dizer que o grileiro Pires ampliou os seus pretensos domínios por sua conta e risco (*Imprensa Popular*, 1955, p. 12).

[17] Jornal carioca diário criado em 1948 e fechado em 1958, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com o fechamento do jornal *Tribuna Popular* em dezembro de 1947 (ano da cassação do registro do PCB), tornou-se necessário criar um órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro, ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com esse objetivo, no decorrer do ano de 1948, foi fundada a *Imprensa Popular*. Encerra sua circulação no ano de 1957 devido a cisões internas no PCB. Fonte: FGV/CPDOC.

Novamente, a *Imprensa Popular*, em matéria publicada em 28 de junho de 1955, em sua página 8, noticiou, por exemplo, importante ação dos moradores da Vila do Vintém. Nota-se, a partir da realização de uma assembleia encabeçada pela Associação Pró-Melhoramentos, a articulação dos moradores da Vila do Vintém com organizações como a UTF[18] e deputados da bancada comunista com a intenção de fazer valer os seus direitos. Vale breve reprodução da matéria:

> Acompanhamos a assembleia dos favelados, anteontem. Perto de 1.000 pessoas espalhavam-se na Rua Lomas Valentinas, pois a sede da associação estava inteiramente lotada. Só o livro de presença registrou quase 200 assinaturas. Um serviço de autofalantes transmitia o desenrolar dos trabalhos que eram presididos pelo Sr. Vicente Correia da Silva da comissão dos favelados. Estiveram presentes ao ato o Sr. José Maria Paula, advogado da União dos Trabalhadores Favelados, Sr. Amauri Ribeiro, representante do MNPT, e o vereador Valdemar Vianna. Em suas intervenções os moradores firmaram posição em não arredar pé dos seus barracos.

É fundamental ressaltar que da mesma forma como ocorrera em 1948 um importante acesso ao sistema judiciário por parte dos moradores, que essa estratégia se repetiu ao longo dos anos 1950. O intuito dessa vez seria o de, pelo menos, postergar o despejo que continuava iminente. Além do flanco do judiciário, o parlamento também seria utilizado como arena de batalha por parte dos moradores da Vila do Vintém; nesse caso, apoios importantes foram costurados com lideranças parlamentares visando a permanência dos moradores no local em que viviam.

Também é interessante apontar que os anos 1950 marcaram uma série de disputas judiciais envolvendo diversas favelas. As políticas residuais em torno da questão da moradia favoreceram que, em diversos pontos da cidade, a questão do uso e da ocupação do solo fosse resolvida a partir de uma condução que podemos chamar de duvidosa por parte do poder público, havendo uma judicialização da questão da moradia em termos excessivos, o que traria problemas para a municipalidade, uma vez que ela também arcaria

[18] União dos Trabalhadores Favelados.

com o ônus político de decisões que pudessem prejudicar os moradores de favelas.

Resultado disso foi a chamada "indústria da desapropriação". Gonçalves (2013) afirma que, por muitas vezes, utilizando recursos bastante violentos, os grileiros acabavam por expulsar os moradores de favelas de seus locais de moradia, ou impediam que acessassem serviços públicos, sendo um dos exemplos o corte de bicas d'água em algumas favelas. Os conflitos fundiários acabavam, segundo o autor, indo parar na Justiça, onde havia uma resposta dos favelados. Nesse caso e conforme já demonstrado em nossas reflexões envolvendo a Vila do Vintém, os favelados provaram ter um bom conhecimento do sistema jurídico que tratava do acesso ao solo no Rio de Janeiro, fato que fez com que processos se arrastassem por anos. Por sua vez, por parte do poder público, esperar o desenlace dos conflitos em favor dos grileiros também poderia ser compreendido como uma estratégia para manter padrões urbanísticos que excluíssem a população favelada do direito à cidade, Oliveira e Pandolfi, por exemplo, (2019, p. 224) afirmam que "essa indústria da desapropriação contava com a boa vontade das autoridades públicas em seu projeto de 'desfavelar' e 'embelezar' a cidade maravilhosa".

Outro elemento que advém desse contexto bastante conflituoso é a chamada Lei das Favelas, promulgada em 1956. Os litígios, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, acabaram por promover as favelas ao *status* de questão sociopolítica da cidade e, até mesmo, do país, visto que a problemática ultrapassava os limites da municipalidade e acabava por se apresentar como algo que deveria ser debatido em todo o território nacional. Os debates sobre as favelas acabaram por ganhar a Câmara dos Deputados. Constituiu-se em algo muito discutido por parlamentares ao longo de 1955 e 1956 (Gonçalves, 2013), e a lei acabou sendo produzida em decorrência desse contexto[19].

[19] É preciso especialmente chamar a atenção para dois artigos da Lei n. 2.875 que foram pensados para beneficiar os favelados, mas que, posteriormente, foram utilizados contra eles, sobretudo nos anos 1960, dada a ambiguidade do texto. O artigo 5º estabelecia que "durante o prazo de dois anos, a contar da data de publicação desta lei, não será executado nenhum despejo contra moradores de favelas do Distrito Federal". Já o artigo 6 estipulava que "é assegurado aos moradores de favelas a permanência em suas habitações, no caso de não serem beneficiadas com os créditos especiais de que trata a presente lei". A questão que se coloca é que essa lei acabou por proporcionar,

Sobre isso, Gonçalves (2013, p.192) escreveu que a lei "(...) acabou tornando a ocupação dos favelados ainda mais precária e provisória"; já Cunha (2018, p. 142) demonstra que:

> No entanto, não foi uma preocupação da lei criar uma alternativa juridicamente coerente para tratar de uma questão que levava à reflexão sobre problemas mais complexos do que a simples mudança física de moradia, mas todo um contexto de convivência, afetividade entre as pessoas e o local, além de uma interferência nos costumes dos mesmos (...).

O Legislativo torna-se outra arena da batalha, que incluía os favelados, possíveis grileiros e o Estado. Entre 1947 e 1954 foram produzidos cerca de 23 projetos de lei e mensagens cujo interesse recaía na questão das favelas. A CPI das favelas[20] é, portanto, fruto dessas mobilizações, tendo como objetivo investigar os despejos e discutir as disputas pela posse dos terrenos nas favelas cariocas (Oliveira; Pandolfi, 2019; Oliveira, 2021).

Como decorrência desse quadro foi instaurada, em 22 de março de 1955[21], a CPI cujo nome oficial era Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a legitimidade dos títulos de propriedade dos morros em que se acham instaladas as favelas do Distrito Federal, se constituindo, portanto, em resposta a dezenas de processos que tramitavam na Justiça. A luta política dos favelados tornou-se foco da preocupação por parte dos parlamentares. A possibilidade de um conflito de maiores proporções preocupava sobremaneira representações de diferentes espectros. Logo, a força política desse segmento é um dos elementos que, ao nosso ver, levaram à instalação da CPI como uma

nos anos 1960 e 1970, que houvesse remoções em massa de favelados, a partir desse último item, uma vez que bastava alguma previsibilidade de deslocamento deles para algum conjunto habitacional em determinada área da cidade para que as remoções ocorressem seguindo o rito jurídico.

[20] Buscamos, através de requerimentos junto à ALERJ, acesso às atas e aos relatórios produzidos pela CPI, entretanto, não foram encontrados documentos referentes a essa comissão. Os discursos parlamentares, sobretudo aqueles proferidos pelo presidente da CPI das favelas, nos dão indícios importantes sobre como foi desenvolvido o trabalho dos parlamentares.

[21] Câmara dos Deputados, 1955, p. 9.

possibilidade de saída negociada com os moradores de diferentes favelas. Julgamos aqui ser importante reproduzir alguns elementos da justificativa para a sua instalação:

> Recentes decisões judiciais têm trazido sobressaltos à população dos morros cariocas, em cujas favelas se refugiam cerca de quinhentas mil pessoas, em condições precaríssimas de higiene e segurança. Problemas de toda sorte e da maior gravidade se multiplicam e se acumulam, desafiando o legislador interessado em cumprir fielmente o mandato que o povo lhe outorgou. Constituindo, como é notório, a favela carioca, um desrespeito à dignidade da pessoa humana, é natural que se torne, como vai acontecendo, um foco permanente de descontentamento e de agitação social (Anais da Câmara dos Deputados, 1955, p. 9).

A CPI acabou sendo utilizada por moradores de diferentes favelas, suas estratégias incluíam abaixo-assinados e passeatas. Segundo Oliveira (2014, p. 281), os favelados "requereram a agilização dos processos de desapropriação, entregaram documentos comprovando posse, denunciaram as arbitrariedades praticadas pelos 'donos' dos terrenos e reclamaram 'melhoramentos'". Ainda segundo o autor, as reivindicações dos favelados também levavam em conta aspectos do cotidiano das favelas, indo além daquilo que estava proposto na CPI.

Nesse bojo, a pressão dos moradores da Vila do Vintém parecia ser realmente o melhor caminho a ser tomado. Os trabalhos na CPI começaram a tomar vulto. Logo a favela do antigo sertão carioca entraria na pauta como caso a ser estudado pelos parlamentares. Em todo caso, a dificuldade de acesso a documentos foi uma tônica dessa comissão, sendo que, em alguns casos, os discursos dos parlamentares deixavam claras as dificuldades em continuar os trabalhos, dado o estado precário em que os documentos eram encontrados, o que poderia dificultar possíveis tomadas de decisão quanto ao imbróglio entre favelados e grileiros[22].

[22] Exemplo é o discurso de Eurípedes Cardoso de Menezes em 8 de junho de 1955, nas tribunas do Congresso Nacional. Segundo o deputado que presidia a CPI das Favelas,

Os documentos analisados mostram que houve, por parte dos moradores da Vila do Vintém, através das representações parlamentares, uma importante incidência política junto ao Judiciário para, pelo menos, postergar o despejo que continuava iminente. Tanto os periódicos quanto o *Diário Oficial da Câmara* trazem informações relevantes. A publicação de 8 de julho de 1955, nos Anais da Câmara dos Deputados[23], aponta uma fala do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes. Vale a reprodução:

> Sr. Presidente, valho-me do ensejo para comunicar que a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada a fim de verificar a legitimidade dos títulos de propriedade dos terrenos em que há favelas no Rio de Janeiro, auxiliada por eficientes assessores, está trabalhando interna e eficientemente no desempenho de sua tarefa. Ainda ontem, à vista de documentada informação de um de seus assessores, conseguiu do juiz da 5ª Vara Cível a suspensão, por cento e vinte dias, do despejo de cerca de vinte mil favelados na chamada Vila do Vintém em Realengo.

A Vila do Vintém teria, portanto, 120 dias decisivos para o seu destino. A conjuntura da época mostrava que a balança poderia pender favoravelmente aos favelados, visto que souberam se utilizar dos flancos de uma democracia burguesa que encontrava, no período do pós-guerra, uma melhora substancial de espaços reivindicatórios, acolhendo, parcialmente, as necessidades dos favelados. Por outro lado, ainda pesava o estigma de que as favelas representavam, junto à opinião pública, uma ideia ainda recorrente de sua eliminação do espaço urbano. Em todo caso:

> Dos primórdios da favela até os anos 1930, quando os favelados ainda não dispunham de uma organização e mesmo ainda estavam se constituindo enquanto uma categoria, as remoções puderam ser feitas sem maiores custos políticos. A conjuntura do pós-guerra e a efervescência política do período (1945-1964) teve

as diligências feitas aos arquivos do Ministério da Fazenda acabavam por encontrar documentos que estavam absolutamente desprotegidos, além do livro índice que estava com páginas arrancadas. Câmara dos Deputados, 1955, p. 3.140.

[23] p. 7.388.

> forte impacto no movimento social de favelas, quando surgiram várias associações de moradores estruturando um movimento de favelas articulado e disputado pelas grandes forças políticas do período, o que acabou por tornar as remoções um ônus político muito grande, mais difícil de ser feito. Somente na Ditadura Militar, com o uso intenso da repressão, foi possível o maior programa remocionista que as favelas assistiram (Brum, 2006, p. 29).

Os meses de trégua com a construtora, mediados pelos parlamentares, acabaram por terminar. O mês de outubro de 1955 pode ser considerado como um dos mais importantes para a história da Vila do Vintém, afinal de contas ele traria consigo o veredito das lutas impetradas pelos moradores: despejo ou permanência, ainda que de forma precária, dos moradores?

As respostas não tardaram a vir; ainda no início de outubro de 1955, a *Imprensa Popular* publicou uma matéria intitulada "Os favelados preparam a festa da Vitória"[24]. Entendemos ser interessante reproduzir alguns trechos do material encontrado:

> Os moradores da Vila do Vintém estão preparando uma grande festa, feita para comemorar a vitória que obtiveram com a desapropriação dos terrenos da favela pela PDF; cartazes e bandeirolas estão sendo preparados e listas de contribuições percorrem os barracos, angariando contribuições para custear os festejos. Nossa reportagem esteve em contato com os membros da comissão de defesa dos moradores da Vila, constatando o entusiasmo com que está sendo preparada a festa que se realizará na próxima semana. Serão enviados convites aos parlamentares, notadamente aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que serão homenageados pela atuação que desenvolveram em defesa dos favelados, quando da ameaça de despejo que pairava sobre os moradores da Vila[25].

O discurso do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes na Câmara dos Deputados, publicado em 8 de outubro de 1955 nos

[24] *Imprensa Popular*,13 de outubro de 1955, p. 7.

[25] *Imprensa Popular*,13 de outubro de 1955, p. 7.

Anais[26], mostraria que a festa dos moradores da Vila do Vintém teria razão de ser, indicando que, ao menos naquela ocasião, uma vitória substancial fora conquistada. A estratégia de pressionar as autoridades públicas e o acordo feito para suspender o despejo mostraram-se eficazes. Vale reproduzir um trecho do discurso do parlamentar do PSD:

> Depois de exaustivos estudos que só poderiam ser feitos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, concluiu a comissão incumbida de investigar a legitimidade dos títulos de propriedade dos terrenos em que estão situadas as favelas do Distrito Federal que uma parte da chamada 'Vila do Vintém', no Realengo, onde moram 25.000 favelados, foi adquirida por um autêntico grileiro. Não se poderá provar, entretanto, a má-fé dos atuais proprietários, protegidos aliás, por uma sentença do Supremo Tribunal Federal, já passada em julgado e cuja extensão foi sustada por 120 dias pelo juiz da 5ª Vara Cível, a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito. Terminando esse prazo amanhã tendo de se respeitar a decisão irrecorrível, apesar de se haver concretizado a apropriação indébita daquelas terras; não se podendo admitir o despejo coletivo, os favelados, que tangidos pela necessidade, ali se abrigaram também de boa-fé e por falta de instrução e de recursos materiais não defenderam em tempo os seus direitos – resolveu a Comissão Parlamentar de Inquérito, de comum acordo com o ilustre procurador geral da Prefeitura, o Dr. Filadelfo Azevedo, solicitar ao Prefeito Alim Pedro a desapropriação daquela área. Respeita-se destarte a decisão do Supremo Tribunal Federal, devolvendo-se a tranquilidade à numerosa população da favela da Vila do Vintém, que esperamos, seja em breve incluída no plano de urbanização do que o Sr. Arcebispo D. Hélder Câmara já principiou a executar na favela Praia do Pinto.

Exatamente no dia 10 de outubro de 1955, após reunião da comissão que representava a CPI das favelas, liderada por Eurípedes Cardoso de Menezes, da deputada Nita Costa e da assessora Alayde Urich de Almeida com o Prefeito Alim Pedro, resolveu-se decretar a

[26] Câmara dos Deputados, 1955, p. 7.388.

desapropriação da Vila do Vintém. A notícia, publicada nos jornais *A Noite* e *Imprensa Popular*, destacava que a medida cessaria os conflitos nessa favela, devolvendo a tranquilidade aos moradores. Dias depois, mais precisamente, em 14 de outubro, o jornal *A Noite*[27] noticiava que uma comissão de moradores da Vila do Vintém compareceu ao Palácio Guanabara para congratular o Prefeito Alim Pedro[28], agradecendo-lhe a desapropriação do terreno.

A notável organização dos moradores da Vila do Vintém, que souberam se utilizar do aparato jurídico-político no contexto do pós-segunda guerra é elemento que merece destaque. Favorecidos por um contexto de maior abertura política no período do pós-guerra, os moradores da Vila do Vintém conseguiram vencer a queda de braço com a construtora, garantindo, assim, o direito ao uso do solo e a permanência no local em que escolheram para viver. Não seria necessário "Ir até o inferno", conforme relatou a moradora Palmira Rodrigues à *Imprensa Popular*, todavia, novas lutas seriam necessárias para consolidar a Vila do Vintém no espaço urbano.

Considerações finais

Procuramos demonstrar de que maneira os habitantes da Vila do Vintém se organizaram para defender o direito à moradia e uso do solo durante os anos 1940 e 1950. Os documentos analisados mostram que canais como o Judiciário e o Legislativo foram largamente utilizados por aqueles que defendiam as suas casas. De maneira bastante habilidosa, os habitantes da Vila do Vintém souberam entender o jogo político que estava por trás da tentativa de despejo da qual foram vítimas, e essa leitura da realidade, a nosso ver, foi fundamental para que as estratégias utilizadas se mostrassem exitosas.

[27] *A Noite*, 14 de outubro de 1955, p. 18.

[28] Vale ressaltar que Alim Pedro também foi presidente do IAPI, mais precisamente em 1946, momento em que a Vila do Vintém cresceu exponencialmente ao lado de um dos conjuntos construídos em Realengo. Apesar de não haver documentação que nos permita afirmar com exatidão que o então prefeito do Distrito Federal conhecia de forma mais profunda essa favela, é de supor que ele ao menos sabia da sua existência e acompanhou o seu período de expansão.

A articulação com determinada base política, bem como com órgãos de imprensa, como o jornal *Imprensa Popular*, também foi elemento fundamental que auxiliou na garantia dos direitos dos moradores da Vila do Vintém; a utilização de veículos de comunicação também é estratégia que merece destaque. Contribuiu para o êxito das ações dos moradores o fato de os canais institucionais apresentarem maior suscetibilidade, pelo menos no contexto histórico estudado, às demandas apresentadas pelos favelados de uma forma geral, o que, sem sombra de dúvidas, foi elemento decisivo. Após a CPI das favelas, que acabou por culminar com o processo de desapropriação da Vila do Vintém, a virada para os anos 1960 apresentaria novos desafios para os moradores da localidade. A urbanização passaria a ser uma pauta importante a ser defendida por seus habitantes, o que ensejaria novas táticas de luta e de arranjos políticos.

Referências

ARAVECCHIA-BOTAS, N. C. **Entre o progresso técnico e a ordem política:** arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

COSTA, M. de F. O cercamento jurídico da terra como necessidade da especulação imobiliária / The "Legal Land Fence" as a part of the practice of building speculative business. **Revista de Direito da Cidade**, 1(2), p. 52-70.

DISTRITO FEDERAL. **Censo de favelas:** aspectos gerais. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1949.

GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro:** história e direito. Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** V. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico:** Distrito Federal. Série XXIV. Tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico:** Distrito Federal. Série XXIV. Tomo II. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. São Paulo: Editora Ulisseia, 1972.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Departamento de estatística e publicidade. **Estatística predial**. Rio de Janeiro, 1935.

MORAES, P. B. **Avenida Brasil**: rodovia metropolitana. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.

OLIVEIRA, S. S. R.; PANDOLFI, D. C. "Dr. Magarinos Torres Filho": a formação social das classes médias e a luta das esquerdas no Rio de Janeiro (1940-1950). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 16, 2019.

OLIVEIRA, S. S. R. **"Trabalhadores favelados":** identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, S. S. R. Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: a história dos censos de favelas (1948-1960). **Revista de História**. São Paulo: USP, 2021.

ROCHA, D. A. **História e memória do bairro de Guadalupe**. Um bairro do subúrbio carioca. Das explosões do paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, L. S. Expansão urbana e mercado imobiliário e conflitos de terra no antigo sertão carioca (1940-1964). **Confluenze**, v. 4. Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Modderne. Universitá di Bologna, 2012.

SANTOS, L. S.; DORIA, R. S. Do sertão carioca ao metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro (1940-2010). **Mneme – Revista de Humanidades**. Natal: UFRN, 2013.

3. O Protagonismo de Guadalupe nas décadas de 1940, 1950 e 1960 – Das experiências de habitação social ao grupo de "bate bolas"

Daniel Albuquerque Rocha[29]

Introdução

Guadalupe, um bairro localizado na zona norte do Rio de Janeiro, é frequentemente retratado sob o prisma de estereótipos associados à precariedade urbana e à violência. Essa visão reducionista ignora não apenas a complexidade histórica e cultural do bairro, mas também o papel central que ele desempenhou nas políticas de habitação social no Brasil. Conforme observado por Rocha (2022), Guadalupe foi profundamente transformado pelas intervenções da Fundação da Casa Popular (FCP), criada em 1946. Guadalupe foi o bairro que mais recebeu ações desse órgão em todo o país. Essa concentração de investimentos habitacionais marcou o bairro como um laboratório das políticas públicas do período, cujos impactos ainda ressoam na identidade local e na memória de seus moradores.

Como podemos observar no recorte abaixo Guadalupe foi considerado o balão de ensaio da FCP. Em comparação aos demais bairros, fica clara essa realidade.

[29] Possui doutorado (2022) e mestrado (2016) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pós-graduação *lato sensu* em Políticas Sociais pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO, 2014), e graduação em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco (2012). Atualmente, tem desenvolvido pesquisa sobre território e o subúrbio do Rio de Janeiro, além de, simultaneamente, desenvolver ações de Difusão de Conhecimento e extensão universitária, nos últimos cinco anos, vinculadas ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/PUC-Rio).

DISTRITO FEDERAL -(3 bairros)
7 - Benfica ..... 482 (162 - Ex-Combate (320 - Fundação
8 - Deodoro ..... 1362 (1170 - Exército (192
9 - Guadalupe 2028

Fragmento da tabela sobre a produção habitacional da Fundação da Casa Popular – 1952. Fonte: Arquivo FGV. Fundo GV c1952.06.00/2.

Vale destacar que as unidades habitacionais citadas como Deodoro, na verdade são partes do Conjunto Habitacional Getúlio Vargas, que fica também localizado no bairro de Guadalupe atualmente.

A escolha de Guadalupe pela FCP não foi meramente casual. Localizado em uma região estratégica, cortado pela Avenida Brasil e próximo a eixos ferroviários importantes, o bairro possuía características que o tornavam propício para intervenções habitacionais de grande escala. Como poderemos ver no mapa do bairro abaixo:

Bairro de Guadalupe. Fonte: elaboração de Vitória Lopes (2022).

Contudo, mais do que uma área de experimentação para a construção de moradias populares, Guadalupe tornou-se um espaço de ressignificação. Os moradores, ao longo das décadas, apropriaram-se dos projetos habitacionais e moldaram o bairro de acordo com suas necessidades e aspirações, transformando construções padronizadas em lares que refletiam suas histórias e culturas.

O impacto das ações da FCP em Guadalupe vai além da esfera física. As habitações construídas no bairro – como as famosas casas balão, casas de zinco e o condomínio Getúlio Vargas – não apenas atendiam à demanda por moradia, mas também promoviam novas formas de sociabilidade e integração comunitária. Essas intervenções trouxeram desafios, como as limitações estruturais das casas balão, mas também oportunidades únicas de inovação social e urbanística.

Além disso, o bairro foi palco de eventos culturais marcantes, como bailes *soul* e blocos carnavalescos, que reforçaram a ideia de Guadalupe como um espaço cultural vibrante, desafiando a percepção de um "bairro dormitório". Rocha (2022) argumenta que "os moradores de Guadalupe ressignificaram os estereótipos associados ao bairro, destacando sua rica diversidade histórica e cultural" (p. 21).

1. O bairro de Guadalupe

Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca localizado na zona norte do Rio de Janeiro, possui uma história rica e multifacetada que reflete as complexidades das transformações urbanas e sociais no Brasil ao longo do século XX. Apesar de frequentemente negligenciado em estudos urbanos mais amplos, o bairro oferece um microcosmo das dinâmicas que moldaram as políticas habitacionais, as práticas culturais e a sociabilidade periférica no Rio de Janeiro.

A história de Guadalupe começa a se consolidar nas décadas de 1940 e 1950, em um contexto de rápida urbanização e expansão das periferias urbanas do Rio de Janeiro. Inicialmente uma área predominantemente rural e desabitada, o bairro foi marcado pela presença do Paiol do Exército, cuja explosão em 1958 se tornou um evento determinante para sua identidade local. Rocha (2022) descreve como as explosões, que duraram dias e forçaram a evacuação de moradores, deixaram marcas profundas na memória coletiva do bairro, sendo frequentemente relembradas como um momento de trauma, mas também de união comunitária

O paiol simbolizava, à época, tanto o potencial estratégico quanto a vulnerabilidade do bairro. Sua destruição marcou a transição de Guadalupe de uma área de função de depósito militar para

um espaço que se tornaria central nas experiências urbanas e habitacionais da cidade, além de um bairro com grande traço fabril. A atuação da Fundação da Casa Popular em Guadalupe é um dos elementos mais significativos de sua história. Como primeiro órgão público dedicado exclusivamente à habitação social no Brasil, a FCP encontrou em Guadalupe um espaço ideal para suas experimentações. Rocha (2022) observa que o bairro recebeu o maior número de intervenções da fundação, tornando-se um verdadeiro "laboratório habitacional" (p. 19).

As habitações construídas pela FCP variavam em formato e materialidade, destacando-se as emblemáticas casas balão, o condomínio Getúlio Vargas e as casas de zinco. Abaixo veremos exemplos dessas experiências arquitetônicas:

Condomínio Getúlio Vargas.
Fonte: acervo Facebook Memórias do Subúrbio Carioca (acesso em dezembro de 2024).

Casas Balão (acervo próprio, 2022).

Casas de Zinco (acervo próprio, 2022).

Cada um desses projetos refletia tanto as ambições quanto as limitações das políticas habitacionais da época. As casas balão, por exemplo, buscavam inovar na construção com estruturas pré-fabricadas, mas enfrentaram desafios significativos em termos de durabilidade e conforto. Ainda assim, conforme Rocha (2022) aponta, essas casas se tornaram ícones de Guadalupe, simbolizando a tentativa de responder criativamente às demandas habitacionais em um contexto de escassez de recursos (p. 54).

Além da infraestrutura habitacional, a FCP também moldou a sociabilidade local. Os moradores, ao se apropriarem das habitações, adaptaram-nas às suas necessidades, transformando estruturas padronizadas em espaços personalizados. Essa dinâmica reflete o papel ativo das populações periféricas na construção de seus territórios e na resistência às imposições de projetos urbanísticos distantes da realidade local.

Outro elemento central na história de Guadalupe é sua relação com o trabalho e a cultura. Durante décadas, o bairro abrigou uma população majoritariamente operária, vinculada a fábricas como a Remington – fábrica muito importante e grandiosa que estava instalada às margens da Avenida Brasil, como veremos a seguir:

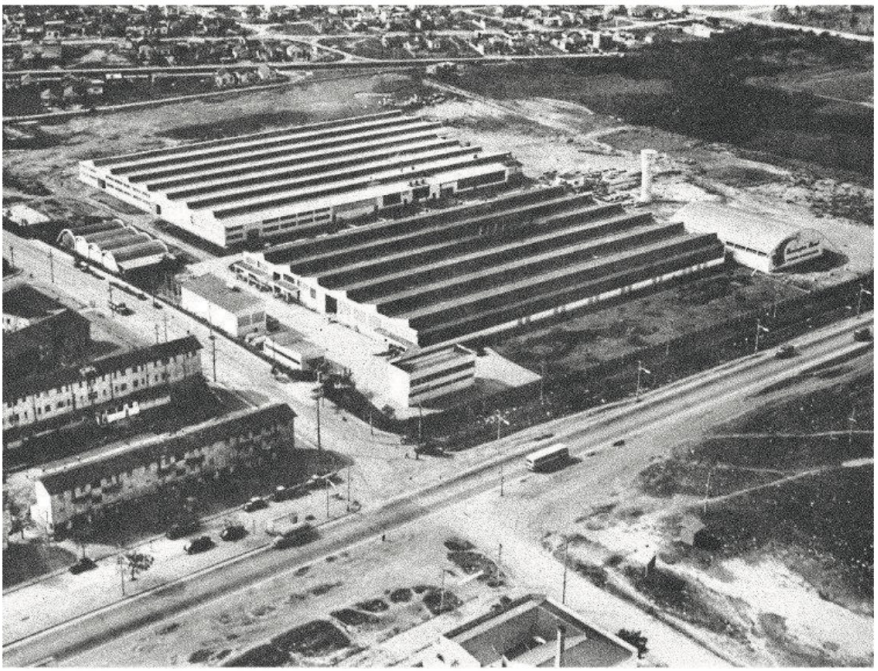


Foto aérea da Remington – 1957.
Fonte: acervo Facebook Memórias Cariocas (acesso em outubro de 2022).

Essa herança fabril não apenas moldou a economia local, mas também contribuiu para a construção de uma identidade coletiva. Rocha (2022) ressalta que "a memória da população operária de Guadalupe é inseparável de suas experiências de trabalho e de sua luta por melhores condições de vida" (p. 101). Simultaneamente, Guadalupe emergiu como um importante polo cultural no subúrbio carioca. Os bailes *soul*, que atraíam jovens de toda a cidade, e os blocos carnavalescos, como o "Namorar Eu Sei" e o grupo de bate-bola "Bolo Doido", transformaram o bairro em um espaço de celebração e resistência cultural.

Grupo “Bolo Doido” com o conjunto Getúlio Vargas ao fundo – 1999.
Fonte: foto cedida pelo grupo “Bolo Doido”.

Esses eventos, mais do que momentos de lazer, reforçaram os laços comunitários e deram visibilidade à riqueza cultural do bairro. A tradição no bairro de Guadalupe se deu basicamente baseada na história oral, na construção de uma memória coletiva, que mantém a história do bairro como algo primordial no dia a dia de sua população._

Em Guadalupe, essa memória é visível tanto nas narrativas orais dos moradores quanto nas práticas culturais que atravessam gerações. Rocha (2022) enfatiza que “a memória de Guadalupe é uma memória de resistência, que desafia as representações negativas frequentemente associadas aos subúrbios cariocas” (p. 30).

Os moradores mais antigos, como Dona Jura, recordam-se das transformações do bairro com um misto de nostalgia e orgulho. Para muitos, a história de Guadalupe não é apenas um registro do passado, mas também uma afirmação de sua importância na construção da cidade do Rio de Janeiro. Essa história, ao ser resgatada e valorizada, contribui para romper com narrativas que invisibilizam a periferia urbana.

Com base em todos esses fatores apresentados, a história de Guadalupe, marcada por eventos como a explosão do paiol, as intervenções da Fundação da Casa Popular e a vibrante cultura local, é um exemplo poderoso de como os bairros periféricos desempenham um papel central na dinâmica urbana. Mais do que um espaço marginal, Guadalupe é um território de resistência, inovação e criatividade, cuja história desafia as representações reducionistas dos subúrbios cariocas.

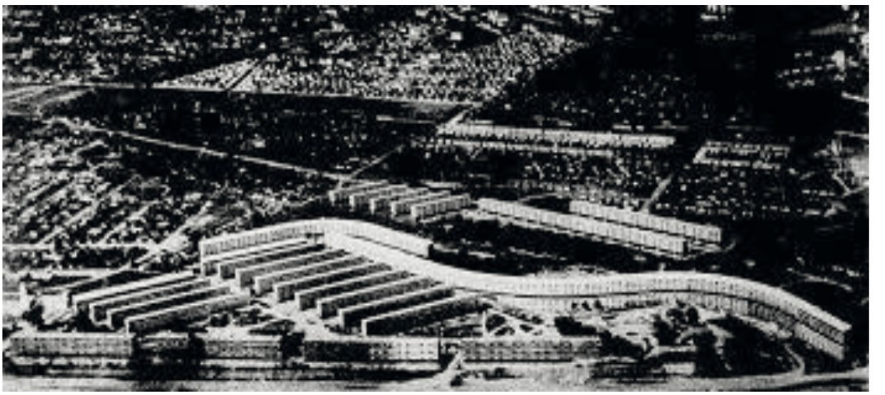
Ao contar a história do bairro, percebemos que Guadalupe é um microcosmo das contradições e potencialidades das políticas urbanas no Brasil. Sua trajetória ilustra os desafios das políticas habitacionais, mas também evidência como as populações periféricas ressignificam esses espaços, transformando-os em locais de pertencimento e afirmação. O resgate dessa história não é apenas um exercício acadêmico, mas também uma forma de reconhecer e valorizar a contribuição das periferias para a cidade e para o país.

2. A Fundação da Casa Popular e a formação do bairro de Guadalupe

A Fundação da Casa Popular (FCP) foi um marco na história das políticas habitacionais no Brasil. Apesar de suas limitações em escala nacional, a FCP desempenhou um papel central em Guadalupe, onde implementou projetos inovadores que moldaram a paisagem urbana e social do bairro. Os projetos habitacionais da FCP em Guadalupe, como mencionamos anteriormente, incluíram o condomínio Getúlio Vargas, as casas balão e as casas de zinco, cada um com características distintas que refletem os desafios e as aspirações da política habitacional da época.

O condomínio Getúlio Vargas, por exemplo, foi planejado como um conjunto habitacional moderno, com infraestrutura adequada e foco na integração comunitária. As casas balão, por sua vez, representam uma tentativa de inovação arquitetônica, com estruturas pré-fabricadas que buscavam eficiência e economia. Rocha (2022) destaca que, embora essas construções

tenham sido criticadas por sua fragilidade, “elas simbolizam o esforço de encontrar soluções habitacionais criativas em um contexto de escassez de recursos” (p. 54). Como veremos a seguir em uma foto aérea:



Condomínio Getúlio Vargas – Vista do alto.
Fonte: foto cedida por integrantes do grupo de Facebook Guadalupe, ontem e hoje.

Outro exemplo significativo são as casas de zinco, que, apesar de suas limitações em termos de conforto térmico, ilustram a flexibilidade e adaptabilidade dos projetos da FCP. Esses modelos habitacionais, combinados com a resiliência dos moradores que frequentemente modificavam as estruturas originais, contribuíram para a formação de um bairro dinâmico e em constante transformação.

A atuação da FCP em Guadalupe também gerou impactos sociais profundos. Como aponta Torres (2017), “as políticas habitacionais, quando bem implementadas, não apenas atendem à demanda por moradia, mas também promovem a integração social e a coesão comunitária” (p. 87). Em Guadalupe, as intervenções da FCP possibilitaram a criação de espaços de convivência e práticas sociais que moldaram a identidade do bairro.

A memória coletiva e a identidade local são ferramentas indispensáveis para a construção social de qualquer território, especialmente em áreas urbanas marginalizadas, como o bairro de

Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo Halbwachs (1990), a memória é essencialmente coletiva, sendo construída a partir da interação dos indivíduos em sociedade.

Em Guadalupe, essa construção se dá por meio das histórias orais, tradições e eventos marcantes, como as explosões do paiol do Exército e as manifestações culturais locais (Rocha, 2022). A explosão do paiol do Exército, ocorrida em 1958, é um exemplo de como eventos traumáticos podem se consolidar na memória coletiva. Rocha (2022) evidencia que, embora o acontecimento tenha trazido medo e deslocamento temporário, ele também reforçou a solidariedade entre os moradores, ajudando a definir o sentimento de comunidade. A memória desse evento ainda é passada de geração em geração, funcionando como um símbolo da resiliência local (Vainfas, 2002).

Manifestações culturais, como os bailes *soul* e os blocos de carnaval, desempenham um papel fundamental na construção da identidade de Guadalupe. Essas práticas de lazer, muitas vezes vistas como efêmeras, possuem grande relevância ao preservar memórias e reforçar laços comunitários. Pollak (1989) ressalta que essas "memórias subterrâneas" desafiam as narrativas oficiais, dando visibilidade às vozes marginalizadas.

A identidade local de Guadalupe não é apenas uma manifestação cultural, mas também uma forma de resistência às representações negativas associadas ao subúrbio carioca. Conforme Fernandes (2010) argumenta, a identidade suburbana foi historicamente caricaturizada e marginalizada. Contudo, a valorização de memórias locais desafia essa visão, apresentando Guadalupe como um espaço dinâmico e culturalmente rico.

3. Banco Nacional de Habitação (BNH) – A experiência tardia de habitação social em Guadalupe.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, foi uma das principais iniciativas do governo militar brasileiro para enfrentar o déficit habitacional no país. Embora seu objetivo inicial fosse promover habitações populares em larga escala, suas políticas muitas vezes refletiram desigualdades sociais e limitações estrutu-

rais, especialmente em bairros periféricos como Guadalupe (Rocha, 2022).

No caso de Guadalupe, o BNH deu continuidade a um processo iniciado anteriormente pela Fundação da Casa Popular (FCP). Enquanto a FCP implantou experimentos habitacionais inovadores, como as casas balão e as moradias de zinco, o BNH trouxe novos conjuntos habitacionais que mudaram o perfil do bairro.

Os condomínios construídos pelo BNH, como os apartamentos da Rua Amboina e os apartamentos que beiram a Rua Luís Coutinho Cavalcante, conforme o mapa abaixo, ocupam espaços bem reduzidos do território.

Localização dos conjuntos habitacionais do BNH no bairro de Guadalupe.
Fonte: elaboração de Vitória Lopes (2022).

As ações do BNH em Guadalupe também se inserem em um contexto mais amplo de planejamento urbano voltado para o subúrbio carioca. Esses conjuntos habitacionais ajudaram a desconstruir a imagem de Guadalupe como um "bairro dormitório", promovendo novas formas de sociabilidade entre os moradores. Além disso, os projetos habitacionais se tornaram símbolos de identidade coletiva, conectando os moradores a uma narrativa histórica

que valoriza as lutas e conquistas locais, como apontam os relatos captados pela história oral na tese de Rocha (2022).

Entretanto, os resultados do BNH em Guadalupe não foram isentos de críticas. As moradias construídas frequentemente apresentavam problemas estruturais, e a implementação dos projetos muitas vezes negligenciava a necessidade de infraestrutura e serviços públicos adequados. Ainda assim, essas intervenções moldaram significativamente a história e a memória do bairro, destacando-se como marcos no processo de urbanização local. O BNH, em conjunto com a FCP, deixou um legado que, apesar das contradições, contribuiu para a construção de Guadalupe como um espaço socialmente relevante no subúrbio carioca (Rocha, 2022).

4. Conclusão

A história de Guadalupe evidencia a relevância dos subúrbios na construção da identidade urbana do Rio de Janeiro, desafiando narrativas que reduzem esses territórios a espaços de precariedade e violência. Por meio das intervenções habitacionais da Fundação da Casa Popular (FCP) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), o bairro tornou-se um laboratório de experimentação social e urbanística, refletindo os desafios e as potencialidades das políticas públicas brasileiras ao longo do século XX.

Apesar das limitações e contradições dessas iniciativas, Guadalupe emergiu como um espaço dinâmico, onde as populações locais ressignificaram os projetos implantados, adaptando-os às suas realidades e necessidades. A atuação da FCP foi especialmente marcante, sendo responsável por transformar Guadalupe em um símbolo de inovação habitacional. Projetos como as casas balão, as moradias de zinco e o condomínio Getúlio Vargas ilustraram tanto a criatividade quanto as dificuldades enfrentadas no contexto de escassez de recursos.

Embora criticados por problemas estruturais, esses modelos habitacionais representaram um avanço significativo para a época, consolidando-se como elementos centrais da memória coletiva local. Por outro lado, a participação do BNH, embora mais limitada em

alcance e impacto, reforçou a relevância do bairro como palco de políticas habitacionais, promovendo novas formas de sociabilidade e integração comunitária.

Além das transformações físicas, Guadalupe se destacou por sua rica produção cultural e pela capacidade de seus moradores em criar uma identidade local sólida. A memória coletiva desempenhou um papel crucial nesse processo, sendo transmitida por meio de narrativas orais, celebrações culturais e práticas de lazer, como os bailes *soul* e os blocos de carnaval.

Esses elementos não apenas fortaleceram os laços comunitários, mas também serviram como forma de resistência às representações negativas associadas ao bairro e ao subúrbio carioca como um todo. A análise de Guadalupe como microcosmo das políticas urbanas brasileiras revela as tensões entre planejamento estatal e agência comunitária. Os projetos habitacionais, inicialmente concebidos como intervenções tecnocráticas, foram apropriados pelos moradores e transformados em espaços vivos de pertencimento e identidade. Essa dinâmica demonstra a resiliência das populações periféricas e sua capacidade de moldar o território a partir de suas experiências e aspirações.

Em síntese, Guadalupe é um exemplo emblemático de como os subúrbios podem desempenhar um papel central na narrativa urbana, ao mesmo tempo em que desafiam estigmas e invisibilidades históricas. Resgatar e valorizar a história desse bairro não é apenas uma forma de reconhecer sua contribuição para a cidade do Rio de Janeiro, mas também uma oportunidade de refletir sobre a importância de políticas públicas que respeitem e integrem as comunidades locais em seus processos de planejamento. Guadalupe, com sua memória rica e identidade vibrante, reafirma-se como um espaço de resistência, criatividade e transformação social.

Referências:

ALBUQUERQUE, A. N. *A memória dos trabalhadores metalúrgicos do Rio de Janeiro na perspectiva da autogestão*: o caso Remington. 2007. 129 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. *Estado, arquitetura, desenvolvimento*. A ação habitacional do IAPI. PosFAUUSP, São Paulo: UNIFESP, v. 24, n. 43, p. 162- 165, 2016.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. 29, p. 711-732, 1994.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.050, de 1º de janeiro de 1959. *Orçamento Geral da Fundação da Casa Popular*. Câmara dos Deputados, Brasília/DF, 1959. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D84E30D8BB2C30C938200B1DA046DA9.proposicoesWebExterno_2?codteor=1205872&filename=Dossie+-PL+1050/1959. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRUM, M. S. Ignácio. Memórias, identidades e silêncios: a história local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 7, p. 313, 4 ago. 2015. Doi:10.20949/rhhj.v4i7.181.

CHALHOUB, S. *Trabalho, bar e botequim*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos Estudos CEBRAP*, p. 19-36, 2020.

ENDERS, A. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FERNANDES, N. N. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FERNANDEZ, A. C. F. Orgulho suburbano: o Projeto de Dignificação dos Subúrbios do Rio de Janeiro na imprensa de bairro, 1948-1957. *Cadernos CERU*, v. 16, p. 143-162, 2005. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v16i0p143-162.

GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. C. (orgs.). *Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Disponível em: http://www.scilo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000190&pid=S0102-64452006000400003000013&ln g=en. Acesso em: 2 dez. 2024.

GONÇALVES, R. S. *Favelas do Rio de Janeiro*. História e direito. Rio de Janeiro: Pallas: 2013.

GONÇALVES, R. S.; SOCHAUD, S. Indústria e urbanização no primeiro quarto do século XX. Análise comparada entre o Rio de Janeiro e São Paulo. In: LANNA, A. L. D. *et al.* (org.). *Transições metropolitanas e centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX*. São Paulo: IRD Editions, Annablume, 2019.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.

MANOEL, S. K. *Conjunto Residencial de Deodoro*: a experiência moderna da Fundação da Casa Popular. Porto Alegre/RS, 2016. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Salua_manoel.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARTINS, J. S. *Aparição do demônio na fábrica*. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio carioca. São Paulo: Editora 34, 2008.

MATTOS, R. C. As "classes perigosas" habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das reformas urbanas. *Desigualdade e Diversidade*, n. 5, p. 149-170, 2009.

MELO, M. A. B. C. *Política de habitação e populismo*: o caso da Fundação da Casa Popular, 1990. Disponível em: https://rigs.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3105/2222. Acesso em: 2 dez. 2024.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez.1993. (História e Cultura).

OLIVEIRA, J. L. de. Pequena história do carnaval carioca: de suas origens aos dias atuais. *Encontros*, Rio de Janeiro. v. 10, p. 61-85, 2012.

PEDRETTI, L. *Dançando na mira da ditadura*: bailes *soul* e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, 152 p.

PEIXOTO, L. F. L.; SEBADELHE, Z. O. *1976 Movimento "Black Rio"*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017, 492 p.

PEREIRA, A. V. V. G. Os bate-bolas do carnaval contemporâneo do Rio de Janeiro. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 6, n.1, 2009, p. 115-124.

PEREIRA, L. A. M. A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 74, 2017.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, R. C. B. Rizomas suburbanos: possíveis ressignificações do topônimo subúrbio carioca através dos afetos. 2016. 221p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/FAU). Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, Daniel Albuquerque. *História e memória de Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca.* Das explosões do paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2022.

ROCHA, D. A.; SANTOS, H. M.; SILVA, E. S. Habitação Social entre construções e remoções: o caso da Vila do Vintém e de Guadalupe na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 a 1960. *O Social em Questão*, v. 4, n. 53, 2022, p. 65-86.

SILVA, H. R. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História* [*online*]. 2002, v. 22, n. 44, p. 425-438.

TORRES, P. H. C. "Avenida Brasil – Tudo Passa Quem Não Viu?": formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930-1960). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 287-303, 2018.

Parte 2

O **Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Reconhecimento (GPAAR)**, vinculado ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, atua desde 2010 como parte da linha de pesquisa "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social". Seu principal objetivo é investigar, de forma interdisciplinar, as políticas de ação afirmativa e reconhecimento, explorando sua formulação, implementação, contradições e os impactos gerados na vida dos beneficiários, nas instituições e nos movimentos sociais. O grupo também se dedica a analisar a atuação de organizações sociais e coletivas, com destaque para os pré-vestibulares populares, que têm desempenhado um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior. O grupo de pesquisadores do GPAAR é formado, em sua maioria, por lideranças populares, ativistas sociais, moradores de periferias e favelas, educadores, ex-alunos de ações afirmativas e estudantes cujas trajetórias refletem as transformações promovidas por essas políticas. Essa composição diversificada enriquece as pesquisas realizadas, ao integrar vivências pessoais e práticas sociais às reflexões teóricas e acadêmicas. Ao longo de sua trajetória, o GPAAR tem contribuído para o aprofundamento das discussões sobre desigualdade social, racial, de gênero e orientação sexual, consolidando-se como um espaço de produção de conhecimento comprometido com as questões sociais e a transformação das realidades que estuda.

4. O campo dos direitos humanos e o reconhecimento da atuação de defensoras lésbicas negras

Daniele Duarte Gomes[30]

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma parte das reflexões realizadas a partir da pesquisa e dissertação de mestrado intitulada "Quem é 'Defensora de Direitos Humanos'? Processos de reconhecimento político de lésbicas negras no campo dos direitos humanos", que se propôs a investigar os processos de reconhecimento político, por meio das narrativas de organizações de direitos humanos que atuam diretamente com a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, a fim de compreender como raça, gênero e sexualidade perpassam tais narrativas e o processo de reconhecimento das organizações em relação as defensoras de direitos humanos lésbicas negras.

No processo de desenvolvimento da minha atuação profissional, uma das atividades que realizo é a construção compartilhada de estratégias singulares de proteção para defensoras e defensores de direitos humanos, isto é, um conjunto de medidas preventivas ou de enfrentamento a ameaças, violências e violações de direitos humanos, que visam aumentar a proteção das defensoras e defensores, assim como suas organizações e/ou movimentos sociais. Em uma oficina voltada para a construção de tais estratégias de proteção,

[30] Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2014. Especializou-se em Assistência Social e Direitos Humanos na PUC-Rio em 2016. Mestrado em Serviço Social na PUC-Rio em 2023. Doutoranda em Serviço Social. Pesquisadora do GPAAR – Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Políticas de Reconhecimento (GPAAR) da PUC-Rio. Atualmente é diretora adjunta na Justiça Global.

que realizei em uma grande organização que atua no campo dos direitos humanos e educação no Estado de São Paulo, percebi que havia certo desconforto por parte de um grupo de participantes, todas elas mulheres negras. Observei, naquele momento, que para a continuidade da atividade era fundamental fazer a seguinte pergunta: "Todas e todos nesta sala se consideram defensoras e defensores de direitos humanos?". O grupo de mulheres negras foi o único a negar e/ou questionar esse "lugar". Percebi então que as mulheres negras não se identificavam como defensoras de direitos humanos, o que me trouxe à seguinte questão: se as mulheres negras e as negras lésbicas não se consideram defensoras de direitos humanos, pode ser porque elas não são devidamente consideradas e valorizadas dentro desse campo de atuação?

Desse modo, a partir da minha trajetória intelectual e política no campo dos direitos humanos, pude perceber que, recorrentemente, lésbicas negras não são nomeadas como defensoras de direitos humanos por outros agentes do campo, ou não se reconheciam nessa categoria, podendo ser esse um efeito de um não reconhecimento mais amplo de sua atuação.

Para a realização da pesquisa recorri à combinação de técnicas, como as entrevistas e a análise de documentos.

As perguntas da entrevista foram construídas para coletar informações, avanços e impactos em relação à raça, gênero e sexualidade no campo dos direitos humanos, buscando responder duas hipóteses que trago da pesquisa:

- Lésbicas negras são mais invisibilizadas no desenvolvimento de seus trabalhos em relação a outras defensoras de direitos humanos.
- O campo dos direitos humanos é também um reprodutor das lógicas de subordinação coloniais.

Para isso foram realizadas três entrevistas com representantes de organizações que trabalham com defensoras de direitos humanos com foco na proteção integral. O objetivo dessas entrevistas foi compreender a percepção de tais representantes acerca da atuação das defensoras de direitos humanos lésbicas negras. Busquei assim identificar a representatividade, o sentido e o valor da ação polí-

tica desempenhada pelas defensoras de direitos humanos lésbicas negras para as representantes das organizações.

O campo de atuação profissional, enquanto pesquisadora na área de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos na Justiça Global possibilitou o contato com as organizações que atuam no campo da proteção a defensoras e defensores de direitos humanos. Foi, portanto, a partir da experiência de desenvolver oficinas de proteção integral, da participação em espaços de debates sobre direitos humanos e do acompanhamento articulado e em parceria com outras organizações que também atuam na proteção para pessoas defensoras que pude ter contato com essas organizações e solicitar as entrevistas para a pesquisa. Foi realizado o contato com quatro organizações e, destas, três se disponibilizaram prontamente para as entrevistas.

As organizações de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos

Para compreender a relação entre as defensoras de direitos humanos e as organizações que atuam na proteção a defensoras de direitos humanos é importante apresentar as organizações, suas áreas de trabalho e de que forma estão estruturadas.

Para efeitos da pesquisa, em sua metodologia adotei a estratégia de entrevistar organizações de direitos humanos que atuam na proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, ou seja, organizações que tenham como um dos seus objetivos principais a ampliação dos aspectos de proteção integral para que tais defensoras e defensores continuem e/ou ampliem sua atuação na luta pela manutenção e garantia dos direitos humanos.

Nesse sentido, foram entrevistadas três organizações que neste trabalho estão sendo nomeadas como: ONG1, ONG2 e ONG3. Estas nomenclaturas estão sendo adotadas a fim de preservar as identidades das organizações, que muito auxiliaram para o desenvolvimento desta pesquisa e trouxeram contribuições fundamentais para as análises realizadas.

No processo de seleção das organizações para as entrevistas, adotei o critério de entrevistar uma organização com atuação no

Brasil e duas com atuação internacional, mas com trabalhos específicos na América Latina e Caribe, e com profissionais e/ou escritório no Brasil, porque isso possibilitaria uma visão mais ampliada sobre suas atuações com defensoras de direitos humanos lésbicas negras brasileiras.

No período de desenvolvimento da pesquisa não foi possível realizar um levantamento preciso de quantas organizações contam no seu escopo de atuação a Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. O que se pode afirmar é que no Brasil esse número é ainda mais reduzido se comparado às organizações de âmbito internacional.

A primeira organização a ser entrevistada, denominada aqui ONG1, trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Segundo sua representante, suas ações visam denunciar violações de direitos humanos; incidir nos processos de formulação de políticas públicas, baseadas nos direitos fundamentais e na equidade de gênero e raça; impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas; e exigir a garantia de direitos para as vítimas de violações e defensoras/es de direitos humanos. É válido também informar que a representante entrevistada é uma mulher cis, branca, lésbica, de 53 anos que atua como coordenadora de programa na organização.

A representante da ONG2 informa que o objetivo do trabalho da organização é apoiar os defensores dos direitos humanos por meio de programas de proteção abrangentes. Sendo assim, seus programas permitem que os defensores de direitos humanos desenvolvam capacidades para gerenciar sua proteção de forma eficaz. Realizam advocacia direcionada para que aqueles que têm o dever de proteger defensores de direitos humanos cumpram suas obrigações e trabalhem para convencer outros indivíduos e instituições com interesse na proteção de defensores de direitos humanos a maximizar sua contribuição positiva. A representante é uma mulher negra, cisgênero de 45 anos e com orientação sexual aberta à diversidade. Ocupando o cargo de assessora sênior para Colômbia e Brasil.

Segundo a representante da ONG3, o objetivo específico dessa organização é proteger defensores e defensoras de direitos

humanos em risco, pessoas que trabalham, de maneira não violenta, por qualquer um ou todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Atendendo às necessidades de proteção identificadas pelos próprios e pelas próprias defensores e defensoras de direitos humanos. Essa também é uma organização internacional com atuação em várias partes do mundo. A entrevistada se identifica como uma mulher cis, branca, de 39 anos e ocupa o cargo de gerente de proteção para Américas e África Subsaariana.

As organizações e suas percepções

A partir de agora apresento uma breve análise fruto da pesquisa realizada para construção da dissertação, realizada através de alguns questionamentos, de que forma o racismo, o machismo e a lesbofobia é visto, compreendido e, de alguma forma, enfrentado pelas organizações de direitos humanos que foram entrevistadas na pesquisa.

As organizações entrevistadas, através de suas representantes, atuam em diversas áreas e setores dentro do campo dos direitos humanos. A pergunta central das entrevistas foi: como as organizações de direitos humanos têm desenvolvido e refletido sobre os impactos da lesbofobia, racismo e machismo nos seus trabalhos com defensoras de direitos humanos?

Ao fazer esse questionamento à ONG1 obtive enquanto resposta que esse debate vem sendo realizado em diferentes níveis.

> Acho que a gente tem tentado avançar numa política de enfrentamento ao racismo institucional, mas é um processo muito restrito e nós começamos a dar os primeiros passos em implementar, talvez uma equidade, mas ir avançando no sentido de ir diminuindo a diferença. No último período é que a gente tem algo mais significativo de experiência da composição da coordenação, da direção (ONG1, entrevista realizada em 11/01/23).

Cabe trazer para o texto que essa resposta informa sobre como a organização vem trabalhando o tema do racismo e quais são as propostas de implementação para o seu enfretamento, um avanço

importante. Contudo, essa fala não considera as questões relativas à lesbofobia e ao machismo. Isso nos leva à reflexão inicial sobre a importância da utilização da interseccionalidade[31] enquanto instrumento de análise e possíveis propostas de enfrentamento às discriminações que se apresentam ante o trabalho no campo dos direitos humanos.

"Nos últimos cinco anos, ou dez anos poderia dizer, a organização faz uma opção de realmente trabalhar esses temas das violências estruturais, do racismo, [...], e isso se leva para o campo também da metodologia, da prática" (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

Embora a ONG2 informe que nos últimos anos vem buscando a ampliação desse debate internamente, sua representante reconhece que os temas relativos ao debate sobre classe foi sempre mais presente no desenvolvimento do trabalho do que as questões raciais, de gênero e sexualidade – em suas palavras "era muito mais visível nas próprias metodologias que a organização vem construindo, o tema de classe. As análises de risco, a metodologia tinha muito de classe mesmo". Segundo essa representante, é a partir do debate sobre questões de classe que se passa internamente a ampliar as reflexões em outros aspectos, mas também reconhece que isso acontece de forma impulsionada pelo próprio trabalho de campo com as defensoras de direitos humanos.

> Então a organização constrói suas políticas de gênero antirracismo [...] e fortalece, esse aspecto então zero tolerância nesse aspecto, e com as comunidades. Então as comunidades percebem também as próprias mulheres, **isso foi acho que uma solicitação das próprias mulheres, que mesmo nesse silêncio, entre aspas, era como que nos ajude**. Não é nos ajude, é necessário trabalhar. Então, sim, Daniele, é uma opção da organização, e volto e repito, nas pequenas coisas e nas grandes coisas, inclusive nas contratações. Hoje estamos falando de uma equipe 100%, por exemplo, mulheres. É mais para a América do Sul, 100% mulheres (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

[31] Conforme foi anteriormente apresentado, a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (Crenshaw, 2002, p. 177).

Embora a temática tenha se ampliado na organização, a entrevistada traz em sua fala que essa movimentação foi alavancada pelo processo de silenciamento ao qual as defensoras vinham sofrendo, como destacado no trecho acima. A ampliação do debate se dá a partir da necessidade e importância colocadas pelas próprias defensoras, que apontam isso para as organizações.

Nessa mesma linha, a ONG3 relata sobre como o processo de ampliação do debate racial dentro da organização foi impulsionado pelas próprias defensoras que são acompanhadas no trabalho de proteção que a organização desenvolve.

> Acho que mulheres negras e recorte racial, racismo, sim, no geral. Foi um tema que se fortaleceu no trabalho da organização nos últimos anos. **É mais presente no trabalho da América Latina e é um pouco mais presente no trabalho do Brasil, mas a gente teve diferentes espaços de conversa que foram trazidos, puxados, iniciados e engatilhados pelas mulheres defensoras com quem a gente trabalhou – principalmente mulheres – de fazer perguntas para a gente, e, interessantemente, vendo as pessoas que trabalhavam na organização como aliadas, mas aliadas que têm ainda muitos gaps e muitos buracos de como apoiar melhor as defensoras** (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

Mas, quando tratamos especificamente da dimensão da sexualidade, a entrevistada relata que "Lesbofobia, muito pouco – mesmo na nossa equipe" (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23), apontando como o debate racial e de gênero teve mais avanços internamente do que o debate sobre sexualidade.

> Foi super interessante a conversa que se iniciou com o assassinato da Marielle, porque teve uma discussão interna que acho que abalou as conversas que a gente tinha, na equipe, porque a gente tinha algumas pessoas da organização que não trabalhavam Américas, mas que aprovam algumas coisas, que não queriam colocar que ela era lésbica nos nossos informes e nas coisas que estavam saindo, públicas, sobre isso; e como se visibilizar que ela era lésbica fosse um problema, ou fosse a gente se metendo onde não é nosso trabalho. Claro, abertamente,

> nós temos, na nossa equipe... Américas, não; mas na equipe global, sim, mulheres lésbicas. Não temos mulheres negras lésbicas atualmente; mas mulheres lésbicas, sim – não-brancas também, vindas de outros contextos, que não são negras, mas não-brancas. Nenhuma delas necessariamente sente que, na instituição, existe alguma coisa maior de lesbofobia, mas claramente, na hora que a gente foi fazer esse informe e que a gente foi trabalhar alguns casos, micro-coisas aparecem, e essas são bem mais difíceis, de identificar, de conversar, porque são aquelas coisinhas enraizadas – aberta e claramente, todo mundo trabalha com direitos humanos, trabalhamos com todos os perfis. Mas há um incômodo de trabalhar um caso, e nessa parte, a gente percebe. Naquela época, em 2018, a gente teve uma discussão, mas tivemos que pedir permissão para a Anielle, se tudo bem colocar – meio desnecessário, completamente desnecessário, mas era o quão confortável se sentem as pessoas da estrutura da organização que faziam essas aprovações e que estavam no processo: eram todos homens brancos, também, então, para eles, era um incômodo muito grande: **"eu posso realmente soltar um comunicado institucional que diga que ela era uma mulher negra lésbica? Está ok isso**. Nesse sentido, a gente está uns passos bem atrás de como a gente conversa abertamente sobre esse tema numa estrutura global (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

O trecho da entrevista acima traz duas dimensões importantes, a primeira fala do silenciamento a que estão submetidas mulheres lésbicas negras, independentemente dos espaços que elas ocupam em nossa sociedade, estando vivas ou mortas. O caso relatado é sobre uma defensora de direitos humanos que, antes de ser assassinada, vivia em uma relação homoafetiva socialmente publicizada e, mesmo assim, após a sua morte, coube questionamentos sobre a forma como ela escolheu vivenciar sua sexualidade. Isso fala de um processo de silenciamento, mas também de como pessoas brancas, quase sempre homens cisgêneros heterossexuais, vivem ainda hoje o conforto do questionamento heteronormativo. Ao questionar se deveriam ou não colocar a informação, que não se trata de uma informação qualquer, mas que diz respeito a uma dimensão bastante importante da identidade daquela defensora que, inclusive,

durante sua atuação enquanto parlamentar trazia questões relativas aos direitos da população LGBTQIA+, com ênfase nas questões das lesbianidades. Mesmo tendo ciência de todas essas informações, o questionamento foi possível de ser feito. Sempre é possível questionar, sempre é possível negar; para homens brancos tudo sempre é possível.

Fazendo uma relação com as três entrevistas, percebe-se que as questões específicas relativas à sexualidade, em específico das mulheres, e o enfrentamento à lesbofobia ainda aparece no lugar do desconforto, dos silenciamentos, aquilo que não precisa ser dito. O desconforto das organizações em tratar, falar e enfrentar a temática, ou seja, o problema da lesbofobia, certamente produz um silenciamento tanto da pauta dentro das organizações e da sociedade como das próprias defensoras lésbicas negras. Qual o nosso lugar nesses espaços? Temos lugar nessas organizações? Há, então, um déficit no trabalho das organizações quando se trata de lidar com as questões de sexualidade e de gênero em seus trabalhos.

Nesse sentido, qual o nosso lugar dentro, seja trabalhando ou sendo acompanhada por essas organizações? Busquei ao longo do processo das entrevistas mapear minimamente onde estão ou se estão localizadas nas organizações de direitos humanos as mulheres negras e, depois, quantas entre essas são lésbicas[32].

> Hoje eu poderia te dizer que estamos com umas 20 mulheres negras, de maneira geral, (em um universo), [...], não poderia te dizer exatamente no mundo todo quanto seria, mas talvez de 60 a 80 pessoas, mas aí a gente vai incluindo também que nós temos, na equipe, indígenas, nós temos homens negros, e mulheres negras, eu poderia dizer que umas 20. Nos últimos anos a ONG tem, nas suas contratações, incentivado muito a participação nos editais de mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas, de orientação sexual diversa. Eu vou falar diversa porque no espanhol, aqui na Colômbia, a gente fala muito, da comunidade diversa, então tem deixado isso explícito nos seus editais, nos últimos anos, incentivamos a participação das mulheres,

[32] Por conta de instabilidade da Internet, não possível captar e registrar a resposta da ONG1 em relação à pergunta sobre quantas mulheres negras trabalham na organização.

> mulheres negras ou mulheres indígenas. Então o número, está em aumento, e com cargos, com cargos de direção, com cargos de assessoria, assessora sênior, com cargos de investigadoras também (ONG 2, entrevista realizada em 08/02/23).

Segue:

> A organização é global, então, se a gente foca na América Latina, e se a gente foca em quem trabalha com Brasil, acho que pessoas que têm diretamente algum tipo de relação com o trabalho que a gente faz no Brasil ou que são rostos visíveis na ONG, somos acho que seis pessoas – entre um pouco mais administrativo e um pouco mais de atividade. Então, dessas seis pessoas, uma é negra, e agora, porque também é recente (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

As entrevistas acima têm como objetivo apresentar que o tamanho da organização ou a quantidade de pessoas que nela trabalha ou que tem uma atuação mais direta no Brasil, o percentual de mulheres negras é baixo. Além disso, demonstra que qualquer nível de ampliação nesse sentido é muito recente dentro das organizações.

Aqui é possível fazer um paralelo com duas dimensões importantes de contexto no debate racial que implica ou deveria implicar em mudanças estruturais dentro das organizações. A primeira delas são as políticas de ação afirmativa que possibilitaram o ingresso de maior número de pessoas afrodescendentes nas universidades e, com isso, algum nível de alteração no mercado de trabalho, incluindo assim as organizações de direitos humanos que não atuam especificamente com as questões relativas ao debate racial. A segunda foi a implementação das Organizações das Nações Unidas (ONU) da década do afrodescendente[33], que numa análise rápida mobiliza

[33] A Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2013, por meio da Resolução 68/237. A Década tem como objetivo promover o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento dos povos afrodescendentes. A Década foi proclamada em reconhecimento ao longo e rico legado dos povos afrodescendentes e à sua contribuição para a sociedade global. A Década também reconhece os desafios que os povos afrodescendentes enfrentam, incluindo o racismo, a discriminação e a pobreza.

organizações, fundos e financiadoras a ampliar seu debate interno sobre a contratação de pessoas negras em suas equipes. Nesse sentido, é possível afirmar que essas mudanças dentro das organizações estão em diálogo direto com o aumento da escolaridade de pessoas negras, mas também com a mudança de chave das grandes estruturas de direitos humanos. Cabe ressaltar que as mudanças nas grandes organizações se dão a partir do trabalho político realizado ao longo dos anos dos movimentos negros e de mulheres negras.

Buscando responder à questão acerca de quantas dessas mulheres negras são lésbicas, ou seja, a segunda parte da pergunta, a entrevistada da ONG1 informa que "não me recordo de nenhuma mulher lésbica negra que trabalha na organização" (ONG1, entrevista realizada em 11/01/23).

A representante da ONG2 traz uma reflexão sobre a importância no avanço do reconhecimento racial, ao mesmo tempo que reconhece que as dimensões da orientação sexual ainda são pouco debatidas dentro da organização e que isso se reflete não só no trabalho com as defensoras, mas também na forma como as próprias profissionais que trabalham com as defensoras tratam desse tema no seu cotidiano organizacional.

> Então neste ponto **do reconhecimento racial vem em avanços, mas do ponto de vista da orientação sexual, eu acho que a gente pouco fala sobre, sabe? Pouco compartilha**. Agora sua pergunta me leva a pensar, como eu gosto de suspeitar das coisas, pode ser que seja isso, como algo tão natural, ou não, pode ser que entre nós mesmas, por exemplo, nas relações hétero da equipe isso se fala, não é? Nas relações que a gente desconfia que existe uma orientação mais aberta, mais aberta vai mais além do que o sexo em si, por exemplo, não se fala. Ou quando se fala é quando está vivenciando alguma relação hétero. Vou falar a partir da minha própria experiência, se eu estou com um namorado, eu sinto que eu falo, se já estou em outro tipo de relação com outra mulher, eu já sinto que não falo. Agora você perguntando, eu pensando isso então, sim, eu acho que tem que suspeitar disso, (porque é algo que se comunica). Se comunica, porque **temos espaços, existem espaços muito bons para conversar de tudo, sobretudo, mas esse é um tema**

> **que a gente não fala**. Esse é um campo da intimidade, não é? E porque também, no nosso caso, com o trabalho que a gente tem em regiões que a gente acompanha, que são regiões com nível de violência muito alto, que você encontra todo tipo de atores, nestes contextos eu acabo assumindo uma identidade, uma orientação sexual muito mais hétero, sem me dar conta, ou me dando, muito mais hétero, não é? E aí falo quando me perguntam do companheiro, acho que pelo próprio temor, o mesmo temor que sentem as mulheres neste contexto, e estou falando das mulheres que tem um fator de proteção adicional ao meu, neste caso, porque, por mais difícil que seja, mas é seu próprio território, tem controle do território. É como que guardo isso para mim, essa informação para mim, porque sei que trabalhamos o contexto em que existe um racismo, uma violência de gênero, de orientação sexual muito forte, nesse aspecto. Podemos guardar isso para nós. **E ao mesmo tempo, é um desafio para a instituição, porque quando a instituição faz análise de risco em nós, se essa informação fica de fora vai acontecer o mesmo que acontece com as mulheres, então vai ser difícil poder fortalecer as medidas de proteção integral, então é algo que vai ser necessário trazer, não é?** (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

Mais uma vez a questão do silenciamento aparece como um fator de impacto dentro da organização. É possível falar que o trabalho no campo dos direitos humanos é efetivo se ainda há espaço para o silenciamento de determinados grupos?

> Nenhuma pelo menos se identifica como lésbica negra. Então, atualmente, nós não temos ninguém na equipe que trabalha a América Latina que não seja hétero – não tem ninguém de nenhuma... aliás, nem lésbica, nem trans. Todo mundo hétero, e não tem ninguém trans. **Todo mundo é cis e heteronormativo, essa é a realidade. A gente tem isso, que tem ampliado na América Latina, que temos uma mulher indígena e uma mulher negra, mas é isso – todo mundo dentro da outra estrutura** (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

De acordo com as falas mencionadas, é possível constatar que se espera que o tema da sexualidade seja comentado a partir de

uma iniciativa das próprias mulheres lésbicas. A responsabilidade pelo enfrentamento à lesbofobia é somente das lésbicas? Que tipo de trabalho as organizações de direitos humanos podem fazer para enfrentar esse tipo de discriminação e de uma forma que essa responsabilidade não recaia somente em quem as sofre?

Nesta parte da entrevista, o objetivo era compreender se houve, nos últimos quatro anos, o acompanhamento de defensoras de direitos humanos que atuam especificamente no movimento lésbico e como a organização apoiou. Nesse sentido, a ideia aqui foi também identificar a proximidade ou não das organizações que trabalham com proteção integral em relação ao movimento lésbico. O recorte temporal foi definido levando em consideração a pandemia de Covid-19 que impactou diretamente o acompanhamento realizado com defensoras e defensores de direitos humanos durante os seus dois primeiros anos.

Em relação à ONG1, a entrevistada não soube apontar quantas defensoras de direitos humanos lésbicas negras foram acompanhadas diretamente pela organização, citando apenas nomes de defensoras que não são e/ou se reconhecem enquanto lésbicas.

> Como defensoras de direitos humanos, é mais diretamente, nos últimos anos – posso estar errada, porque posso estar esquecendo alguém – a gente acompanha o caso da Mônica Benício, da XXXXX, da XXXXX [...]. A gente acompanhou outros casos mais esporádicos – a XXXXXX, [...]. Acho que, mais diretamente, eu citaria, nesse primeiro momento, essas[...] (ONG1, entrevista realizada em 11/01/23).

As defensoras acima nomeadas são reconhecidas publicamente e contam com larga trajetória no campo da defesa dos direitos humanos. Mas apenas uma, Mônica Benício, que é branca, tem na sua atuação o reconhecimento social enquanto uma mulher lésbica e com atuação pelos direitos da população LGBTQIA+. Diante dessas informações é possível perceber que, mais uma vez, recai sobre essas defensoras a tarefa de dar visibilidade ao seu trabalho, pois as organizações entrevistadas não construíram métodos que possam visibilizar suas lutas e não contam com metodologias que assegurem que essas dimensões são e/ou serão consideradas

quando são pensadas as estratégias de proteção e o destaque para suas lutas e pautas.

A entrevistada da ONG2 afirma, como pode ser visto no destaque abaixo, que mesmo sendo uma organização de direitos humanos os debates sobre sexualidade, consequentemente, da orientação sexual, ainda hoje são considerados um "tabu", como veremos no trecho abaixo e que as próprias defensoras não sentem plena confiança em abordar essa temática com as organizações e nem dentro do seu campo de atuação. A articulação de temáticas "tabu" com a falta de confiança se constitui enquanto um lugar de silenciamento para defensoras de direitos humanos lésbicas negras.

> No Brasil, no diagnóstico que a gente faz, aparece como um grupo de **muita exposição a risco e ameaça**, claro, toda à comunidade LGBT, que é incluindo as mulheres lésbicas, então sendo com certeza no Brasil, esperamos que possamos contribuir com um trabalho mais direto com o movimento [...] mesmo no campo de direitos humanos e no campo como defensora de direitos humanos, **esse é um tema de muito tabu, sabe?** Então, assim, quando a gente faz as análises de risco neste universo rural, [...], eu estou falando aqui de comunidades que já vem de um processo organizativo, inclusive, articulada com grandes movimentos, com grandes movimentos de luta rural camponesa, este é um tema que a gente tenta provocar, [...] no sentido de contribuir para uma análise de risco realmente mais interseccional e o mais aberta possível, [...] as mulheres falam com muita vergonha, [...] incluindo aqui o tema racial. Então para chegar nesse tema, para dizer: 'Olha, estou, me sinto mais exposta', desde a interseccionalidade por um tema de classe, por um tema de gênero, por um tema de identidade, incluindo aí, e orientação sexual, ainda hoje, eu sinto que o tema não se aborda, a partir delas, assim, não ter confiança, por exemplo, na gente, nas facilitadoras, por exemplo, mas um tema da própria comunidade, [...] **o medo de se sentirem estigmatizadas na sua própria comunidade** (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

No caso da ONG3, a representante no momento da entrevista não soube quantificar numa perspectiva global e nem na perspec-

tiva da sua atuação no Brasil quantas defensoras lésbicas acompanharam nos últimos quatro anos.

Pode-se, portanto, concluir a partir das informações acima que essas organizações não desenvolvem um trabalho que dialoga diretamente com o movimento lésbico e isso me leva a mais questionamentos do que a uma resposta conclusiva. Por exemplo: quais são, então, os diálogos possíveis intersetoriais no campo dos direitos humanos? De que forma o trabalho de proteção integral pode se aproximar ao movimento, às organizações lésbicas? Na sequência, busquei investigar quantas dessas defensoras que são assistidas por tais organizações são lésbicas negras, buscando assim perceber o nível de acesso de tais defensoras em relação ao trabalho de acompanhamento das organizações entrevistadas.

Mesmo quando as organizações se propõem a algum tipo de trabalho com a população LGBTQIA+ é possível afirmar que ainda há uma dificuldade no reconhecimento das especificidades, gerando assim um não reconhecimento das identidades, orientações e experiências particulares que constituem as trajetórias dessa população.

A experiência da ONG2 possibilita a análise a partir de um número baixo de defensoras de direitos humanos lésbicas negras acompanhadas. Além disso, há indicações relevantes no aspecto das invisibilidades decorrentes da falta de debate aberto dentro das organizações, o que impacta na forma como são percebidas defensoras de direitos humanos lésbicas negras:

> Então, assim, nessa experiência que temos, eu poderia te dizer, pelo menos falo a partir da minha experiência como defensora, se umas trinta mulheres, mesmo com organizações de mulheres, umas trinta mulheres, e dessas aí, sem dúvida nenhuma, umas dez mulheres, negras, lésbicas se sentiram seguras para poder também trazer esse elemento para análise de risco. Eu atribuo a isso, que ainda falta muito, nos processos comunitários, abordar de uma maneira natural, especialmente temas de direitos humanos e proteção, com mais abertura, sabe, e mais capacidade acolhida de tudo isso, esses temas (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

Seguindo a análise das informações a partir de dados numéricos, a entrevistada da ONG3 tem a percepção do quanto os números são baixos se comparados aos dados gerais de pessoas defensoras que são acompanhadas:

> Acho que tem uma porcentagem grande de mulheres negras, sim; mulheres negras lésbicas, menos – são alguns casos. Então, eu diria que é uma porcentagem bem baixa, são pouquíssimos casos. Não sei se tenho que olhar os números específicos, mas diria que não chega nem a 10% dos casos que a gente acompanha no ano (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

Nesse momento da entrevista, a representante da ONG3 traz uma informação importante a ser destacada, que está relacionada com a produção interna de dados da organização. É possível constatar que a partir da não pergunta, mais uma vez, as defensoras de direitos humanos lésbicas negras são invisibilizadas. Há décadas o movimento social lésbico no Brasil aponta a não produção de dados como um fator gerador de invisibilidade, violências e falta de acesso ou acesso precário às políticas públicas. Sendo assim, o mesmo tipo de silenciamento acontece dentro das organizações de direitos humanos.

> E aí tem a outra parte, que é talvez eu ampliar um gap – uma falha que a gente tem na nossa documentação – tem coisas que a gente não sabe. Então, a não ser que elas atuem especificamente nesses temas, a gente não tem, necessariamente, o conhecimento se algumas dessas mulheres com quem a gente trabalhou são lésbicas, a não ser que realmente seja parte do trabalho específico (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

E continua:

> [...] acho que ano passado ou em 2021, a gente fez um levantamento com o trabalho do Brasil [...] um pouco para entender qual era o perfil das pessoas com quem a gente estava trabalhando, mas era meio que... 'será que a gente pergunta isso? Será que não pergunta?', porque como a gente não inclui algumas das perguntas sobre raça e orientação sexual nos nossos formulários, a gente não tem como ela ser autodeclarada. Então,

> era a gente dar um entendimento interno, como a gente nem publica nada sobre isso, e a gente tentar entender com quem a gente estava trabalhando de perfil –, mas, inclusive, é um gap, é uma coisa que a gente não faz, que é recolher essa informação específica sobre os casos. Então, a gente sabe dependendo de que tipo de intimidade a gente tem com a pessoa que a gente está trabalhando, literalmente, ou que estão abertas, seja o tema ou o caso. Acho que essa talvez seja uma porcentagem baixa ainda para cada tipo de caso (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

É preciso problematizar respostas como "ainda falta muito", "tem coisas que a gente não sabe" e "será que a gente pergunta?". As organizações entrevistadas possuem larga trajetória no campo dos direitos humanos, com enfoque na proteção de defensoras e defensores de direitos humanos. Será realmente que não foi possível ampliar e aprofundar esse debate internamente? Quais são as grandes dificuldades para realizar tal aprofundamento? Ou é possível afirmar que esse não conhecimento é proposital e se trata de uma estratégia para o não enfrentamento a determinadas questões e/ou especificamente ao enfrentamento à lesbofobia e racismo no interior das organizações? Sabe-se que a falta de informação implica no aumento de violências e violações e, sendo assim, é impossível pensar e trabalhar a proteção integral sem que, de fato, se conheça e reconheça quem são as sujeitas que essas organizações estão apoiando, acompanhando em seu trabalho cotidiano.

Não se pode partir do pressuposto de que a identificação de defensoras de direitos humanos lésbicas negras se dê somente quando esse for seu campo de atuação, sua pauta de luta dentro dos movimentos sociais. A sexualidade, a orientação sexual, é um aspecto importantíssimo das nossas subjetividades, sendo também uma dimensão política, já que é a partir dessa dimensão que nos formamos enquanto sujeitas e nos localizamos na sociedade, ou seja, a sexualidade é parte indissociável da nossa luta cotidiana em quaisquer espaços que estejamos inseridas.

A partir das perguntas que me orientaram durante as entrevistas, trago ao texto as respostas dadas pelas representantes das organizações. A entrevistada da ONG1 relata que, no longo tempo

no qual desenvolve esse tipo de atividade de acompanhamento, nenhuma defensora de direitos humanos lésbica negra foi premiada.

Fazendo um paralelo com a resposta da ONG2, que não tem uma premiação específica, mas que desenvolve atividades artísticas de reconhecimento e visibilidade da luta de defensoras e defensores, segue:

> Sim. [...] então a organização tem tentado incorporar, nos últimos anos, o tema também da arte, a arte como uma proposta potente de duas coisas, de visibilizar as contribuições das mulheres, das mulheres negras, as mulheres indígenas, [...] então temos tentado impulsionar, por exemplo, concursos de poesias, concursos de arte, nesse aspecto, foi uma primeira experiência, o ano passado. **O que o avanço que estamos tendo, do nosso ponto de vista, mas muito também provocado pelas mulheres, pelas mulheres lésbicas, pelas mulheres negras, muito provocada também nesse aspecto de que tratar o tema não é faltar o respeito com a cultura, com os processos** (ONG 2, entrevista realizada em 08/02/23).

Já a entrevista da ONG3 traz outros aspectos importantes nesse sentido, ao pensar, mais especificamente, o Brasil e as premiações particulares para defensores que atuam nos movimentos LGBTQIA+.

> Sim, a gente tem um prêmio – é um reconhecimento anual. No Brasil, nenhuma; da América Global, algumas, mas também muito poucas. Nos últimos quatro anos, teve uma mulher negra lésbica que foi reconhecida com o prêmio anual, mas eu vou dizer, pensando que teve uma, pelo menos, nos últimos quatro anos – foi em 2019 –, **e eu ponho os parênteses justamente porque esse ano, em específico – 2019 – a gente o fez inteiro voltado para a população LGBTQIA+. Então, claro, como esse já era o recorte, você ter uma mulher negra da América Latina não era difícil, digamos assim**. Foi importante o reconhecimento, porque, em comparação com outros perfis, não é um perfil que é tanto nomeado; então acho que essa é uma parte importante – não é só sobre a gente escolher para o prêmio, mas tem muito poucas nomeações para o prêmio para a gente escolher. Mas aí o ano que teve, dos últimos agora, foi

> um ano que foi dedicado a tal perfil. Então, já era mais próximo [...]. **Mas do Brasil, nenhuma;** mas, nos últimos dois, quatro anos, na América Latina, em 2019 teve essa defensora (ONG3, entrevista realizada em 01/02/23).

Os diálogos acima identificaram que essas organizações, mesmo após anos de trabalho, possuem pouca articulação com os movimentos sociais que atuam especificamente com a garantia de direitos para a população lésbica e, consequentemente, para com as defensoras de direitos humanos que atuam nesse campo. Esse distanciamento não se dá apenas no Brasil, mas também em outros países onde as organizações têm incidência.

Pensando especificamente a partir do trabalho e das dimensões da proteção integral, o diálogo com as organizações identifica as dificuldades enfrentadas pelas defensoras de direitos humanos lésbicas negras, mas não aponta propostas concretas para o enfrentamento a essas dificuldades. Foi possível perceber que há um nível de reconhecimento do não tratamento dessas pautas, mas também de desconforto. Há, nesse sentido, uma percepção de "mea culpa" pela forma como a lesbofobia não é enfrentada e pela falta de compromisso nesse sentido. Existe o reconhecimento das dificuldades vivenciadas pelas defensoras lésbicas negras, mas não foi possível destacar das entrevistas quais práticas de enfrentamento estão sendo apresentadas pelas organizações para garantir a proteção de tais defensoras diante das dificuldades.

Três questões importantes se apresentam na fala das entrevistadas: racismo estrutural, invisibilidade e falta de acesso. Nesse sentido, pode-se afirmar que, a partir do racismo estrutural, vem a invisibilidade e com isso a falta de acesso, um processo dialético. Dialogando diretamente com a dimensão da interseccionalidade, quando este conceito nos aponta que é fundamental um olhar para o todo, ou seja, sem fragmentar as diferentes opressões, compreendem-se as mais variadas formas como as sujeitas se compõem, pois é isso que nos dará a dimensão real dos desafios enfrentados. A partir da compreensão das interseccionalidades, será possível perceber tanto as múltiplas formas de opressão existentes como as múltiplas identidades que atravessam a trajetória das defensoras e como

isso marca as relações que estão sendo construídas no campo dos direitos humanos, inclusive no que se refere às relações de poder e hierarquias sociais.

A entrevistada da ONG1 aponta que:

> Então, eu acho que elas [defensoras] estão muito mais vulnerabilizadas, expostas. E reproduzindo a questão do menor acesso, de mais preconceito, de menos atenção. **E acho que até dentro da própria organização, elas estão tendo um desafio**. Mesmo no campo dos direitos humanos, a pauta racial ainda precisa ser profundamente transformada e modificada. Então, acho que essa questão das mulheres lésbicas negras, defensoras de direitos humanos, o que a gente verifica é também seguindo o mesmo padrão de discriminação que a gente vê em outros campos (ONG1, entrevista realizada em 11/01/23).

Esse trecho traz um ponto bem específico do objetivo deste trabalho que é outra hipótese da pesquisa: as vulnerabilidades às quais estão submetidas as defensoras dentro dos espaços que fazem a defesa dos direitos humanos. As organizações assim se constituem também como um espaço colonizador, pois, enquanto não reconhecem esses corpos nos seus campos de atuação, deslegitimam a importância do enfrentamento a essas discriminações e, com isso, mesmo que tenham na sua estrutura a participação de lésbicas negras, não se constituem como um espaço aberto para que elas debatam abertamente sobre suas pautas. Na maioria dos casos, esse processo transforma esses locais – que deveriam proteger defensoras de direitos humanos lésbicas negras – em mais um espaço de desconforto para elas, podendo chegar até a se constituir como um espaço violento. Se não é possível que a minha participação, a presença do meu corpo político nessas organizações se constitua como um enfretamento às desigualdades postas na sociedade em geral, esse espaço também me violenta. Portanto, mesmo que essas pautas não sejam do trabalho específico das organizações, é necessário que haja uma reavaliação. Trabalhar com a defesa e garantia dos direitos humanos se constitui em uma tarefa cotidiana de ampliar as perspectivas de atuação, agregando pautas que antes não eram consideradas, trazendo para dentro uma perspectiva decolo-

nizadora, mesmo que isso implique em uma reestruturação da organização

Para a ONG2 a questão das invisibilidades se mostra como um fator importante a ser enfrentado pela organização:

> **Primeiro, a invisibilidade. Então, para mim, uma das grandes dificuldades e desafios é a invisibilidade, da própria orientação e da própria identidade de gênero das mulheres, e aí se junta, claro, com o tema racial.**
> Então somente reconhece, ou reconhece entre aspas, quando já existe um ataque direto e físico; então é como que: 'Sim, mas é talvez porque ela era lésbica', não se discute, isso não se justifica, então isso, mas todos esses outros tipos de agressões também, não se considera como agressões, **porque é no campo simbólico, é no campo da palavra, e que se poderia sim ter ações preventivas, incluindo no diálogo com o próprio estado, porque, claro, se a comunidade não reconhece, invisibiliza, na hora de dialogar com o estado, isso fica de fora, fica de fora a orientação e fica de fora a identidade de gênero** (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

A resposta da ONG3 faz um diálogo direito com a resposta acima:

> Acho que a primeira... é o acesso. Então, você perguntou quais são os obstáculos, e acho que é acesso uma das primeiras coisas, sim: conhecer a ONG e se reconhecer na ONG. Claro, nós não temos nenhuma pessoa trabalhando nas Américas atualmente que represente esse perfil, então acho que isso, **claramente, é um trabalho grande da organização: tentar chegar nos espaços claramente... enfim, não tem como todo mundo estar representado em todos os espaços, e como a gente faz para acessar um espaço que nenhum de nós é parte do movimento?** Então, como a gente constrói essas pontes e esse reconhecimento de que a ONG é, sim, um lugar que talvez as defensoras poderiam acessar – o acesso em si, em vários sentidos (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

As entrevistas acima mostram que as falhas e lacunas nesse campo são reconhecidas internamente, mas também expõem uma tentativa de justificar essas falhas. Assim como demostram que as organizações têm ciência do impacto dessas falhas. E nesse ponto da entrevista surgem, pela primeira vez, algumas possíveis propostas práticas de enfretamento interno às desigualdades e discriminações às quais as defensoras de direitos humanos negras lésbicas foram expostas. Creio que uma delas se dá no sentido de ampliação do debate interno, para que nesse sentido se amplie o debate externo, nas organizações parceiras, nas comunidades e movimentos, locais onde estão inseridas as defensoras. Uma outra proposta é a necessidade da composição, de fato, diversa das organizações como uma forma de criar pontes de identificação com as defensoras, construindo assim um espaço de diálogo seguro a partir do reconhecimento de diferentes vivências, e com a presença direta dos próprios movimentos lésbicos. Nesse sentido de ampliação do diálogo com o movimento, surge a proposta no que se refere ao campo das políticas públicas em todas as esferas e áreas do campo dos direitos humanos.

No que diz respeito à utilização da nomenclatura "defensores de direitos humanos", a ONG3 reconhece que essa definição está em disputa, que o próprio reconhecimento pode aproximar ou afastar, como acontece no caso das lésbicas negras. Quem é defensora de direitos humanos?

> **E tem essa parte também de se reconhecer como defensora dentro dessa nomenclatura utilizada pela ONG e por esses espaços.** Então, as vezes em que o apoio aconteceu, ele veio muito mais indireto, alguém que já conhecia, que conversou, que identificou e que convenceu a pessoa de que, sim, a ONG era para elas antes de elas chegarem. Acho que tem um trabalho de mediação, e os casos que a gente trabalhou – e, inclusive, a mediação foi feita por mulheres negras lésbicas –, acho que essa parte foi superimportante. Também a gente tem o limite do entendimento das nossas próprias instituições. [...] a gente, internamente, depois que você atende o caso e chega a conversar, como você explica as diferentes necessidades, tanto instituição quanto aprovando o apoio, então não é só

> o primeiro acesso, mas também o que isso implica dentro do processo. **Tem muito preconceito ainda interno** – racismo etc. – e coisas que vão se manifestando à medida que chegam os casos e que você não necessariamente prevê, e a gente, enquanto instituição, às vezes acha que não acontece, mas depois você vai percebendo e analisando: um caso chegou e não foi para frente, ou como a pessoa se sentiu quando teve que conversar com outras pessoas. **Então, acho que tem uma parte das estruturas não estarem feitas para esse público** (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

Quando as entrevistadas das organizações nos informaram sobre o avanço no debate racial, mas reconhecem as iniquidades no que se refere ao enfrentamento à lesbofobia dentro e fora das organizações, mostraram que para determinadas sujeitas o direito não é aplicável e/ou que essas sujeitas não estão no campo do humano. Quando nós, defensoras de direitos humanos lésbicas negras, não temos esse reconhecimento, as ações das próprias organizações nos colocam em situações de potenciais violações, como pode ser percebido no relato da representante da ONG3 que segue:

> Então, a gente teve alguns casos – escuta sobre alguns, trabalhou alguns que a gente, sem querer, sem ser essa a intenção claramente – expôs pessoas a novos riscos. Então, que a gente foi descobrir ou que a gente ficou pensando que uma mulher específica era lésbica depois que ela recebeu outro ataque em um espaço que a gente mandou e foi maltratada, etc., ou pelo menos a gente não teve a possibilidade de ter a conversa antes, também de entender: esse é o espaço, não está isento ou então de pensar se precisava mandar outra pessoa acompanhando para garantir que isso não vá acontecer; então tanto em espaços de representação pública como contatos de confiança, que sempre tem contatos de confiança para vários casos e acaba sendo uma pessoa que ataca, de alguma forma, ou uma pessoa que, neste caso, **claramente a gente achava que era um contato de confiança e a pessoa não é um contato de confiança para todos os públicos**. A gente está trabalhando com proteção, precisa trazer isso ainda mais para os processos de leitura e de análise. Então, não sei, tem pessoas que a gente

> achou um outro lugar porque precisavam sair do território, a pessoa não era bem-vista ou não era aceita no lugar que a gente colocou a pessoa ou que a pessoa tinha escolhido, mas a gente também não considera outras... não sei, acho que o background mesmo, outros tipos de ameaça que vão além do básico das ameaças por causa do trabalho político (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

A sequência da entrevista continua a apontar as implicações do processo de não reconhecimento político de determinadas sujeitas e suas implicações no "cotidiano dos direitos humanos".

> Então, acho que tem uma parte inteira que fala de a **gente incluir melhor tudo que tem a ver com a identidade da pessoa que a gente está apoiando**. Mas a gente, sim... tem cinco, seis casos que eu trabalhei muito de perto nos últimos anos, e em todos eles, a gente teve uma falha – **a gente aprendeu de todos, mas às custas de alguém que sofreu de novo**. Era por causa disso: a vizinha não gostava, teve um problema com um morador do prédio, ou no banco não quiseram dar dinheiro e abrir a conta, diferentes coisas que, para a gente, no dia a dia, são parte do trabalho e que **ninguém, necessariamente, na instituição, se deu conta ou estava preparado para atender um caso que tenha esses outros elementos** (ONG3, entrevista realizada 01/02/23).

As falas e relatos acima partem de um pressuposto de que ainda falta algo, de que alguma coisa não está inclusa, retrata a tensão para lidar com as dimensões de gênero e orientação sexual. Não que a dimensão do racismo esteja enfrentada e superada por completa, mas já existem alguns mínimos esforços sendo trabalhados dentro das organizações, mesmo que isso tenha acontecido por pressões externas, vinda dos movimentos negros ou das fontes de financiamento, algum caminho está sendo trilhado.

A ausência de reconhecimento e, com isso, também de representação, tanto dentro das organizações como no trabalho de suporte e acompanhamento às defensoras de direitos humanos lésbicas negras realizado pelas organizações de direitos humanos,

representam a perpetuação de uma estrutura branca cis heteronormativa de poder dominante.

As entrevistas informam sobre uma contínua estrutura de poder e controle no campo dos direitos humanos e isso se configura em invisibilidades e falta de acesso, geralmente reforçando as violências e violações às quais estão submetidas essas defensoras em outros espaços da sociedade em um país onde a LGBTQIA+fobia e racismo matam[34] cotidianamente.

Considerações finais

As narrativas que envolvem as defensoras de direitos humanos lésbicas negras em diferentes campos de atuação dos direitos humanos permanecem exíguas. A produção de conhecimento sobre elas é escassa no meio acadêmico, nas organizações e em movimentos sociais. Nos é conferida a invisibilidade nos discursos e na produção de conhecimento sobre direitos humanos e em espaços de liderança. Em uma das entrevistas realizadas, tal questão se explicita na percepção de que "sequer se consegue lembrar o nome de alguém": – "Você poderia me indicar defensoras de direitos humanos lésbicas negras para entrevista?" – "Eu sequer consigo lembrar, então acho que está totalmente invisibilizado" (ONG1, entrevista realizada em 11/01/23).

Dentre os materiais produzidos por organizações de direitos humanos, poucos abordam a atuação de defensoras e defensores de direitos humanos com uma perspectiva interseccional, considerando as questões de gênero, raça e sexualidade. Essa abordagem permitiria uma análise mais aprofundada das experiências e dos desafios enfrentados por defensoras de direitos humanos lésbicas negras, além de revelar as diferentes formas de resistência e os impactos de suas lutas.

De maneira geral as defensoras de direitos humanos lésbicas negras só são reconhecidas ou se identificam se atuarem na defesa

[34] De acordo com o IPEA (2020), em 2018 foram registradas 1.685 denúncias de violência contra a população LGBTQIA+, contudo, há uma subnotificação dos casos e das denúncias, revelando outra estratégia da violência, que é a culpabilização da vítima.

dos direitos da população LGBTQIA+. Fora isso, como apareceu durante entrevista com uma das organizações, a sexualidade é vista como algo privado, o que em última instância acarreta invisibilização mesmo em espaços de luta pelos direitos humanos.

Lésbicas negras, ao alcançarem espaços de liderança nos movimentos sociais e nas organizações, acabam por destituírem-se da dimensão da orientação sexual. Ter uma lésbica negra em espaço de poder não garante que isso se tornará pauta política em suas atuações. A pressão pela dita "perfeição", como apareceu durante uma das entrevistas, invisibiliza a sexualidade dessas mulheres. Há um esforço de manter a sexualidade no campo privado, quando sabemos que orientação sexual é do campo político, porque isso não implica somente com quem nos relacionamos, mas também na forma como nos posicionamos na sociedade.

> [...] existe uma justificativa desse silenciamento, levando para o tema privado, no sentido de que, (gente, eu escuto isso, eu escuto, parece que não) orientação sexual é um tema íntimo das pessoas, ninguém precisa sair falando: 'Eu sou hétero. Eu sou lésbica', (não precisa), é um tema íntimo, então é como se esse discurso de que é um tema íntimo se mantém silenciado, e na hora das agressões isso não é um tema íntimo. [...] nas próprias comunidades ou instituições, por mais que você coloque a pergunta, essa informação não chega, é porque a própria pessoa não encontra confiança, espaço, para dizer. Então essa ausência de números, ou números baixos (de defensoras lésbicas negras acompanhadas pela organização) que eu te passei agora, para mim é resultado disso. Fala dessa invisibilidade, inclusive numérica também (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

Se faz necessário reconhecer e defender o trabalho dessas defensoras, bem como criar espaços de diálogo e apoio para fortalecer suas atividades. Além disso, é necessário promover ações que combatam as múltiplas formas de invisibilidades e marginalização que elas enfrentam, criando oportunidades para que exerçam liderança, influência e participação efetiva nos processos de tomada de decisão.

Foi possível observar também que o racismo, sexismo e heteronormatividade são barreiras no processo de reconhecimento político e na atuação de lésbicas negras como defensoras de direitos humanos.

> Quase sempre, aqui, na Colômbia, por exemplo, Centro América, ou você vai acompanhada com um homem, ou você é ajudante, [...] é algo como que: 'Mas são vocês que vão falar de proteção? Isso não é coisa de macho?', inclusive falam isso. Isso acho que demonstra a opção institucional dos últimos anos, com certeza (ONG2, entrevista realizada em 08/02/23).

Entender e defender a interseccionalidade da raça, gênero e sexualidade nas trajetórias das defensoras lésbicas negras, seja qual for seu campo de atuação, é essencial para uma abordagem holística e justa na promoção dos direitos humanos, uma vez que somente por meio de uma análise aprofundada e inclusiva podemos trabalhar em direção a uma sociedade mais igualitária e livre de discriminação para todas as pessoas.

Aponto a urgência de que construamos uma ação efetiva para ampliar a visibilidade e a representatividade das defensoras de direitos humanos lésbicas negras no campo dos direitos humanos, nas universidades, nos movimentos sociais etc. É necessário superar as barreiras que limitam o acesso dessas mulheres aos espaços de poder e decisão, além de promover suas perspectivas, demandas e conquistas. Somente por meio da equidade e do reconhecimento pleno das defensoras de direitos humanos lésbicas negras é possível construir um movimento de direitos humanos real, diverso, abrangente e efetivo. É ouvir e respeitar suas vozes, garantindo que suas lutas sejam integralmente compreendidas e que suas contribuições sejam devidamente reconhecidas no contexto dos direitos humanos.

Por fim, coloco aqui alguns questionamentos que continuaram a me acompanhar após a finalização da pesquisa, mas que me impulsionaram para a sua continuação no projeto do doutorado: como as organizações de direitos humanos, com o perfil das organizações aqui entrevistadas, podem ampliar sua atuação e diálogo com os movimentos e organizações lésbicas e de lésbicas negras? Qual o nível de

acesso às informações e mecanismos de proteção integral que tem as defensoras de direitos humanos lésbicas negras que atuam nos movimentos LBTs? Isso me levou a refletir sobre quais são os atributos para ser uma defensora de direitos humanos. Somente a luta por direitos específicos nos colocam no lugar da defesa de direitos humanos? Quais são as características de uma defensora de direitos humanos? Será que lésbicas negras só serão reconhecidas enquanto defensoras se ocuparem lugares em organizações específicas?

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BILGE, S.; COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CLAPP, A. Políticas de Reconhecimento X Políticas de Redistribuição – um dilema contemporâneo. **Revista O Social em Questão**, [S.l.], v. 13, n. 23, 2010.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, [S.l.], v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/ issue/view/56. Acesso em: 3 nov. 2024.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**: Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, 2019.

COMBAHEE RIVER COLECTIVE. **Uma declaração negra feminista**. A Coletiva do Rio Combahee de abril de 1977. (Tradução Livre: Difusão Herética.)

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In:* HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

CURIEL, O. **La nación heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Ed. Brecha Lésbica, 2013.

DE MARCHI, A. *et al*. **Guia de proteção para defensores e defensoras de direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2021.

FERNANDES, F.; SILVA, J. S.; BARBOSA, J. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, v. 1, 2018. Disponível em: https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/. Acesso em: 8 nov. 2024.

GOMES, D. D. **Quem é "defensora de direitos humanos"?:** processos de reconhecimento político de lésbicas negras no campo dos direitos humanos. 77p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://eds.p.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=1&sid=625b240d-8b78-4a2b-9bc828251ce87ead%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnImc2l0ZT1lZHMtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=puc.236532&db=cat06910a. Acesso em: 14 dez. 2024

JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS. **Na linha de frente**: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil – 2019-2022. Curitiba/PR, 2023.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

ONU. **Declaração dos Direitos e Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade para Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdade Individuais Universalmente Reconhecidos**. 1998. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/ Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.

ONU MULHERES. **Dimensões da violência contra Defensoras de Direitos Humanos no Brasil**. ONU, 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-Defensoras-Violencia1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.

PIRES, T. R. O. Racializando o debate sobre Direitos Humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018.

PIRES, T. R. O. **Criminalização do Racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos**. 2013. 323p. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**: Journal of Women in Culture and Society, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

RODRIGUES, J. V. Direitos Humanos e Diversidade Sexual: uma agenda em construção. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 23-37.

5. Coletivos de mães: espaços de luta e afeto

Juliana Marcia Santos Silva[35]

Introdução

A luta organizada tem sido a escolha de diversos grupos que vivenciam a opressão social em suas diversas esferas, como raça, gênero, etnia, classe e suas interseccionalidades. Vê-se que no cenário brasileiro os movimentos sociais deixaram e ainda deixam sua marca na história da democracia do país.

As novas gerações, mais conectadas com as redes sociais com sua forma mais dinâmica e intensa de comunicação, têm reunido suas pautas em novos formatos de ativismo, dentre eles os chamados coletivos que, mesmo sendo um formato já preexistente, ganha notoriedade e numerosidade no país na década de 2010 e se multiplica ainda mais no pós-junho de 2013.

Nesse cenário, as mães universitárias, figuras que vinham sendo invisibilizadas, oprimidas e até expulsas das Instituições de Ensino Superior (IES), têm utilizado o formato de coletivos para resistir nesse ambiente e redefini-lo em favor de sua permanência. Esses coletivos tornaram-se numerosos na região Sudeste, em especial no Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, busca-se aqui apresentar contribuições para as análises sobre esse modelo de ativismo e analisar os significados e as origens dos coletivos de mães universitárias do Estado do Rio a partir da fala de suas ativistas fundadoras que foram entrevistadas para esta pesquisa[36].

[35] Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia. Ativista do Coletivo nacional de mães na universidade e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Ações Afirmativas e Reconhecimento (GPAAR).

[36] Este capítulo é fruto da tese de doutorado "'A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar': coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras", apresentada ao Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no ano de 2024.

Afinal, o que são coletivos?

A pouca literatura que se encontra sobre coletivos ainda não estabeleceu um consenso sobre um conceito, pois, diante da multiplicidade desses movimentos, há uma severa dificuldade em criar um conceito que dê conta de tamanha diversidade. Contudo, com base na literatura atual, podemos afirmar que os coletivos são grupos auto-organizados que se reúnem em torno de um interesse comum. Esses grupos buscam promover transformações sociais, políticas ou culturais, que podem estar relacionadas às experiências ou situações atuais de seus membros. Suas principais características incluem a fluidez na composição e nas pautas, permitindo mudanças conforme as demandas dos membros e o contexto; a horizontalidade e autonomia, que se opõem à hierarquia; a alta responsividade ao contexto em que se inserem; e a presença ativa nas redes sociais. A palavra "coletivo" remete à origem latina *colligere*, que significa "colher junto", refletindo a lógica de trabalhar coletivamente para construir algo que beneficie todos os membros e seus pares. Os integrantes desses grupos geralmente se identificam como ativistas ou militantes, sendo a maioria jovens com menos de 30 anos.

Para Perez (2018) trata-se de uma mobilização pequena e não institucionalizada, sendo "um tipo de organização fluida, não hierárquica e discursivamente distante da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais" (Perez, 2018, p.3). A rejeição às organizações tradicionais é tamanha que alguns coletivos também se recusam a serem classificados como movimentos sociais, pois os enxerga como engessados, tradicionais e centralizadores; assim, são parte da "velha política" a qual se opõem e se distanciam (Gohn, 2016; Perez, 2018). Contudo, a relação dos coletivos com os movimentos sociais não segue de maneira padronizada; é multiforme, como observamos abaixo:

> Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, negar a forma movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política (Gohn, 2017, p. 23).

Para Perez e Souza (2020, p. 2), a principal diferença entre os coletivos e os outros movimentos "é o fato de não ter uma pauta permanente de ação; ele pode agregar múltiplas demandas de modo que as pautas prioritárias sejam definidas por meio de debates periódicos". Esses autores sistematizaram os coletivos em sete tipos, sendo eles: universitários, vinculados a partidos, vinculados a movimentos estudantis, que atuam com causas sociais, de artes, promotores de eventos e empresariais, demonstrando assim a diversidade de uso desse modelo de ação coletiva.

Dentre os formatos de coletivos conhecidos encontramos uma quantidade expressiva deles no ambiente universitário, onde o ativismo e a academia estabelecem uma relação continuada da qual os coletivos se alimentam do conhecimento acadêmico e também levam o conhecimento adquirido para dentro dos moldes científicos de produção de saberes. Há que se enfatizar que, assim como nos movimentos sociais, há nos coletivos um caráter educativo por possibilitar o diálogo com múltiplos membros em que há troca de vivências e saberes que viabilizam a construção de novos repertórios e propostas.

Dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), os coletivos universitários podem ser de atuação local, promovendo a organização política e cooperação entre os estudantes, buscando estabelecer o diálogo com as reitorias, pró-reitorias, coordenações, secretarias e demais componentes das instituições e podendo significar mudanças expressivas para acolhimentos dos grupos em vulnerabilidade social inseridos nesses espaços, e, por consequência, na redução das desigualdades sociais dentro e fora da universidade. Contudo, há também os coletivos de atuação mais ampliada, que realizam articulação estadual, regional, nacional ou que não se limitam aos espaços físicos para definir as suas ações, fazendo da Internet o seu principal ambiente de atuação.

Assim os coletivos são espaços de lutas e de intercâmbios, que possibilitam uma educação que extrapola os modelos tradicionais da sala de aula e realizam constante diálogo e análise da realidade com vistas a mudanças práticas. Nesses espaços os ativistas trocam, sistematizam, traduzem, analisam e reorganizam seus conhecimentos e seus próprios saberes, construindo seus próprios itinerários forma-

tivos, e, diante da sua aproximação com a academia, relacionam esse conhecimento com a literatura acadêmica.

A grande maioria dos coletivos universitários tem como pauta central a permanência dos estudantes não tradicionais, ou seja, aqueles pertencentes a grupos minoritários que historicamente são excluídos do mundo universitário, tais como estudantes negras e negros, indígenas, pessoas idosas, mães, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ e outros.

Autoras como Gohn (2022) e Perez (2018) apontam que os coletivos também se caracterizam pela horizontalidade (ausência de liderança), informalidade, fluidez em sua composição e forte presença em mídias digitais, por onde se organizam, debatem e convocam para protestos, atos públicos e reuniões. Há que se destacar que a ausência de liderança é um elemento controverso quando se trata de coletivos, pois as pesquisas mais aprofundadas costumeiramente identificam algum tipo de organização hierárquica, além da centralização de decisões em alguns membros apontados como "líderes" ou "representantes".

Embora pareçam uma grande novidade, há registros que datam do período da Revolução Francesa, que já demonstrava a existência de grupos autodenominados de coletivos.

Os coletivos culturais pioneiros já se faziam presentes na Espanha e no México em 1930, com diversos grupos que se autodenominavam como coletivos fotográficos, e que alteraram o modo de vender fotografias e de formar novos fotógrafos (Queiroga, 2012; Costa, 2020; Gohn, 2022).

Na dimensão social o ativismo em coletivos também não é recente, especialmente aqueles que tratavam de gênero e raça, a exemplo do coletivo Breed and Roses, um coletivo socialista de libertação das mulheres, que atuou entre 1969 e 1973 na cidade de Boston, nos Estados Unidos, e denunciou que o feminismo hegemônico (e branco) ignorava as demandas específicas de mulheres negras e terceiro-mundistas. Além dele, podemos destacar o Coletivo "Combahee River", um coletivo socialista de mulheres negras e lésbicas que atuou entre 1974 e 1980, lutando pelas pautas que atravessavam suas vivências enquanto mulheres negras e lésbicas (Gohn, 2022; Falquet, 2019).

Do mesmo modo, no Brasil os coletivos também não figuram como uma novidade, mas seu aumento quantitativo na cena pública

tem surpreendido e despertado curiosidade. Segundo Gohn (2022), podemos associar tal crescimento ao clima democrático que se instalou no país no período de redemocratização e, em especial, às políticas de inclusão social e o incentivo à participação política que se registrou após a década de 1990. Todavia, embora a conjuntura política possa ter estimulado os jovens a atuarem no cenário político, é justamente a descrença nas instituições que tradicionalmente compõem esse cenário (partidos, movimentos sociais, políticos e afins) que impulsiona novas formas de ação coletiva e de agir político.

Cansados de esperar que o funcionamento correto das engrenagens políticas os guiasse até o cenário democrático prometido pela Carta Constitucional de 1988, os jovens foram em busca de "fazer política com as próprias mãos" a partir de uma atuação direta em formato de protestos e manifestações sem associações com partidos, movimentos sociais, grupos ou quaisquer tipos de organizações já conhecidas. Revela-se um cenário de pessoas comuns realizando rechaço público diante do mau funcionamento dos serviços públicos, a promiscuidade de alguns partidos políticos, a corrupção, a impunidade e a insatisfação com a cooptação de alguns movimentos sociais que se diziam não alinhados e críticos às formas de fazer política, mas que na prática estavam associados a algum partido e estavam tentando ocupar posições-chave em importantes espaços de discussão.

Essa insatisfação inquieta os brasileiros na década de 2010 causando uma ansiedade que traz para esse grupo o sentimento de urgência de participação; assim se popularizam no país novas formas de ação coletiva, dentre elas o modelo dos coletivos, que ganhou maior notoriedade e também mais adeptos a esse tipo de organização entre o público jovem (Gohn, 2022; Thibes *et al.*, 2020).

Essa indignação coletiva que despertou a juventude brasileira para o engajamento político culminou nas Jornadas de Junho 2013 (também chamadas de Revolta do Vinagre[37]), que utilizaram fortemente as redes sociais em sua organização e possuíam diversas pautas políticas e sociais. Nessas jornadas, os jovens foram às ruas

[37] O movimento recebeu esse nome pois os manifestantes difundiram a informação de que o uso de vinagres nas roupas ou em máscaras protegeria os manifestantes contra os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela polícia para dispersar as multidões que se formavam nos protestos do dia 13 de junho de 2013.

gritando "Não são só 20 centavos", em referência ao discurso midiático que insistia em reduzir as demandas da movimentação nacional ao aumento da tarifa de ônibus, contudo havia numerosas outras queixas coletivamente compartilhadas por essa juventude. Dentre as pautas destacavam-se a indignação com a corrupção e as más condições dos serviços públicos que se contrastavam com as incríveis estruturas para a realização da Copa do Mundo, que ocorreria no país ano seguinte, fruto dos altos investimentos do governo federal.

As Jornadas de Junho de 2013, além de contar com a intensa participação de coletivos preexistentes, acabou por despertar os jovens para esse modelo de ação coletiva e estimulou o surgimento de novos coletivos que emergiram num cenário de múltiplas manifestações contra o neoliberalismo e seus efeitos, além de afirmações das identidades e das diferenças culturais dentro do cenário brasileiro. Assim, podemos afirmar que os coletivos representam uma reconfiguração do ativismo urbano brasileiro, com novos formatos de engajamento, frutos de uma nova cultura política de participação social (Perez; Silva Filho, 2017; Gohn, 2022).

Esses novos coletivos concentram-se intensamente no momento presente, preocupam-se com a vivência de algo novo, além do acesso a práticas negadas ou que foram economicamente inacessíveis durante sua trajetória de vida, além de ter como elemento articulador dos membros a defesa de uma causa e pautar-se na ideia do "ganhar-ganhar" – todos os membros que participam do esforço e poderão se beneficiar do resultado (Maria; Ozório, 2017).

Os coletivos de mães universitárias

Na categoria coletivos universitários, os coletivos de mães universitárias (CMUs) têm se organizado de maneira expressiva, sendo compostos em sua maioria por estudantes, mas também podendo contar com a atuação de docentes e técnicas, além de mulheres sem filhos.

A formação de coletivos de mães universitárias é uma estratégia de sobrevivência adotada por essas mulheres, pois a conquista histórica do direito à educação e a inserção das mulheres no mercado de trabalho não significou necessariamente uma divisão ou redis-

tribuição das atividades do cuidado, mas sim foram somadas às demandas já existentes da maternidade, da preservação da família e do cuidado com o lar. É nessa perspectiva de múltiplas jornadas concomitantes que as mães se inserem nas instituições de ensino superior[38].

O modelo de coletivos de mães universitárias, assim como outros coletivos universitários, tem em seu âmago a busca pela permanência no ambiente universitário nos diversos níveis de formação, bem como o reconhecimento do impacto da maternidade na formação e nas carreiras das mulheres estudantes e a vigilância sobre formas de opressão e assédio motivados por preconceitos referentes à maternidade.

Nesses coletivos, o fato de ser "mãe" torna-se a identidade primária dessas mulheres, aparecendo inclusive antes da identidade de "universitária", "estudante" ou "da universidade". A priorização dessa identidade demonstra que a ênfase desses grupos está nos percalços socialmente impostos a mães que se propõem a viver para além da maternidade. Assim, os objetivos centrais desses coletivos concentram-se em torno dessa condição, podendo assumir contornos diferentes em cada instituição.

A pesquisa aqui realizada identificou a existência de 40 coletivos de mães universitárias; destes, 23 situam-se na região Sudeste, onde também estão os primeiros CMUs de que se tem registro. O primeiro deles é o Grupo de Mães e Pais Universitários (GPMU/UFSCar), criado em 2010, seguido do Coletivo de Pais e Mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (COPAMA/UFRRJ) de 2012.

O Estado do Rio de Janeiro, além de apresentar o segundo maior quantitativo de coletivos num mesmo estado, também ganha notoriedade pois dois de seus coletivos formaram núcleos de estudos sobre maternidade no país: o Núcleo Interseccional de Estudos sobre Maternidade (NIEM) e o Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade (Núcleo Materna).

[38] As discussões sobre estes temas foram aprofundadas em trabalhos anteriores Mães adolescentes negras na UFBA: as intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino (Silva, 2017) e Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional. (Silva, 2020).

Na condução desta pesquisa entrevistei as ativistas fundadoras do Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ-COPAMA; Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ (COPAMA IM); Mães da UFRJ; Coletivo Dandara de Mães e Gestantes da UniRio (Colodanda); Coletivo Mães, criaturas invisíveis (IFRJ); e Coletivo de Mães da UFF–CMUFF. Esses CMUs tiveram seus nomes codificados e foram sistematizados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Coletivos de Mães Universitárias do Estado do Rio de Janeiro.

COLETIVO	DESCRIÇÃO
Gardênias	É um coletivo de uma universidade que possui vários *campi* fora da capital fluminense, mas concentra suas atividades no *campus* mais próximo da capital. Foi fundado antes da pandemia de Covid19 e ainda se encontrava em atividade em 2024.
Girassóis	Coletivo de mães fundado durante a pandemia de Covid19, composto pelo corpo discente do *campus* universitário da capital, embora a universidade possua outros *campi* no interior. Sofreu intensamente com a perda de uma de suas fundadoras em 2022 e em 2024 já se apresentava cada vez menos ativo.
Lírios	É um dos coletivos mais antigos do país, e está localizado na região rural do estado. Concentra em seu corpo estudantes com filhos e sem filhos, além da participação de homens. Foi base para a criação de outros coletivos no estado e ainda se encontrava em atividade e em expansão.
Margaridas	O coletivo Margaridas concentra docentes, discentes de ensino superior, de ensino médio e demais servidoras, sendo um dos poucos no país que contempla estes dois últimos grupos. Sua instituição possui *campi* em todas as regiões do estado, incluindo a capital, mas as atividades do coletivo concentram-se em alguns municípios do interior e na Região Metropolitana. Ainda se encontrava em atividade.
Orquídeas	Foi criado poucos anos antes do início da pandemia, tendo realizado eventos acadêmicos sobre maternidade e criado um núcleo de pesquisa sobre o tema. Atua ativamente na extensão universitária, pois conta com membros docentes e discentes. Situa-se no *campus* da capital, e vem tentando dar suporte à criação de outros coletivos nos outros *campi* de sua universidade. Em 2024 ainda se encontrava em atividade.
Rosas	O coletivo se concentra no *campus* da baixada da mesma universidade do coletivo Lírios, que foi suporte para a sua criação. Conta com a presença de mães e pais discentes. Foi criado antes da pandemia e ainda se encontrava em atividade.

Nota-se na tabela que os coletivos se apresentam de maneira diversificada, tendo cada um deles uma trajetória individual peculiar. Destaca-se que alguns dos coletivos foram criados durante a pandemia de Covid19, período em que se registrou a fundação de muitos outros CMUs em todo o país.

A não linearidade e a diversidade dos CMUs podem ser vistas quando observamos que o coletivo Lírios segue em expansão, mas encontramos também situações como o Girassóis, que segue cada vez menos ativo. Tais condições estão associadas justamente à característica de fluidez dos coletivos que dependem do desejo de que as novas ativistas deem seguimento ao trabalho iniciado pelas fundadoras.

Acolhimento e luta: coletivo de mães universitárias fazendo política com as próprias mãos(es)

Embora o conceito de coletivo ainda não esteja propriamente formatado, há um consenso entre as mães ativistas dos CMUs: o coletivo é um espaço de luta, mas também de acolhimento, sendo referido inúmeras vezes como uma rede de apoio.

> É um lugar de acolhimento e ao mesmo tempo de luta, porque a gente sabe que tem que lutar pela nossa existência (Bertha).
>
> É uma rede de apoio; é uma rede de militância onde a gente conseguisse minimamente dizer que a gente existe e que a gente é uma realidade (Chiquinha).

Observamos que o coletivo pode ter um caráter multidimensional de afeto e luta que, à primeira vista, parecem opostos, mas se complementam dentro do sentido atribuído ao coletivo. Esse é um espaço de encontro com seus pares, onde suas dores são compartilhadas e acolhidas. Além disso, as ativistas corroboram as afirmações de Gohn (2022) e Perez e Silva Filho (2017), que indicam que os coletivos focam especialmente em pautas identitárias, sendo os coletivos aqui discutidos centrados na identidade de "mãe".

[39] Os nomes das ativistas foram codificados para preservar suas identidades, utilizando-se de nomes de importantes figuras femininas da história do Brasil.

Quando as entrevistadas mencionam que, além de um espaço de acolhimento, o coletivo é um instrumento ou modo de operar a luta materna dentro das instituições de ensino, percebemos que esses são espaços de formação de laços de solidariedade e organizam-se em torno de necessidades compartilhadas pelo grupo.

Em outros trechos das entrevistas, as mães enfatizam como o acolhimento dos coletivos possibilita sair da solidão a partir da empatia gerada pela experiência similar vivenciada pelas outras mães dos CMUs. Algumas falas destacam que o coletivo é "um espaço pra você perceber que você não tá sozinho nessa luta" (Catarina).

Percebe-se que há um elemento significativo da definição ou o conceito de coletivo no imaginário dessas mães, que é deixar de estar só. Essa solidão pode ser motivada pela invisibilização da complexidade da maternidade na vida das estudantes, ao mesmo tempo que reforça a ideia da inadequação das mães no ambiente universitário por se tratar de um exemplo de estudantes não tradicionais no Ensino Superior[40].

As experiências dos CMUs aparecem na fala de suas fundadoras como um remédio para essa solidão gerada pelas brandas (ou não tão brandas) formas de exclusão no interior da universidade, pois é no coletivo que encontram a oportunidade de acolher e serem acolhidas em suas dores, compreendendo profundamente a dor da outra. Esta experiência assemelha-se aos resultados encontrados por Rizzo e Fonseca (2022) ao abordar os coletivos negros cujos ativistas apontavam que inicialmente sentiam-se à deriva e passaram ao aquilombamento, ou seja, abandonaram a solidão a partir do encontro com seus pares, reconhecendo-se na experiência do outro.

Essa saída do sofrimento individual também se expressa nas escolhas das palavras das ativistas durante todas as entrevistas, pois notou-se que todas usam constantemente a terceira pessoa do plural, "nós", para falar da experiência da fundação do coletivo, demonstrando que não se trata mais de uma vivência individualizada.

A solidão segue reaparecendo quando questionadas sobre as motivações para a criação dos coletivos. Enfatizamos aqui duas falas simbólicas:

[40] Para mais detalhes sobre esse conceito, recomendo a leitura de FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T. *Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior.* Coimbra: CINEP/IPC, 2018.

> Foi justamente por isso, porque a gente se sentia sozinha, na verdade a gente não sabia da vivência das outras mães e aí quando a gente acha que tá sozinha, não faz parte de um coletivo mesmo, a gente acha que a luta é nossa mesmo, uma luta individual, sendo que é um problema sistêmico, um problema da população, que a gente vive... do lugar que a gente vive mesmo (Bertha).

> Porque a luta materna é uma luta muito solitária, então muitas vezes parece que você tá passando pela situação sozinha, e a maioria das pessoas inviabiliza aquela luta, então além de parecer que você está sozinha, as outras pessoas não te veem dentro da universidade. Então quando você cria um coletivo você deixa registrado que você tá presente, que existem mães ali, que existem mães que estão presentes na universidade e que essa luta é contínua, que não vai parar, que não existe só uma mãe na universidade [...] (Catarina).

Essas falas enfatizam uma dimensão afetiva da organização dos coletivos, exemplificando a presença das afetividades políticas vivenciadas nos coletivos universitários de estudantes considerados "não tradicionais" que precisam construir o sentimento de pertencimento que se adensa ao se verem representados por seus semelhantes; essa dinâmica também integra as subjetividades e os simbolismos que envolvem a permanência. É essa afetividade, somada à congruência das dores compartilhadas que acaba por direcionar a luta das mães universitárias causando uma indignação coletiva nessas mulheres que, diante disso, decidem se organizar.

Essa indignação pode vir tanto das vivências de pequenas opressões cotidianas, mas também podem ser desencadeadas por algum evento simbólico e específico como é o caso de um dos coletivos estudados em que houve a publicação de uma nova diretriz sobre os alojamentos universitários, proibindo a permanência de crianças e, por consequência, expulsando as mães estudantes que residiam no local junto com seus filhos.

> Havia rumores de que as mães seriam convidadas para se retirar, porque não era permitido a criança morar com as mães, alegando que o Ministério Público havia acionado um

> documento informando que não era legal e fariam a suspensão da nossa presença no alojamento (Carolina).
>
> O coletivo foi criado frente a esse problema (da permanência das mães nos alojamentos) que a gente estava vivendo; não foi uma reunião entre pais e mães, foi pra resolver um problema que a gente estava vivendo em 2014, e a gente trabalhou no coletivo até o fim daquele ano. A gente trabalhou nas diretrizes dos alojamentos, dando prioridade pros alojamentos de mães... [...] a gente trabalhou para que as mães pudessem ficar! Para que as crianças pudessem ficar! [...] (Enedina).

Carolina e Enedina participaram juntas da constituição do mesmo coletivo e diante desse cenário promoveram, internamente ao CMU, reuniões diversas para elencar pautas e delinear estratégias a serem tomadas para o enfrentamento da situação. As mães organizaram reuniões com gestores, coordenadores e pró-reitores, acionando suporte jurídico para subsidiar a argumentação, mas também utilizaram o apelo público com a organização de rodas de conversa, manifestações e eventos acadêmicos abertos em espaços de grande circulação de pessoas para a sensibilização da comunidade acadêmica.

Tais estratégias também são utilizadas por outros CMUs; assim, constatamos que os coletivos adotam sempre estratégias múltiplas, internas para organização e externas para divulgação. São atividades com finalidades específicas e direcionadas a públicos específicos, ora alunos, ora gestores, ora membros dos coletivos.

O uso da Internet também é destaque nas falas das ativistas, pois, como anteriormente citado, há nos coletivos uma característica da forte presença nas redes sociais. Tal característica está relacionada à funcionalidade dessas redes em divulgar e veicular as informações que são de interesse desses grupos organizados. Nota-se que a rede WhatsApp é repetidamente mencionada pelas ativistas e ocupa um lugar diferenciado na organização dos coletivos, pois estes grupos de WhatsApp são internos, para articulação apenas das ativistas, enquanto as páginas das redes sociais, especialmente no Facebook e Instagram, são para mobilização externa, realizando o alcance de um número muito superior ao de ativistas daquele coletivo de mães.

As pautas reivindicadas pelos coletivos atendem à característica da responsividade ao contexto, ou seja, cada coletivo pode apresentar pautas diferentes diante do contexto vivido, além de serem fluidas, podendo se alterar ao longo do tempo e/ou mediante a mudança na composição do coletivo, tendo em vista que a composição do grupo também é fluida, se altera ao longo dos anos.

Apesar disso, todas as pautas convergem para um único ponto: promover estruturas institucionais mínimas para a garantia da permanência das mães na universidade. Essas estruturas podem ser físicas/estruturais, como creches, fraldários, moradia familiar, contraturno, espaço-família, sala de amamentação etc., mas também podem ser regulamentares, como a regulamentação de uma licença maternidade para estudantes, aceitação de atestado dos filhos para justificativas de faltas, prazos e pontuações diferenciadas para mães, não proibição da entrada de crianças no bandejão, nas salas de aula ou de sua permanência na moradia estudantil.

Há também as pautas que tocam o direito de não sofrer assédio moral por ser mãe estudante e de medidas punitivas para pessoas ou instituições que violarem os direitos já garantidos para as estudantes mães, como o regime de atividades domiciliares (Lei nº 6.202/1975), a prorrogação de prazos de bolsas de fomento à pesquisa (Lei nº 13.536/2017) ou a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores (Lei nº 14925/2024).

Apesar de todos os desejos de medidas que garantam a permanência de mães universitárias, há nas falas sobre o objetivo de fundação do coletivo aquele que é o mais evidente e abrangente: o reconhecimento do impacto da maternidade na vida das mulheres mães.

Após tanta mobilização e luta, Carolina, Enedina e suas companheiras conseguiram permanecer no alojamento com seus filhos, contudo, outras demandas, como a criação da creche universitária, não foram atingidas. Essa experiência de êxitos parciais repete-se com Ivone e Chiquinha que respondem:

> A gente conseguiu a criação do GT, então durante a pandemia a gente conseguiu a criação de uma resolução emergencial.

> [...] A instalação dos fraldários, que ainda, ainda estão sendo instalados, mas não foram instalados em sua totalidade e ainda está um processo aí de conversar com cada unidade para a instalação. Em regimento a gente conseguiu a aceitação de atestados médicos dos filhos para abonar faltas e fazer segunda chamada. E também conseguimos aprovar a resolução com a pós-graduação, que é a pontuação para as mulheres-mães que estão tentando ingressar na pós-graduação terão pontuação diferenciada na análise do currículo. Então, algumas coisas assim. A questão da creche não foi para frente, nem de um espaço infantil. A gente vê algumas ações também pontuais de alguns centros. Na Geografia criou-se um espaço infantil, mas só para os alunos que fazem PIBID, e aí eles conseguiram criar um espaço infantil (Ivone).
>
> A única coisa que a gente conseguiu foi o fraldário, mas nem mencionaram o nosso nome (Chiquinha).

Em outros coletivos as ativistas sinalizam que além de terem atingido apenas alguns dos objetivos delineados, outros objetivos após atingidos passaram por um retrocesso ou descontinuidade como no caso do coletivo de Nísia.

> Em partes, os trocadores estavam nos dois banheiros femininos, e foi a única coisa que teve aqui. [...] Teve um regresso imenso! A única coisa de progresso que a gente teve foi que a gente colocou uma placa na entrada do RU, junto com a pró-reitoria, dizendo 'bem-vindas crianças' para as mães saberem que ali elas podem comer com seu filho tranquilamente. [...] mas, hoje em dia você chega na universidade e raramente vê criança independentemente do horário que você vá, foi o que as próprias mães falaram, que tem medo de represálias e tudo mais. Não sei como tá sendo a questão dos professores porque não tô mais tão ativa. Então acabou que muita coisa andou pra trás, a gente tá naquele ponto lá de antes de 2016 e isso me deixa bem triste (Nísia).

A preocupação da ativista é representada também nas falas das demais entrevistadas que percebem que a luta do coletivo precisa causar uma mudança permanente que possa ser herdada pelas

próximas gerações de mães universitárias. A todo tempo apresenta-se no discurso a requisição de mudanças que atinjam toda a categoria "mãe estudante" e não apenas soluções pontuais para o público presente naquele momento.

Apesar de citarem algumas frustrações e percalços, as ativistas avaliam unanimemente a experiência de criação de CMUs como positiva, apresentam que o coletivo foi fundamental para as mudanças provocadas na universidade, mas também surtiu impacto em suas experiências individuais, causando um letramento político que as conduziu para uma ampliação da percepção do potencial da luta coletiva.

Considerações finais

A constituição de coletivos de mães universitárias se registra no Brasil desde 2010, contudo observamos um número crescente de CMUs e outros coletivos em todo o país. Embora estejam aglutinados numa mesma categoria e busquem unanimemente melhorar as condições de inserção e permanência das mães nas IES, cada coletivo delineia objetivos e estratégias diferentes que estão conectados aos seus contextos institucionais e locais.

Há nas falas das entrevistadas um manifesto por mudanças estruturais, que atinjam as bases da percepção das IES e da sociedade sobre o direito das mães à educação e à permanência. Podemos afirmar que há, de maneira latente entre os CMUs, um projeto de universidade para as mães que é compartilhado intimamente com outros coletivos de mães no cenário nacional.

Referências

COSTA, Wagner Maia da. Dos movimentos sociais aos coletivos no século XXI: as horizontalidades dentro das verticalidades? Encontro Anual da ANPOCS, 44, 2020. **Anais**. São Paulo: ANPOCS, 2020.

FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, 22(40), p. 124-137, 2019.

FERNANDES, Andressa Ramos da Silva. **Perfil sociodemográfico e alimentar de mulheres mães de universidades públicas**. 2022. 78f. Monografia (Graduação em Nutrição). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS),

Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2022.

FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T. **Estudantes não tradicionais no Ensino Superior**. Coimbra: CINEP/IPC, 2018.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil**: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – Como impactam e por que importam? São Paulo: Editora Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno Espaço Feminino,** Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

PEREZ, Olívia Cristina. Juventude universitária e política: a descrença nas instituições parlamentares e o crescimento dos coletivos. 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 2018, **Anais** [...]. [s.l: s.n.].

PEREZ, Olivia Cristina; SILVA FILHO, Alberto Luís Araújo. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, Maceió, v. 11, n. 1, 2018.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. 0-1, 2020.

QUEIROGA, Eduardo. **Coletivo fotográfico contemporâneo e prática colaborativa na pós-fotografia. 2012**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2012.

SILVA, J. M. S., SALVADOR, A. C. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. **Anais** do 31° Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. Organização: Márcia Maria Menendes Motta. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher mãe na pandemia. **Revista Feminismos,** Salvador, v. 8, n. 3, 2021.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **"A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar"**: coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras. 2024. 172p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães adolescentes negras na UFBA**: as intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2017.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação**: uma abordagem interseccional. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2020.

ZANATA THIBES, Mariana; BACHINI PEREIRA, Natasha; SEGURADO, Rosemary; SENNE CHICARINO, Tathiana. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica**: Revista Eletrônica, vol. 7, n. 3, 2020.

6. As trajetórias universitárias de ex-alunos bolsistas do PROUNI da PUC-Rio: afiliação e estratégias da permanência no Ensino Superior

Julio Mendes de Assis[41]

Introdução

Este artigo é resultado de um recorte da pesquisa de doutorado que empreendemos, intitulada "As trajetórias universitárias dos ex-estudantes do Programa Universidade para Todos (PROUNI) do Centro de Ciências Sociais da PUC -RIO: um estudo do perfil, das estratégias de superação e dos desafios da permanência estudantil no ensino superior". Nesse sentido, fizemos a opção teórica de priorizar as questões pertinentes ao processo de afiliação ao ensino superior, um conceito de Alain Coulon (2008), cujo autor sistematizou a obra "O ofício do estudante", e também trazemos à baila a reflexão sobre as estratégias da permanência no ensino superior.

Nesse contexto, além desta Introdução, na segunda seção deste artigo discorremos sobre o conceito de afiliação com ênfase em dois aspectos distintos e complementares: a "afiliação intelectual" e a "afiliação institucional", ambas fundamentais para aqueles que são recém-chegados ao ensino superior se integrarem ao ambiente universitário e terem trajetórias universitárias exitosas ao concluírem a formação superior. Entretanto, destacamos alguns autores especialistas no tema, tais como Vargas e Heringer (2016). Não obstante, ainda na segunda seção refletimos sobre as relações institucionais

[41]Doutor em Serviço Social (PUC-Rio). Pesquisador na área de Políticas de Ação Afirmativa para Ensino Superior. Assistente Social da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Coordenador Pedagógico de Projetos–FIOCRUZ. Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro – CONSEA Rio.

e interpessoais que também jogam peso na questão da integração e afiliação ao ensino superior. Nesse sentido, apresentamos alguns depoimentos da referida pesquisa de doutorado.

Na terceira seção, com base na pesquisa empreendida e no referencial teórico, apresentamos as estratégias adotadas pelos entrevistados para permanecerem e concluírem as trajetórias universitárias. E ademais, os relatos extraídos da pesquisa contextualizam os desafios de ser estudante bolsista em IES, sem rede de apoio ou até mesmo sem suporte familiar para fazer o percurso, concluir a trajetória e conquistar o tão sonhado diploma universitário. Enfim, nas Considerações finais contextualizamos o debate sobre as políticas de permanência e assistência estudantil que são fundamentais para que estudantes oriundos das classes populares possam ter trajetórias universitárias de sucesso, pois o dilema atual não é o acesso, mas sim a permanência e a conclusão do ensino superior.

Afiliação institucional e intelectual ao ensino superior

Nos estudos e pesquisas que empreendemos sobre as trajetórias universitárias de estudantes bolsistas do PROUNI da PUC-Rio, sobretudo no que tange à questão da permanência estudantil, tomamos conhecimento do conceito de "afiliação" de Alain Coulon (2008). Segundo o autor, aprender e dominar o ofício do estudante é necessário para que haja o processo de "afiliação"[42] , pois os "recém-chegados" ao ensino superior ainda não são estudantes, mas apenas demandantes do ensino superior, pois para que se tornem de fato estudantes universitários é necessário aprender o "ofício do estudante", ou seja, apreender a linguagem, os códigos, as normas explícitas e implícitas do jogo universitário, pois somente dessa forma os recém-chegados passarão pelo processo de afiliação ao ensino superior. Portanto, trata-se de uma obra dedicada ao estudo

[42] Segundo Coulon, o estudante afiliado é aquele cuja competência torna-se uma rotina, que possui todas as características de um membro e que desenvolve as tarefas acadêmicas sem estranhamento. A afiliação implica em deixar de pensar no que se está fazendo e simplesmente conseguir desenvolver ações cotidianas de forma "automática" (1995a). No livro *A condição de estudante* (2008), Coulon amplia o conceito e afirma que a afiliação é o método pelo qual as pessoas adquirem um novo *status* social.

do cotidiano de estudantes que ingressam no ensino superior, e o conceito de "afiliação" tornou-se uma referência para pesquisadores de trajetórias universitárias de estudantes, sobretudo os oriundos das camadas populares ou beneficiários das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) para o ensino superior.

Nesse sentido, destacaremos dois aspectos do conceito de afiliação que consideramos importantes nesta reflexão, a saber: a "afiliação intelectual" e a "afiliação institucional". Ademais, é importante ressaltar que esse processo não acontece de maneira natural, pois trata-se de um novo ciclo, a entrada em mundo novo e totalmente desconhecido para os recém-chegados ao ensino superior. Portanto, é necessário fazer a transição do passado, o ser aluno para a nova realidade, o ser estudante universitário, mas essa transição deve ser feita de maneira autônoma e independente, pois nesse novo mundo os recém-chegados ainda não têm rede de apoio e nem têm referências para os guiarem nesse percurso.

> (...) Ser ainda aluno, quando já se pertence ao mundo universitário, é ainda pensar em termos de *esprit de corps* que ainda não se constitui. É nesse tipo de indicadores que os sinais do estranhamento são mais percebidos, onde o locutor declara ainda não pertencer a um mundo que o interpela: a potência construtiva da linguagem cotidiana conduz à competência futura do ofício de estudante. A universidade é uma experiência de estranhamento radical, o saber, a linguagem, os procedimentos se organizam de maneira diferente daquela do ensino médio (Coulon, 2009, p. 70).

Contudo, para melhor compreendemos esse processo destacamos que a afiliação intelectual é entendida como a aprendizagem das regras, da construção de textos, da reprodução e da exibição do conhecimento, como, por exemplo, saber quando e como falar ou se calar; apropriar-se do vocabulário particular de palavras eruditas; autorizar-se a pensar, a ler, a escrever considerando que todas essas operações e produções têm muita importância; desenvolver a concentração como um objeto de aprendizagem técnica; saber exibir sua competência; aprender a trabalhar intelectualmente por conta própria; saber decifrar as tarefas implícitas da universidade; ou mesmo saber usar uma biblioteca (Coulon, 2008 *apud* Sampaio; Santos, 2015).

Por outro lado, a afiliação institucional é considerada bem sucedida quando o estudante consegue interpretar, usar e jogar com as regras da instituição, descobrir aquelas que estão escondidas e utilizá-las na construção individualizada de seu percurso. O estudante afiliado institucionalmente é aquele que compreende estar apto a seguir as normas da instituição, seu funcionamento e seus prazos, embora nem sempre seja a obediência o que mais revela o estado de sua afiliação. Eventualmente, por já compreender os modos do funcionamento institucional, o estudante exerce sua condição "desjogando" as regras estabelecidas, dentro de uma zona sem risco para o seu futuro.

> A conclusão satisfatória de um curso de graduação requer este processo de afiliação, que deve ocorrer nesses dois âmbitos: o intelectual e o institucional. O fracasso de um tipo de afiliação irá provocar consequências no equilíbrio movente dessas adaptações a um novo mundo (Sampaio; Santos, 2015, p. 208).

Não obstante, os autores acima ratificam a importância dos dois aspectos da afiliação para que estudantes universitários tenham trajetórias exitosas, pois sabemos que nos tempos atuais o principal desafio não é mais o acesso ao ensino superior, mas sim a permanência e conclusão (Zago: 2006). Nesse sentido, se para Coulon a afiliação é um processo difícil para todos os estudantes que ingressam no ensino superior, nossa tese é que para os estudantes oriundos das camadas populares, beneficiários das PAAs, como o ProUni, o desafio é ainda maior, pois eles passaram a frequentar esse lugar em maior escala recentemente, sobretudo após a implementação de tais políticas que só foram legitimadas no início dos anos 2000; por isso eles ainda não possuem referências, a maioria representa a primeira geração de ingressantes ao ensino superior.

> Neste sentido, aqueles indivíduos das camadas populares da população que conseguem transpor estas barreiras e acessar o ensino superior em geral enfrentam dificuldades de diferentes tipos para realizar plenamente seus objetivos de formação. Ainda que tenha ocorrido a expansão de matrículas já apontada anteriormente, nem sempre estes estudantes são

> vistos como plenamente integrados à vida universitária e acadêmica, trazendo novos desafios para as instituições de ensino superior em diferentes contextos nacionais (Vargas; Heringer, 2017, p. 6).

Ademais, corroboramos as autoras com o destaque de que houve uma significativa expansão do número de vagas para o ensino superior, possibilitando assim maior diversidade de perfis de estudantes nesse nível de ensino. Contudo, se ainda não são vistos como plenamente integrados à vida acadêmica e universitária, é importante compreender as causas dessa não integração, por consequência a não afiliação, e pensar medidas efetivas para preencher essa lacuna, pois essa questão pode levar à evasão e/ou a não conclusão da tão sonhada formação superior.

Nesse contexto, é fato de que as PAAs expandiram de forma exponencial o acesso ao ensino superior e essas políticas têm como objetivo a democratização deste sistema de ensino. Entretanto, para que este objetivo seja de fato alcançado, se faz necessário políticas complementares que promovam integração e afiliação do público beneficiário das PAAs que chegaram trazendo novos desafios às Instituições de Ensino Superior (IES). Dessa forma, corroboramos Coulon sobre a importância desses estudantes se adaptarem ao novo ambiente que é a vida universitária, todavia, não podemos deixar de imputar às IES, gestores e aos governos as adaptações do sistema superior de ensino para atender às demandas trazidas pelos estudantes oriundos das camadas populares, pois eles possuem os mesmos direitos dos estudantes tradicionais.

Nesse sentido, sem que ocorra a mudança na cultura universitária, dificilmente acontecerá a afiliação, em ambos os aspectos, a intelectual, mas sobretudo a institucional, pois esta diz respeito a questões simbólicas, subjetivas, que jogam muito peso nas trajetórias universitárias de estudantes, pois refere-se ao sentido de pertença ao ambiente universitário. Entretanto, quando esse sentimento não é desenvolvido, esses indivíduos não vivenciam o ensino superior na sua plenitude, mas apenas passam pelo ensino superior (Coulon, 2008). Contudo, de acordo com o autor, há diversos casos em que esses indivíduos ingressam no ensino superior e até mesmo

concluem suas trajetórias, mas sem se afiliarem institucionalmente por não se sentirem pertencentes ao meio. É o que Bourdieu e Champagne vão chamar de "excluídos do interior" (1992).

A democratização do ensino superior no Brasil ainda é uma meta a ser alcançada e para tanto é fundamental que toda a comunidade acadêmica faça um esforço coletivo para mitigar ou dirimir as aparentes desigualdades existentes entre estudantes oriundos das camadas populares e, no dizer de Bourdieu e Champagne, "os bem nascidos" (1992), pois, do contrário, o ensino superior continuará sendo o reflexo fiel da sociedade brasileira, isto é, celetista e excludente que mantém uma estrutura similar às "castas"[43] indianas, uma espécie de *apartheid*. Essa dicotomia é destacada nas pesquisas de Vargas e Heringer.

> Notamos que os 25% mais ricos já ultrapassaram a previsão da meta, e os brancos dela se aproximam. Quanto aos mais pobres, aos pretos e aos pardos, observa-se um fosso entre sua condição e o acesso e a permanência ao ensino superior, indicando a necessidade de políticas específicas (2016, p. 177).

As autoras ressaltam a importância de políticas específicas que promovam a permanência estudantil no ensino superior para os grupos beneficiários das PAAs, pois as políticas de acesso isoladamente não são suficientes para garantir uma trajetória exitosa e para a conclusão, pois é o percurso que se faz até o término da trajetória universitária que determina o futuro desses indivíduos após a conclusão da formação superior.

[43] A divisão da sociedade em castas é feita a partir da hereditariedade. As castas se definem de acordo com a posição social de determinadas famílias hindus, fator que estabelece o tipo de "hierarquia" social marcada por privilégios e deveres.
Em um primeiro momento existiam só quatro tipo de castas na Índia, que eram: os brâmanes (composta por sacerdotes), os xátrias (formada por militares), os vaixás (constituídas por fazendeiros e comerciantes) e as mais baixas, os sudras (pessoas que deveriam servir as castas superiores).
As pessoas que não faziam parte de nenhuma das castas recebiam o nome de párias ou intocáveis. Pessoas excluídas que tinham a incumbência de realizar os mais deploráveis trabalhos, aqueles rejeitados por indivíduos que integravam algumas das castas (Fonte: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/o-sistema-castas-na-india.htm, acessado em 09/09/2023, 10h42min).

E ademais, uma questão importante que merece destaque no que tange à afiliação são as relações institucionais e interpessoais no ensino superior que iremos refletir a seguir.

As relações institucionais e interpessoais no ensino superior

As relações institucionais e interpessoais jogam um peso importante no processo de afiliação e em toda a trajetória universitária dos sujeitos que ingressam nas IES. Essas relações são constituídas de questões objetivas e subjetivas que podem interferir diretamente na permanência ou evasão, assim como na conclusão ou não da formação superior. Nesse sentido, conforme já destacamos anteriormente, para os indivíduos oriundos das camadas populares essas questões pesam ainda mais, pois esses sujeitos não são providos de rede de apoio, recursos materiais ou até mesmo suporte de familiares que garantam uma trajetória sem grandes obstáculos. Nesse contexto, apresentaremos neste subcapítulo alguns gráficos e depoimentos extraídos da nossa tese de doutorado para melhor ilustrar a importância dessa temática.

Para chegarmos aos resultados de estudo da tese, fizemos escolhas metodológicas e trilhamos caminhos que foram possíveis, pois a pandemia do Covid-19 foi um grande dificultador nesse processo. Nesse contexto, a metodologia utilizada foi a entrevista com os sujeitos da pesquisa, com abordagem qualitativa e quantitativa. Num primeiro momento, foi feito um estudo de uma planilha com os dados dos bolsistas do ProUni da PUC-Rio, desde a implementação dessa política pública de ação afirmativa (nome, data de nascimento, nome da mãe e do responsável, endereço, curso escolhido, gênero e ano da conclusão). A partir dos documentos e especificamente da planilha elaborada pela equipe da PUC-Rio responsável pelo ProUni, foi feito um mapeamento dos ex-estudantes que ingressaram nos cursos do Centro de Ciências Sociais (CCS) no período de 2005 a 2010. Dessa forma, a partir dos dados fornecidos, encontramos o quantitativo de **437 ex-estudantes** que concluíram o ensino superior na PUC-Rio, que ingressaram no período de 2005 a 2010 nos cursos do CCS.

Em um segundo momento, foram enviados *e-mails* para todos os ex-estudantes do universo da pesquisa com uma breve apresentação

do pesquisador, da pesquisa com o *link* de acesso para o Questionário *on-line* com perguntas abertas e fechadas. Essa ação nos possibilitou o acesso às narrativas das trajetórias universitárias desses ex-estudantes, com suas percepções sobre a vida universitária, as primeiras impressões e sentimentos ao chegar na universidade, a interação com os demais estudantes, professores e funcionários da universidade, ou seja, as relações interpessoais e institucionais e, como já mencionado anteriormente, as estratégias adotadas para permanecer e concluir o ensino superior. Contudo, com a hipótese de mudança de endereço eletrônico, entre outros fatores, não tínhamos a noção de quantas respostas teríamos, entretanto, tivemos um total de **12 entrevistas** completas que foram respondidas espontaneamente.

No tocante às relações institucionais, buscamos compreender como os entrevistados interagiam com os espaços institucionais da PUC-Rio, sejam espaços de passagem obrigatória – como a biblioteca ou a vice-reitoria comunitária – e/ou espaços informais, tais como o Pilotis e a Vila dos Diretórios, onde professores, alunos e funcionários transitam cotidianamente. Nos dois gráficos a seguir demostraremos a opinião dos entrevistados sobre os espaços da universidade que eles mais gostavam de frequentar e os espaços que não gostavam.

Gráfico 1 – Os lugares que mais gostavam de frequentar.

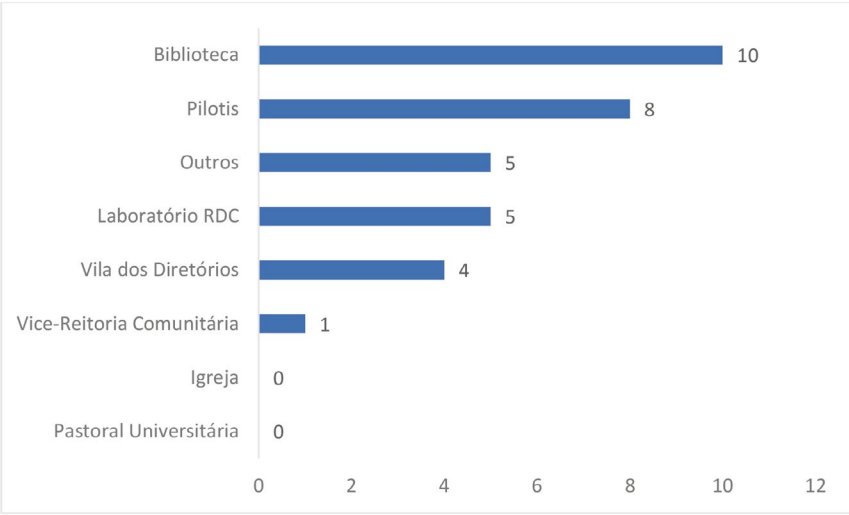
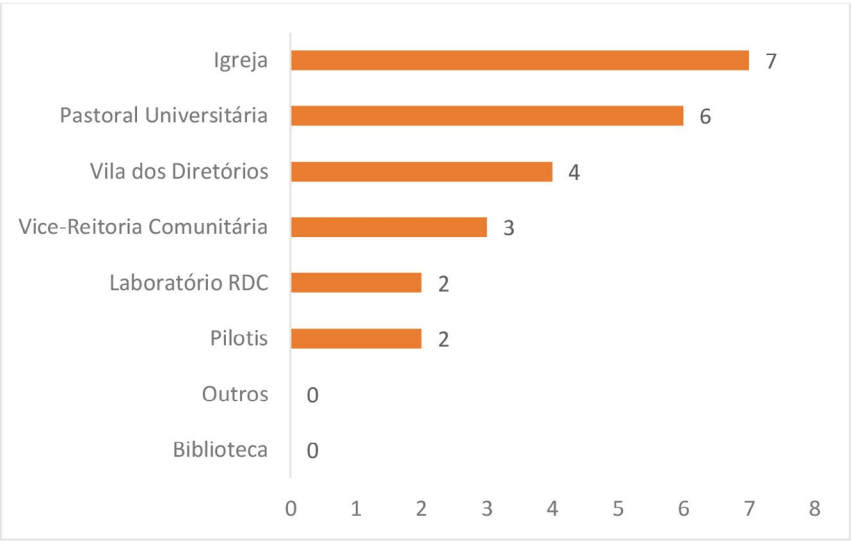


Gráfico 2 – Os lugares que menos gostavam de frequentar.



Os gráficos acima demostram que lugares não são apenas espaços físicos, mas espaços que são carregados de significados e nos remetem a sentimentos variados, tais como acolhimento, paz, bem-estar, entre outros, mas também podem representar rejeição, não pertencimento, e até mesmo tristeza. Nesse sentido, procuramos compreender o motivo de assinalarem tais respostas e, no tocante aos locais que mais gostavam de frequentar, destacamos.

> A biblioteca, porque era um espaço que eu conseguia estudar com acesso aos livros e a Internet. Outro era o IAG. Um espaço que não era circulado por muita gente conhecida e me permitia estudar e descansar **(Entrevistado Eduardo)**.
> Era legal encontrar os amigos no Pilotis, embora não fosse um lugar muito inclusivo para nós, bolsistas. Na biblioteca, me sentia em casa. O RDC me ajudou muito a seguir com a vida acadêmica, pois levava muito tempo de deslocamento para a faculdade e não tinha um notebook, na época **(Entrevistada Geovana)**.

Nos relatos dos entrevistados acima podemos observar que espaços de silêncio, onde há pouco trânsito de pessoas, ou seja,

espaços considerados como ideais para estudar – como a biblioteca e o laboratório de informática RDC – eram os mais frequentados pelos entrevistados. Entretanto, chama a atenção também quando a entrevistada Geovana cita o Pilotis como um lugar agradável, mas faz uma ressalva – "embora não fosse um lugar muito inclusivo para nós, bolsistas" –, pois esse relato demonstra uma certa dificuldade de interação com os alunos não bolsistas da universidade.

Por outro lado, no tocante ao Gráfico 2, os locais que os entrevistados menos gostavam de frequentar são a igreja e a Pastoral Universitária, os que mais aparecem. Entretanto, como os próprios nomes já dizem, são espaços que remetem ao culto católico e que são normalmente frequentados por indivíduos que professam esse credo. Contudo, quando excluímos essas duas opções, temos a Vila dos Diretórios e a Vice-Reitoria como os locais que menos eram frequentados pelos entrevistados. Nesse contexto, destacamos também alguns depoimentos que demonstram os motivos pelos quais esses indivíduos não gostavam de frequentar esses espaços do *campus* universitário.

> Porque não me sentia parte daquele ambiente. (Entrevistada Renata, (sobre a Vila dos Diretórios).
>
> Sentia vergonha de estar no Pilotis, me sentia completamente deslocada na vila e também tinha vergonha de estar na vice-reitoria, diante da minha pobreza tão visível na época (Entrevistada Geovana).

Os relatos acima ratificam a questão do não pertencimento já evidenciado anteriormente e a questão simbólica de fronteiras imaginárias de locais teoricamente reservados para determinados grupos de estudantes, isto é, como se bolsistas não tivessem os mesmos direitos que estudantes tradicionais da universidade de frequentar todo e qualquer espaço da universidade. Dessa forma, evidenciamos a criação de guetos no interior do *campus* e um verdadeiro *apartheid* social entre bolsistas e não bolsistas, o que é um obstáculo a mais para a afiliação e integração ao ambiente universitário. E ademais, o indicativo de que o ambiente universitário é segmentado, como é claramente observado no depoimento de outro entrevistado.

> Me senti um pouco intimidado, pois via que certos lugares, como o Pilotis, era uma espécie de passarela onde certos estudantes desfilavam um estilo de vida esnobe. Mas gostava muito de ir à biblioteca e aos auditórios, por exemplo, onde geralmente esses grupos não frequentavam **(Luiz Antônio)**.

Destarte que o ambiente universitário é constituído por espaços onde acontecem as relações e elas deveriam proporcionar a interação entre os diversos grupos existentes nesse lugar. Contudo, tendo por base os relatos destacados acima é possível perceber que ainda é preciso mudar muita coisa para que essa interação aconteça de fato, pois não podemos aceitar com naturalidade a existência de guetos em um ambiente que deveria ser democraticamente de todos os que nele ingressam por direito para cursar uma graduação durante no mínimo quatro anos de suas vidas.

Não obstante, no que tange às questões interpessoais no ensino superior, também é possível afirmar que elas jogam um peso importante nesse processo de integração e afiliação. Nesse sentido, recorremos a nossa pesquisa de doutorado para observarmos como se deu esse processo com ex-alunos do ProUni da PUC-Rio, pois, apesar de o acesso ao ensino superior acontecer de forma individualizada, após o ingresso esses indivíduos terão que aprender a conviver numa comunidade acadêmica e, para isso, é necessário interagir com os diversos atores que constituem esse lugar, sobretudo seus colegas, professores e funcionários da IES.

Em primeiro lugar perguntamos aos entrevistados como era o relacionamento com os outros estudantes da universidade.

> Vi alguma dificuldade pois sou interiorano e estava lidando com pessoas de classe social maior. Então no começo foi difícil entender uma linguagem mais urbana, o jeito carioca, o jeito que as pessoas tem na zona sul, mas aos poucos fui encontrando amigos e me integrando (Entrevistado Leonardo).

> Minha turma foi a segunda turma de bolsistas PROUNI, e entrou uma enxurrada de pessoas negras. Branca era só eu e uma outra menina, que fazia de tudo para esconder que era bolsista. Foi difícil me integrar. Eu não fazia parte do mundo

> da maioria das pessoas brancas (ricas) nem das pessoas negras (que eram a maioria dos bolsistas, na época). Tive dificuldades para fazer amizades. Vivi muito pouco tudo que a PUC tem a oferecer (Entrevistada Geovana).

Com os relatos acima percebemos que as diferenças de raça, classe e etnia ainda demarcam as relações e criam barreiras nas interações interpessoais. Entretanto, o que deveria ser a riqueza maior do ambiente universitário, que é justamente a diversidade gerada pela chegada de estudantes das camadas populares no ensino superior, o que ocorre é o contrário, pois o que vemos no ambiente universitário são grupos segregados e divididos pela condição econômica, cor da pele e/ou regionalismo, o retrato fiel da sociedade brasileira.

A autora Andréia Clapp, em seu livro sobre a política de ação afirmativa, registra que a PUC-Rio implementou na década de 1990[44] , ou seja, uma década antes da criação do ProUni, um programa afirmativo de concessão de bolsas e já contextualizava essa questão da convivência de grupos distintos em um ambiente onde tradicionalmente havia somente a existência de um grupo hegemônico, que são os filhos da elite brasileira.

> A política afirmativa interfere na dinâmica institucional, principalmente porque atua nas relações interpessoais. Quando um grupo excluído de um espaço social é inserido nesse local, emerge uma situação de estranhamento, sentimento que aparece em ambos os grupos envolvidos no processo. Esses grupos que têm distintos hábitos, comportamentos e culturas, passam a coexistir e estabelecer novas formas de convivência, que podem se configurar de diversas maneiras. É quando a alteridade, a relação que se estabelece com o outro, se torna uma questão a ser trabalhada (2011, p. 115).

[44] Segundo Clapp (2011), a PUC-Rio implementou uma política de ação afirmativa desde 1994, com o objetivo de favorecer o acesso de camadas populares aos cursos de graduação, prioritariamente estudantes negros e economicamente desfavorecidos. O programa nasceu de um convênio estabelecido entre a universidade e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). O aluno do PVNC, quando aprovado no vestibular da PUC-Rio, recebe uma bolsa de estudos chamada de bolsa de ação social, que possibilita cursar a universidade com uma bolsa de estudos integral.

A passagem acima retrata os impactos ocorridos na PUC-Rio quando chegou a primeira geração de alunos bolsistas oriundos dos Pré-Vestibulares Comunitários e ingressaram na PUC-Rio em 1994. Entretanto, ao observamos os depoimentos dos entrevistados do ProUni que acessaram a universidade uma década depois, o que percebemos é que não ocorreu mudanças na cultura universitária, sobretudo no que tange às relações interpessoais.

Essa barreira, que é invisível e simbolicamente intransponível, precisa ser vencida, pois se a educação em todos os seus níveis é um direito constitucional e universal, precisamos criar mecanismos para que todos se sintam pertencentes ao ensino superior sem que este ou aquele indivíduo se sinta como estrangeiro em seu próprio país. Não obstante, por causa do ambiente de alteridade encontrado no ambiente universitário, os estudantes bolsistas buscavam interagir somente com os seus pares e/ou semelhantes, é o que relata a entrevistada Tainah.

> Com meus colegas de curso e iguais (geografia, filosofia, ciências sociais, serviço social) me relacionei de maneira boa e integrada, inclusive levo amizades que fiz em 2010 até hoje. Com outros alunos (de cursos marcadamente elitistas como comunicação e direito) mantive pouca ou nenhuma relação.

Enfim, essa é uma questão que ainda precisa ser trabalhada por toda comunidade acadêmica, por todos que lutam por uma educação inclusiva e de qualidade para todas as pessoas, como a própria sigla do ProUni significa – Programa Universidade para Todos. Este "para todos" só será alcançado quando a cultura universitária mudar e deixar de ser como o modelo de castas: segregadora, excludente e elitista.

E ademais, sobre as relações interpessoais também foi perguntado como eram as relações com professores e funcionários da universidade, e alguns relatos que chamaram nossa atenção destacamos a seguir.

> Os funcionários em grande maioria eram sempre muito solícitos. Ajudavam bastante mesmo. E os professores, sempre que precisei de ajuda foram muito atenciosos **(Entrevistado**

> **Eduardo)**.
>
> De uma maneira geral super bem. Alguns professores naquela época ainda diziam coisas que hoje em dia são consideradas antiéticas. Piadas sobre o corpo dos alunos, imposição de conhecimento de língua estrangeira **(Entrevistado Leonardo)**.
>
> De forma formal, somente o básico. Com o pessoal 'da base' da estrutura era tranquilo, mas alguns professores tinham umas falas estranhas. Eu estudava para ter respostas que me valorizassem, me destacassem mais do que minha aparência **(Entrevistada Gabriele)**.

De uma forma geral os relatos acima descrevem um bom relacionamento com os funcionários da universidade, "com o pessoal da base" e também com os professores, apesar de ressalvas identificadas em dois dos três depoimentos destacados acima. Nesse sentido, não queremos trazer uma visão romantizada do papel do professor, mas é importante destacar a importância desse profissional em qualquer unidade de ensino, pois, conforme já ressaltamos, quando os recém-chegados ingressam no ensino superior, eles ainda não possuem referências (Coulon, 2008) e os professores são essa primeira referência. Entretanto, longe de pensar os professores em um contexto paternalista, mas esperar uma postura humanizada é bastante razoável. Portanto, relatos como "(...) Piadas sobre o corpo de alunos" e "(...) alguns professores tinham umas falas estranhas", não podemos aceitar como normal, pois nem por parte de colegas esse comportamento é aceitável, quanto mais por parte de professores que deveriam justamente coibir esse tipo de acontecimento na universidade.

Por outro lado, chama nossa atenção quando a entrevistada Gabriele diz que "(...) Eu estudava para ter respostas que me valorizassem, me destacassem mais do que minha aparência", pois nos remete ao que o Coulon (2008) pontua sobre aprender o ofício do estudante para demonstrar que sabe se posicionar na hora certa.

> Aprender o ofício do estudante consiste em aprender os inúmeros códigos que balizam a vida intelectual e proceder de maneira que os professores, que são também seus avaliadores,

> reconheçam que eles apresentam um domínio suficiente para exercê-lo. Assim, não se trata apenas de adquirir esta competência, é necessário igualmente aprender a maneira de mostrar que eles o possuem (Coulon, 2008, p. 42).

Nesse sentido, percebemos que Gabriele apreendeu o ofício do estudante e sabia demonstrar no momento certo, no entanto, o seu relato é carregado de um sentimento de apreensão, pois a sua preocupação é que os professores a valorizassem pelo seu conhecimento adquirido e não pela sua aparência, e essa é uma preocupação que deveria ser desnecessária, pois todo e qualquer aluno deve ser avaliado por suas competências e não por sua aparência.

As relações interpessoais entre professor e aluno podem determinar a afiliação ou não dos estudantes recém-chegados ao ensino, pois, depois dos pais ou responsáveis, a pessoa mais importante na vida de um estudante é o professor e ele ocupa um lugar que é ao mesmo tempo simbólico, como um espelho, uma espécie de modelo a seguir, e é também uma figura concreta, alguém que é próximo e com quem se pode contar. Entretanto, pelos relatos examinados dos entrevistados percebemos alguns casos que chamaram nossa atenção negativamente, pois aquele que deveria ser o primeiro a acolher, foi quem fez justamente o contrário. É o que podemos observar no relato a seguir.

> Durante o primeiro curso, o de ciências econômicas, senti muita empatia por parte dos funcionários do departamento e por alguns professores, em especial por uma, (Y). Em contrapartida, tive por diversas vezes a sensação de receber olhares discriminatórios por parte de outros professores, como o então coordenador do curso, Professor (X). De certa forma me sentia como se fosse uma espécie de fardo que ele deveria carregar, como se eu estivesse diminuindo a 'qualidade/reputação' do curso. Já no curso de ciências sociais, tive uma experiência completamente diferente, onde finalmente me senti abraçado, querido. Não só pelos funcionários do departamento, mas também por todos os professores. Em especial pelo professor (Z), a quem sou muito grato, que me ajudou no processo de transferência interna e em todo o decorrer do curso. Além de orientador, foi uma grande

> inspiração para minha vida profissional e pessoal, de quem acabei me tornando amigo (Entrevistado Luiz Antônio).

Esse é um relato muito emblemático, pois traz tanto a figura do professor (X), desagregador e que não cumpria o papel de professor, e o do professor (Z), que certamente não fez nada além do que se espera de um docente, mas com sua postura ética e profissional fez a diferença na vida do Luiz Antônio. Esse é um caso cujo entrevistado dificilmente teria se afiliado ao ensino superior se não tivesse mudado de curso e conhecido o professor (Z) e, nesse sentido, a possibilidade de evasão e não conclusão era muito real, pois frequentar aquele ambiente não trazia sentimento de pertencimento ao meio, mas o contrário, era como se fosse um intruso, como se não tivesse o direito de estar ali e esse sentimento foi gerado por um professor. Contudo, infelizmente não se trata de um caso isolado.

> Eventualmente existem relatos de preconceitos, situações de discriminação por parte de colegas ou de professores, levando em alguns casos a uma dimensão de **não pertencimento** àquele ambiente, como se estes estudantes nem sempre se vissem com pleno direito de estar ali no espaço da universidade (Heringer, 2014, p. 28).

Enfim, nosso objetivo ao trazer à baila essa questão não é de forma alguma promover uma "caça às bruxas", até porque demonstramos também exemplos de professores que foram fundamentais no processo de afiliação dos entrevistados. Entretanto, queremos chamar a atenção para essa questão que é muito importante, pois se não podemos negar o avanço das PAAs no que tange ao acesso de indivíduos oriundos das camadas populares no ensino superior, também não podemos negar que o ambiente universitário ainda é um lugar hostil, que não é pensado para receber as demandas específicas desses indivíduos e que, sem a criação de mecanismos que venham possibilitar uma mudança estrutural, continuaremos tendo trajetórias universitárias inconclusas ou, no dizer de Coulon, indivíduos que apenas passam pela universidade sem que em nenhum momento se sintam pertencentes, ou até mesmo o risco à evasão, que é eminente.

Não obstante, sabemos que a formação universitária é um sonho e esse sonho muitas vezes não é individual, mas da família, dos amigos, da comunidade, ou seja, um sonho coletivo e, por isso, apesar dos obstáculos, os estudantes oriundos das camadas populares ao chegarem no ensino superior buscam criar estratégias para permanecer e concluir seus estudos, pois depositam grande esperança e atribuem uma possível mudança de vida por causa da obtenção de um diploma de ensino superior. Nesse sentido, na seção seguinte veremos as estratégias de permanência estudantil dos ex-estudantes do ProUni da PUC-Rio.

Estratégias para a permanência estudantil

A permanência estudantil é um dos maiores desafios enfrentados no ensino superior, pois, como já mencionamos anteriormente, o dilema atual não é ingressar, mas sim permanecer e concluir, pois como destacou Zago, "[...] se o ingresso ao ensino superior representa para esse grupo de estudantes 'uma vitória', a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso" (2006). Nesse sentido, tão importante quanto as PAAs de acesso são as políticas de permanência e assistência estudantil[45].

E ademais, vale ressaltar que o ProUni[46] concede bolsas custeadas pelo governo federal em IES privadas e/ou comunitárias, mas não prevê bolsas de permanência e/ou assistência estudantil. Entre-

[45] "Esclarecemos, em primeiro lugar, o que entendemos por 'permanência' e por 'assistência estudantil'. As políticas de permanência possuem maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, monitoria, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. Assim, as políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinam àqueles em situação de vulnerabilidade, vivenciando circunstâncias que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira. Entretanto, na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implementação dessas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil estão integradas, superpostas ou mesmo confundidas" (Heringer; Vargas; Honorato, 2014).

[46] O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Fonte: siteprouni.mec.gov.br.

tanto, na PUC-Rio existe um programa da universidade chamado Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP)[47], criado em 1997 pelo Centro Pastoral Anchieta, configurando-se como um programa de distribuição de benefícios – como vale-transporte e vale-alimentação – com a proposta de garantir a igualdade de acesso às oportunidades de educação e permanência dos alunos bolsistas na universidade (Faceira, 2009).

Nesse contexto, percebemos que buscar acessar o FESP é uma das estratégias utilizadas pelos ex-alunos bolsistas do ProUni para permanecerem e concluírem suas trajetórias universitárias, como podemos observar em alguns depoimentos.

> Sem eles eu nada seria. Na real, NADA mesmo. Morria de medo que o auxílio alimentação acabasse antes do fim do mês, sabia que ficaria com fome. Estudar com fome é punk. Controlava na ponta do lápis (Entrevistada Gabriele).
>
> O Fesp fez toda a diferença na minha graduação. Através dele e por ele eu conseguia transporte quando ainda não havia bilhete único universitário pro ProUni. E conseguia livros e refeição no bandejão, que também seriam muito difíceis sem a ajuda do programa (Entrevistada Tainah).
>
> Sem o benefício, não conseguiria ter concluído o curso, pois morava em Araruama, passava a semana na casa da minha tia em São Gonçalo, tinha gastos com transporte, alimentação, material didático (Entrevistado Felipe).

Esses depoimentos comprovam a importância de um programa de assistência estudantil para estudantes beneficiários de PAAs, pois são estudantes oriundos das classes populares que têm o perfil socioeconômico de baixa renda, e sabemos que os custos de uma graduação não se restringem ao pagamento de uma bolsa de

[47] De acordo com Sena (2004), o FESP foi criado em função de dois fatores, interligados e complementares entre si: a situação do Palace II, quando um grupo de funcionários se mobilizou para a criação de um fundo de ajuda às vítimas do incidente e, posteriormente, passou a ser destinado aos alunos de camadas socioeconômicas baixas; o FESP também surge a partir da preocupação de uma freira, que realizava graduação na PUC-Rio, com uma criança em situação de fome e vulnerabilidade social. Consequentemente, ela conversou com a Pastoral sobre a possibilidade da mesma receber diariamente um lanche.

estudos, mas existem outras demandas como podemos evidenciar nos relatos acima, demandas subjetivas como questões de acompanhamento psicopedagógico, entre outras questões. Contudo, no caso da PUC-Rio, O FESP é um suporte necessário, mas trata-se de uma alternativa da própria universidade que não atende a todos os bolsistas, pois é necessário que haja uma seleção entre os mais vulneráveis e o estudante só é contemplado a partir dos segundo e terceiro período como relatou o entrevistado abaixo.

> São extremamente importantes e essenciais para o bolsista ter condições de ter o mínimo de dignidade no momento que ele mais precisa de suporte para ter que se preocupar exclusivamente com ser 'apenas' um melhor estudante. O ideal era que esses auxílios viessem no primeiro período, pois na minha época apenas no 2º ou 3º período que se conseguia estes auxílios (Entrevistado Anderson).

Enfim, o ProUni é uma PAA que possibilitou o acesso de milhares de indivíduos ao longo dessas duas décadas, no entanto, sem assistência estudantil fica muito difícil permanecer, pois, como bem disse Gabriele, "estudar com fome é *punk*". Essa é uma questão que todos devemos nos preocupar em equacionar, pois estamos falando da garantia do direito *à* educação de qualidade que perpassa por questões de ordem material, como destacaram Vargas e Heringer (2016).

> É fundamental para o desenvolvimento do país que uma parcela maior da população conclua o nível superior em sua escolarização. Para isso, dois desafios precisam ser enfrentados: acesso e permanência dos alunos. Garantir que os cursos tenham vagas disponíveis que se encaixem no cotidiano, às vezes bastante conturbado, da população e criar mecanismos para que cada vez menos pessoas abandonem os cursos devem ser prioridades (Brasil, 2014).

Não obstante, outras estratégias adotadas pelos entrevistados foram estagiar e trabalhar no contraturno das aulas na universidade, conforme podemos observar abaixo.

> Comecei a estagiar já no segundo período da faculdade e a minha profissão foi ser estagiária. Experimentei várias áreas e caminhos distintos até me encontrar. Foi muito difícil conciliar o trabalho remunerado (mesmo que um estágio) com a longa jornada na PUC somada ao tempo gasto com deslocamento (para estar na sala de aula às 7h, eu que morava em Cosmos na zona oeste do Rio, precisava acordar às 3h)... mas hoje vejo que o trabalho foi fundamental na minha jornada. Não só pela $$$ que auxiliou na compra de livros e materiais didáticos, como acesso a diferentes experiências, mas também por me possibilitar que me visse em outros lugares, jamais imaginados por mim, e poder vislumbrar uma vida melhor. Eu sabia que passar pela faculdade seria fundamental pra 'virar a chave' (Entrevistada Geovana).

> Faxina aos fins de semana e a noite pra ter uma graninha, ficar até tarde na biblioteca adiantando trabalhos (internet, computador, impressão), contar com minha mãe cuidando das crianças. Controlar a renovação de livros 'na unha'. Evitar ao máximo faltar aulas. Escrever tudo que os profs falavam (tudo mesmo! Tive que operar devido a uma tendinite crônica) (Entrevistada Gabriele).

Em um olhar menos atento não encontramos problema algum em estagiar mais cedo e/ou trabalhar durante a graduação, no entanto a formação superior não se restringe apenas em estar em sala de aula e cumprir a grade curricular, mas há uma série de atividades extracurriculares que são complementares e fazem com que se tenha uma formação integral. Nesse contexto, estagiar antes do período obrigatório e trabalhar inclusive nos finais de semana é dedicar menos tempo aos estudos, não participar de palestras, seminários etc.

> (...) É verdade que ficar na universidade depois das aulas joga um papel importante na constituição da identidade e cultura estudantis (...). As pessoas apenas passam por ali, o que não contribui para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento necessário a uma integração (Coulon, 2008, p. 107).

Concordamos com o autor, pois, conforme destacamos acima, a formação superior extrapola as salas de aulas e participar das atividades que a universidade tem a oferecer, assim como ocupar todos os espaços e interagir com todos os atores da comunidade universitária é muito importante para o processo de afiliação e para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento. As PAAs foram e são fundamentais para a democratização do ensino superior no sentido da ampliação do acesso, mas ainda temos muito que avançar no que tange às estruturas internas e a cultura universitária.

Considerações finais

Muito longe de querer esgotar o debate da permanência estudantil no ensino superior, mas com o objetivo de trazer à baila o debate sobre as PAAs e a necessidade de conjugá-las com políticas de permanência e assistência estudantil em todos os programas, sobretudo o ProUni, em questão neste artigo, pois sem tais medidas as trajetórias universitárias de estudantes oriundos das camadas populares correm o sério risco de não serem concluídas ou, no dizer de Coulon, "as pessoas apenas passam por ali", mas não desenvolvem o sentimento de pertencimento ou não usufruem de tudo que a universidade pode oferecer. Nesse sentido, o relato de uma entrevistada retrata bem o que estamos querendo dizer: "Foi muito difícil... sinto que não curti muito, por conta das zilhões de limitações enfrentadas pela falta de grana e distância da minha residência" (Entrevistada Geovana).

Esse e outros tantos relatos que apresentamos aqui e ainda os que não apresentamos são indicadores de que ainda há muito o que ser feito para avançarmos no objetivo da democratização do ensino superior no Brasil. Este artigo apresentou elementos e questões objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas sobre a permanência estudantil de estudantes oriundos das camadas populares no ensino superior, tendo como referência principal o conceito de afiliação de Alain Coulon e a nossa tese de doutorado, na qual empreendemos pesquisa sobre as trajetórias universitárias de ex-alunos das primeiras turmas do ProUni da PUC-Rio.

Enfim, de acordo com os relatos analisados podemos perceber que as trajetórias foram de muitos sacrifícios e superação durante todo o percurso universitário. Nesse contexto, para alguns a afiliação ao ensino superior aconteceu, mas, para outros, apesar de terem concluído, eles apenas passaram pela universidade. E ademais, duas questões merecem bastante atenção por parte de toda a comunidade acadêmica: a primeira são as relações interpessoais no ambiente universitário, seja entre os alunos bolsistas e os tradicionais ou entre alunos e professores, pois os relatos que apresentamos aqui evidenciam um ambiente segregador e excludente e esse fato não pode ser naturalizado; e a segunda questão é a implementação de mecanismos concretos, isto é, programas e políticas de assistência e permanência estudantil que tenham como público destinatário os estudantes oriundos das camadas populares.

Referências

ALMEIDA, Wilson Mesquita. PROUNI: limites, avanços e desafios em uma década de existência. *In:* HERINGER, R. (org.). **Democratização da educação superior no Brasil**: novas dinâmicas, dilemas e aprendizado. Rio de Janeiro: Cadernos do GEA, n. 7, p. 50-52, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre (com contribuições de A. Azevedo *et al.*). A **miséria do mundo. Petrópolis**: Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, José; COSTA, Renato; FILHO, Hélcio A. Cursos Pré-Vestibulares Comunitários – Espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

DAGNINO, Eveline. **Anos 90 e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

CLAPP, A. **Ação Afirmativa na PUC-Rio**: a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

CLAPP, A. **Ação Afirmativa no Ensino Superior**: a inserção de alunos pobres e negros na PUC-Rio. 2008. 199f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

CLAPP, A. **A gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio**. Uma parceria entre Universidade e Movimento Social. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.

COULON, Alain: O ofício do estudante: a entrada na universidade. Tradução:

Ana Maria F. Teixeira (UFRB). **Edu. Pesqui.**, São Paulo, n. 43, v. 4, p. 1.239-1.250, 2017.

GOMES, Joaquim. A recepção do Instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília/DF, 2001.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

HERINGER, R. Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). *In:* PAIVA, Ângela (org.). **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Pallas Ed., p. 177-144, 2010.

HERINGER, R. Educação Superior no Brasil Contemporâneo: um estudo sobre acesso, democratização e desigualdade. **Cadernos do LEPES**, Rio de Janeiro, v. 1, Faculdade de Educação da UFRJ, 2018.

HERINGER, Rosana Rodrigues; HONORATO, G. S. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *In*: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (org.). **Ensino Superior**: expansão e democratização. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 315-350.

VARGAS, Hustana. Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos *websites*. *In*: CARMO, Gerson Tavares do. **Sentidos da permanência na educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, p. 175-198, 2016.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público na perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives** (Archivos Analíticos de Políticas Educativas), v. 25, 2017, p. 1-33.

PARTE 3

O Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES) tem como objetivo desenvolver pesquisas nas áreas socioambientais e comunitárias, com foco na discussão e análise de políticas públicas, em especial as voltadas para a gestão de resíduos sólidos e os sujeitos implicados, saneamento básico, recursos hídricos, entre outras áreas que impactam o desenvolvimento da vida comunitária, sobretudo a dos sujeitos partícipes dessas políticas – catadores de materiais recicláveis, população residente em comunidades periféricas e vulnerabilizadas, assim como grupos de populações tradicionais, e representações da sociedade civil – na busca de analisar os impactos das precarizações dessas políticas no contexto comunitário, a fim de construir bases teóricas metodológicas e disseminá-las através de produções acadêmicas que sirvam de subsídios para novos estudos, bem como de referência para pesquisadores e estudiosos em relação às temáticas, a fim de desenvolvimento local e sustentável.

7. Inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis em Resende/RJ: a história contada por seus sujeitos

Cristiane Valéria da Silva Barcelo[48]

Introdução

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado defendida no ano de 2023, vinculada à linha de pesquisa "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social do PPGSS–PUC-Rio", que tratou de analisar o processo de organização do trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, no período de 2020 a 2023, embora o processo de organização desse grupo tenha sido inicialmente deflagrado em 2007, em decorrência do primeiro anúncio realizado pelo poder público, especificamente pela Prefeitura de Resende, em relação ao fechamento do lixão de Bulhões-[49]-Resende que já funcionava há mais de uma década de forma inadequada no processo de destinação de resíduos sólidos urbanos, tanto do município como das áreas de abrangência.

E como forma de resistência, o grupo de trabalhadores e trabalhadoras que estavam realizando a atividade de catação no local, liderados pela catadora Dircéa da Silva, criaram a Associação dos

[48] Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio, pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (Gripes), assistente social na Prefeitura Municipal de Resende/RJ. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Gestão Ambiental, Assistência Social e Inclusão Social. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4085494637225131.

[49] Lixão (português brasileiro) ou lixeira (português europeu)[1] se refere a uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pelo simples depósito do material sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública; o mesmo que descartar resíduos a céu aberto.[2]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lix%C3%A3o

Garimpeiros do Aterro Sanitário de Resende (AGASAR), inscrita no CNPJ 08.872.978/0001-55, que permanece até os dias atuais e conta com a participação de 62 associados, sendo 39 homens e 23 mulheres, e desse grupo, a maioria é constituída por familiares cuja faixa etária está variando entre 21 e 64 anos, segundo dados disponibilizados pelo atual presidente, o catador de materiais recicláveis Juliano Silva.

A AGASAR exerce papel fundamental na busca de garantia de trabalho e renda para seus associados, pois a partir do encerramento das atividades do lixão, ocorrida em 2020, para de atender o art. 54 da PNRS/2010, os seus associados se viram sem recursos para suprir as suas necessidades e de suas famílias, apesar da organização ter estabelecido algumas estratégias e tratativas pactuadas junto ao poder público, há cerca de 13 anos, a fim de estruturar caminhos para atender às inúmeras demandas dos catadores e catadoras, mas as ações sofreram, em sua maioria, solução de continuidade, deixando o grupo com poucas referências para dar continuidade ao trabalho de coleta, separação e comercialização dos materiais recicláveis, provenientes da coleta seletiva municipal.

Com o fechamento do aterro, as tratativas na busca de garantia de trabalho e renda para os catadores e catadoras integrantes da AGASAR ainda não tinham sido consolidadas, na época da pesquisa, e o exemplo dessa situação foram as notícias veiculadas pela mídia, conforme a reportagem do jornal *Beira-Rio*, inclusive também em reuniões que foram promovidas e ocorreram com a presença de agentes públicos do governo municipal e a Defensoria Pública, mas ainda se constituía como desafio o cumprimento das ações propostas.

> A novela dos catadores da Associação dos Garimpeiros do Aterro Sanitário de Resende (AGASAR) continua, mesmo com a promessa de um novo local de trabalho há dois meses. Em entrevista ao jornal BEIRA-RIO nesta semana, o presidente da associação, Juliano Sebastião, revelou que as obras do galpão – que foi anunciado na reunião entre trabalhadores e representantes da Prefeitura de Resende que seria entregue em agosto – ainda não foram iniciadas. 'O galpão prometido pelo Sr. Wilson (Moura, presidente da Agência do Meio Ambiente de

> Resende – Amar) e pelo secretário de Governo (Élio Rodrigues da Silva Junior) foi de que em 180 dias, a partir de abril, estariam entregando o galpão aos catadores, em agosto. Mas nem a fundação (alicerce da obra) saiu no local', diz o presidente.

Durante a reunião também foi anunciado na época pela prefeitura que seria cedido um galpão para a continuidade das atividades desenvolvidas pela cooperativa, e que sua localização seria próxima ao Parque de Exposições, ao lado do galpão de uma outra organização existente no município, a Associação dos Catadores Recicla Resende (ACRR). No entanto, na mesma reunião, foi cobrada da liderança da AGASAR a apresentação de mais dados a respeito dos membros e o processo de funcionamento, ponto que foi esclarecido pelo presidente da AGASAR, que garantiu que os dados sobre todos os trabalhadores da associação já foram entregues à Agência Municipal de Resende (AMAR), ao contrário dos questionamentos realizados pelo presidente do órgão ambiental.

Figura 1 – Reunião de catadores e catadoras do Aterro de Bulhões com a Defensoria Pública

Fonte: .https://avozdacidade.com/wp/fechamento-de-aterro-sanitario-em-bulhoes-e-tema-de-reuniao/

Após reunião, continuaram buscando outros canais de mídia para denúncia do processo e, segundo o jornal *A Voz da Cidade,* o governo municipal encerrou as atividades sem um aviso prévio, pegando de surpresa 56 catadores, que agora pedem uma alternativa para evitar o desemprego durante a pandemia do coronavírus. Segundo a prefeitura, a discussão para acabar com o lixão se arrasta há anos e não "parece correto falar que alguém foi pego de surpresa". A prefeitura ainda afirmou que há um planejamento feito para que esses catadores possam trabalhar na coleta seletiva de resíduos sólidos de maneira mais digna e segura, contudo não informou uma previsão para iniciarem essa atividade (*Voz da Cidade*, 2020).

Após o processo de reivindicações e denúncias do grupo integrante da AGASAR, algumas tratativas foram pactuadas por eles junto ao poder público e a Defensoria Pública da União, ficando dessa forma pactuado, sobretudo por encontrar-se no período da crise sanitária (pandemia de Covid-19)[50], que seus integrantes receberiam um auxílio financeiro dentre outros por meio dos benefícios da Política Pública de Assistência Social, e, portanto, foram encaminhados ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de abrangência da área da cooperativa, sendo direcionados ao CRAS Lavapés, objetivando acessarem os benefícios eventuais, enquanto aguardavam o retorno das atividades e a efetivação das ações de inclusão socioprodutiva preceituadas em lei.

Os desafios dos catadores de materiais recicláveis da AGASAR/ Resende no processo de inclusão socioprodutiva

Tomando como referência as estratégias estabelecidas pelo grupo da AGASAR na perspectiva de garantia de trabalho e renda através da manutenção das atividades que desenvolviam no lixão,

[50] A pandemia de Covid-19, também conhecida como pandemia causada pelo coronavírus, é uma síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez a partir de um surto em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional (PHEIC) e, em 11 de março de 2020, como pandemia. OMS declarou o fim da PHEIC no dia 5 de maio de 2023,[11][23] apesar de ainda continuar a se referir a ela como uma pandemia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19.

mas agora vislumbrando que aconteça de forma salubre e menos penosa, vamos tomar como ponto de partida, para nossa análise dos desafios do processo de inclusão socioprodutiva dos integrantes da AGASAR, o Protocolo de atuação em Direitos Humanos elaborado pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), na defesa de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, no sentido de levantar quais foram e/ou ainda são os desafios que a cooperativa vem enfrentado na garantia da efetivação de direitos, considerando que a preceituação legal no documento evidenciava a condução do processo de encerramento dos lixões e as ações que deveriam anteceder o processo, tendo como ponto central a inclusão efetiva de catadores e catadoras, a saber:

> O encerramento das atividades nos lixões pressupõe a anterior inclusão social e econômica das catadoras e dos catadores. Somente é legítimo falar no encerramento das atividades dos lixões após a inclusão da/o última/o catador/a. Logo, para (e antes de) encerrar as atividades nos lixões o poder público necessita cumprir um conjunto de obrigações correlatas, como a implantação do sistema de coleta seletiva (e do sistema de logística reversa) com a participação das catadoras e dos catadores. O encerramento, portanto, só cumprirá os mandamentos legais quando houver essa transição das/os trabalhadoras/es dos lixões para a coleta seletiva (CONDEGE, 2022, p. 77).

Essa recomendação, nos permite inferir que o processo de inclusão socioprodutiva desses trabalhadores e trabalhadoras, pressupõe um trabalho prévio das prefeituras, no sentido de capacitá-los e orientá-los no processo de organização para a formação da cooperativa, caso não exista e, se for preciso, garantia de bens e serviços que poderá ser via processo de indenização pelo encerramento das atividades do lixão ou aterro controlado, enquanto se promove a transição para um galpão em plenas condições de funcionamento com infraestrutura que comporte a realização do trabalho de recebimento de materiais via coleta seletiva, triagem, semibeneficiamento e comercialização dos materiais potencialmente recicláveis, além de outras atividades afins na área de reciclagem.

O documento ainda preceitua ações para incubação e formalização das organizações de catadoras e catadores com o apoio da Defensoria Pública a partir da elaboração de um Protocolo de Atuação, com o intuito de aprimorar, uniformizar e fortalecer a atuação institucional no país.

Já nos itens 5 e 5.4 do documento, podemos identificar recomendações quanto à inclusão das catadoras e catadores independentes, fator que evidencia a preocupação com todos os segmentos da categoria, seja organizado em cooperativa ou fora dela:

> 5. O/A Defensor/a, após levantamento realizado, buscará incentivar a inclusão de catadoras/es independentes em cooperativas ou associações, inclusive com a busca ativa em lixões, bem como prestará assistência jurídica às cooperativas ou associações informais, de modo a permitir o acesso aos benefícios e incentivos fiscais, além dos demais direitos previstos em lei.
> 5.4. O/A Defensor/a deve realizar reunião no território das/dos catadores para esclarecer a importância da criação de uma cooperativa ou associação, explicando a diferença entre essas duas possibilidades. Nesse momento, as/os catadoras/es devem ser motivadas/os a se unirem em defesa do acesso ao trabalho digno, salubre e protegido, cujo impacto socioambiental os qualificam como agentes do meio ambiente (p. 14 /15).
> 5.8.1 O/A defensor/a deve ter em mente que a inclusão das/os catadoras/es é um processo, não basta apenas a contratação da cooperativa ou associação pelo poder público municipal. É necessário que a cooperativa ou associação passe por um processo de incubação, ou seja, tenha acompanhamento de técnicos, para auxiliar no desenvolvimento do empreendimento, tanto em seu aspecto social como econômico, com o objetivo de que, ao final do processo, a cooperativa/associação alcance a sua independência e autonomia ter condições de 'andar com suas próprias pernas' (CONDEGE, 2022, p. 17).

A fim de melhor compreender como essa dinâmica na prática vinha funcionando, sobretudo no desenvolvimento do trabalho da AGASAR, estabelecemos realizar nosso trabalho de campo e o processo de observação direta, participando de diversos encontros

dos seus integrantes no CRAS Lavapés, área de referência de atenção aos benefícios da Assistência Social para eles, e também passamos a realizar visitas ao galpão localizado em Bulhões, período em que realizamos as entrevistas da pesquisa, assim como participamos também de reunião com o representante da Defensoria Pública, a convite do presidente da cooperativa, e alguns dos seus integrantes, a fim de expor a realidade de trabalho e os desafios de permanência.

Partindo das referências apontadas pelo documento, pudemos identificar em nossa pesquisa, por meio de entrevistas e observação direta, que o município de Resende ainda não conseguiu estabelecer uma contratação formal das organizações, sobretudo da AGASAR, sujeito da pesquisa, sobretudo por conta das questões burocráticas para a devida regulamentação das organizações, pois, embora a AGASAR encontre-se instalada em um galpão, sua documentação ficou pendente por um período para a oficialização, e os resíduos que estavam chegando, embora sejam provenientes da coleta seletiva, não eram suficientes para garantir minimamente um rendimento mensal que suprisse as necessidades básicas das famílias, visto que não alcançava, na época, 2022, um salário mínimo mensal por cooperativado, fator que inviabiliza o processo de desenvolvimento das atividades e, consequentemente, da inclusão socioprodutiva dos seus integrantes.

A localização do espaço de trabalho da AGASAR, que foi cedido pelo município, é muito próxima à área onde funcionava o lixão, que fora encerrado em 2020, em atenção ao que preceitua a PNRS/2010, fator que não consideramos recomendável, uma vez que o próprio estigma local não favorecia a incorporação de práticas inovadoras de seleção e comercialização de materiais potencialmente recicláveis. Além desse aspecto, em termos de infraestrutura, o galpão, apesar de contar com duas prensas, ter duas esteiras para a seleção de material, ainda não havia a viabilidade de energia elétrica para garantir o efetivo funcionamento dos equipamentos; aliado a isso, registrava-se também a baixa entrada de material, comprometendo a sua funcionalidade e, consequentemente, impedindo o melhor desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Figura 2 – Parte externa do galpão da AGASAR.

Fonte: arquivo da pesquisa/2022.

No que diz respeito ao espaço de administração e de uso comum dos integrantes da cooperativa no galpão, apesar de verificarmos que contava com escritório, banheiros, refeitório e ainda duas salas multiusos, que serviriam tanto para descanso como para espaço de palestras, dentre outras funcionalidades, na época do trabalho de campo não contava com energia elétrica e nem com água encanada, o que vinha inviabilizando sua utilização diária, assim como o entorno carecia de manutenção, como capina e área para melhor acondicionamento do material segregado, a fim de protegê-lo das intempéries da natureza, ou seja, o que se verificou nesse processo é que a proposta de inclusão social visando dar continuidade às atividades de separação e semibeneficiamento dos materiais para comercialização na garantia de trabalho e renda para os integrantes da AGASAR, sofria um processo de inclusão marginal, conforme aponta Martins (1997):

> Sustenta o autor que o que se chama de exclusão na verdade 'constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de **uma inclusão precária e instável, marginal**'. Trata-se da forma de inclusão 'daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas

> grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais' (p. 26).
> Argumenta que sociologicamente, não existe exclusão e que, portanto, esse conceito é 'inconceitual, impróprio, e distorce o próprio problema que pretende explicar' (p. 27). Explica ainda que o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista pois é esta que desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos (Martins, 1997, p. 26-27).

E ainda elucida que:

> [...] é próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (p. 32 – grifos do autor foi de forma precária e marginal) (Martins, 1997, p. 32).

Figura 3 – Parte interna do galpão da AGASAR.

Fonte: arquivo da pesquisa/2022.

Segundo relatos do catador Juliano, presidente da AGASAR, na nossa entrevista realizada no trabalho de campo, as demandas foram apresentadas à Agência de Meio Ambiente de Resende (AMAR), órgão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e manutenção da área do galpão, na busca da efetivação dos devidos

encaminhamentos e reparos. No entanto, elas não foram atendidas, rompendo com o que estava previsto nas tratativas e recomendações do documento da Defensoria Pública, fator que impedia que os integrantes da cooperativa, pudessem alavancar novos processos de trabalho para aumentar os ganhos e viabilizar atividades que propiciassem a inclusão socioeconômica prevista pela PNRS/2010.

Diante do contexto socioambiental identificado na realidade de catadores e catadoras da AGASAR, cabe analisar que a própria dinâmica do modo de produção capitalista apresenta-se como um desafio para a superação de ciclos de exploração e exclusão em que se encontram determinados segmentos da sociedade, sobretudo na área do trato com resíduos sólidos urbanos (lixo), cujos profissionais que lidam diretamente são os menos valorizados, ou seja, são invisibilizados e não reconhecidos como força viva da produção, pelo contrário, segundo Montaño e Durigueto, podemos entender que:

> Não é no mercado, mas na esfera produtiva que são geradas as contradições fundantes entre as classes na sociedade capitalista: a partir do lugar que ocupam ou do papel que desempenham, os sujeitos no processo de produção, derivado da propriedade privada da terra (capitalistas proprietários de terra), da propriedade privada dos meios de produção e reprodução (capitalista industrial, comercial ou bancário) e da mera propriedade de força de trabalho (trabalhador, empregado ou desempregado) (Montaño; Durigueto, 2010, p. 82).

Nesse sentido, a necessidade de fortalecimento e organização dos catadores e catadoras, nas suas lutas pessoais, rompimento de entraves e busca de conquistas, além da estruturação de estratégias e articulações para fazer valer seus direitos e garantir suas sobrevivências, se constituem como ferramentas fundamentais para vencer os desafios de sua efetiva inclusão, pois o valor do trabalho e da relação da produção não são o ponto central para inseri-los na cadeia produtiva da gestão integrada de resíduos sólidos, conforme preceitua a PNRS/2010. O seu fortalecimento, como sujeitos de direitos e produtivos, no processo de produção possa, sim, alavancar novas frentes de trabalho de forma estruturante e estruturada na busca de fazer frente ao mercado de trabalho como qualquer trabalhador

que desenvolve outras atividades formais ou informais no contexto da sociedade.

Em se tratando de mercado de trabalho, uma importante contribuição é a de Ricardo Antunes, em seu livro *O privilégio da servidão* (2018), cuja análise sobre a importância do trabalho para o ser social, o autor enfoca que

> o sentido do trabalho que estrutura o capital, o trabalho abstrato, é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade, o trabalho concreto, que cria bens socialmente úteis, torna-se potencialmente desestruturante para o capital.

Com esse propósito, a AGASAR buscou fazer valer seu potencial de organização na busca de sua estruturação e de ser estruturante em relação à realidade da gestão de resíduos sólidos urbanos em Resende/RJ, e algumas ações foram realizadas em articulação com a prefeitura municipal, apoiadas nas recomendações do CONDEGE 2022 para atender às demandas apontadas por eles. Sendo assim, foi regularizado o fornecimento de luz e água no galpão, agilizada a regularização de pendências legais – tais como CNPJ, alvará de funcionamento, licenças para coleta de determinados materiais, etc. – e ainda foi estabelecido dentro do contrato da empresa responsável pela coleta seletiva a liberação diária de um caminhão com os resíduos seletivos, com a finalidade de ampliar o volume de materiais recebidos para separação e comercialização, fator que contribuiu para o aumento dos ganhos mensais, mas ainda é necessário ampliar as ações, conforme a fala do presidente da cooperativa, quando em entrevista elucidou que:

> é preciso o aumento no volume dos materiais recebidos através de maior incentivo a coleta seletiva municipal, inclusive com a garantia de pagamento pela prestação de serviço pela prefeitura, conforme preceitua a legislação. Outro ponto é a importância de termos caminhão próprio para transportar os materiais, onde nos mesmos possamos realizar a coleta dos materiais na cidade (Entrevista realizada com o presidente da AGASAR, Juliano, em 15/07/2022).

Consideramos relevantes as colocações e reivindicações trazidas pelo presidente da AGASAR, pois se faz necessário promover a inclusão socioprodutiva desse segmento, dando condições para que o trabalho, que já vinha sendo realizado, seja qualificado e salubre, visto que tal atividade já ocorria antes mesmo de o município pensar em organizar o gerenciamento dos resíduos da forma atual, e esses catadores e catadoras, muitas vezes por falta de outras opções de trabalho formal e também porque a atividade apresentava-se como rentável, embora insalubre, o realizaram, sem um vínculo formal com o poder público e, quase na sua maioria, era realizada dentro do lixão.

A evidência desses processos excludentes e informais ocorrem no país como um todo, e pudemos encontrar no livro *A Política Nacional de Resíduos S*ólidos e seus 10 anos de execução: balanços e retrocessos (2021), autores que analisaram no Capítulo 3 a indústria da reciclagem no Brasil à luz da PNRS e elucidam a não valorização do trabalho dos catadores nessa cadeia, sobretudo pelo poder público e o mercado, e, como encaminhamento, evidenciam a importância da participação desses trabalhadores/as, quando afirmam que:

> A indústria da reciclagem movimenta elevadas cifras econômicas e tem se mostrado um mercado atraente, no entanto, a participação dos catadores nesse mercado, em termos financeiros é bastante limitada e com informações dispersas. A participação dos catadores na cadeia da reciclagem, sejam eles organizados em associações ou cooperativas, ou autônomos, permeia interesses diversos, e se faz necessário que esses atores se capacitem e sejam acompanhados pelo poder público para que de fato sejam partícipes da política pública com benefícios financeiros (Figueiredo; Lopes, 2021, p. 89).

Outro aspecto que consideramos ser relevante nesse processo tem relação direta com que Bastos e Nunes (2017) evidenciam em seu estudo sobre as Políticas Públicas de Sustentabilidade Urbana no Gerenciamento de Resíduos Sólidos, considerando que um dos primeiros desafios a ser enfrentado, ao se pensar no gerenciamento dos RSU, é o da própria elaboração de políticas públicas de

sustentabilidade urbana de forma significativa, que possam envolver catadores e catadoras não somente na coleta de resíduos e comercialização, mas como agentes ambientais participantes da gestão integrada de resíduos, conforme preceitua a PNRS/2010, para que possam contribuir com mudanças nos padrões de produção e consumo, objetivando contribuir com a redução dos desperdícios, por meio do estímulo à educação ambiental.

Por outro, lado, é fundamental o real envolvimento do poder público e da sociedade civil nos projetos de estímulo à diminuição de produção na fonte geradora, a reutilização e a reciclagem dos produtos, com a destinação adequada dos rejeitos provenientes dos resíduos gerados, e a inovação e desenvolvimento de novas tecnologias urbanas sustentáveis, bem como o estímulo à produção de produtos biodegradáveis.

Isso porque, sem que haja essa transformação na sociedade de consumo, bem como nos padrões de trabalho e melhor distribuição de renda para os trabalhadores, os padrões capitalistas de acumulação serão os propulsores de expressões da questão social sobre a qual os catadores e catadoras, são sujeitos, considerando que as políticas públicas de atenção a esse público são mitigatórias, sem caráter transformador da realidade vivenciada.

Nesse contexto, podemos enfatizar que a conclusão à qual se chega após a leitura dessa realidade, é de que muito ainda está por ser desenvolvido na área socioambiental, principalmente no tocante ao envolvimento dos diferentes sujeitos no processo de gestão integrada dos resíduos. Somado a esses aspectos, agregamos as referências apontadas por Bastos e Mattos (2021), no balanço realizado na publicação sobre as maiores dificuldades encontradas na implementação dos objetivos da PNRS, sobretudo no que diz respeito à inclusão socioprodutiva das catadoras e catadores no país:

> As fragilidades, as contradições, os limites e as possibilidades para a implantação da PNRS nos auxiliaram na análise de verificar se a Política Nacional de Resíduos Sólidos contribui para a efetiva inclusão social e emancipação econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis inseridos na gestão de resíduos. Pelo exposto, podemos inferir que na atualidade brasileira esse

> ordenamento jurídico que regula a atividade econômica dos resíduos sólidos inclui precariamente os catadores, reforçando as vulnerabilidades e os mecanismos de injustiça ambiental/social/econômica (Bastos; Mattos, 2021, p. 122).

Acreditamos que se faz necessário envidar esforços para a efetivação de diferentes práticas socioambientalmente adequadas na busca de vencer os inúmeros desafios que a AGASAR precisará enfrentar para incluir seus integrantes de forma digna, salubre e valorizada, conforme preceitua a PNRS/2010, bem como recomenda o protocolo construído pela Defensoria Pública na perspectiva da garantia de direitos sociais para catadores e catadoras no país.

Apesar das ações diferenciadas, é possível identificar que alguns esforços já estão sendo envidados pelo poder público no intuito de estabelecer melhor parceria com a AGASAR, e avaliamos que, se o diálogo continuar, as pendências poderão ser sanadas e uma relação mais satisfatória para ambas as partes poderá ser construída.

Considerações finais

Este recorte do nosso estudo nos permitiu identificar os inúmeros desafios a serem vencidos pela Associação de Catadores de Material Reciclável de Resende (AGASAR) após o encerramento do Aterro Controlado de Bulhões, uma vez que passou por inúmeros enfrentamentos de dificuldades na busca da garantia de manter o funcionamento das atividades da cooperativa, sobretudo em um local que garantisse a continuidade do trabalho e que pudesse permitir o desenvolvimento de melhores práticas na área de gestão de resíduos sólidos urbanos na busca da inclusão socioprodutiva de seus integrantes.

Outro ponto foi que, apesar de inúmeras recomendações da Defensoria Pública da União sobre a situação precária da cooperativa, aliadas às tratativas junto ao poder público municipal em relação às ações inclusivas para esse grupo, inicialmente não lograram o êxito previsto, pois o novo espaço não ofereceu – até a época da conclusão da pesquisa –, condições dignas e salubres de efetivação para o desenvolvimento do trabalho.

Contudo, foi possível acompanhar as negociações realizadas pelo grupo da AGASAR com o apoio da Defensoria Pública, e algumas ações por parte da prefeitura foram se consolidando na busca de caminhar para um estreitamento nas relações e, com isso, possivelmente melhorar a parceria que ocorria de forma precária, visto que não atendia às necessidades dos catadores e catadoras e tampouco satisfazia as expectativas do poder público no que diz respeito ao desenvolvimento de um projeto ambientalmente adequado, no qual o envolvimento de todos os setores fosse efetivado em busca da garantia de trabalho e renda para catadores e catadoras, mas também que os índices de destinação adequada de resíduos, assim com a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e a economia circular se materializassem como elementos fundantes no processo de inclusão socioprodutiva desses sujeitos, conforme preceituam os dispositivos legais, PNRS, Protocolo CONDEGE, entre outros instrumentos.

Esses fatores nos levam a compreender que o processo ainda não tinha se solidificado, portanto muitos desafios ainda se constituíam como ferramenta de luta da AGASAR na busca de garantia de melhores condições de trabalho em ambiente salubre, harmonioso e socioambientalmente adequado, bem como podendo também se constituir como um *case* de sucesso na busca de levar a cidade de Resende aos melhores índices ambientais adequados, tanto no que diz respeito à inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras, mas também no que diz respeito à gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COELHO, Sandy Caroline Seabra. Exclusão ou inclusão marginal? **Revista Exitus**, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), v. 8, n. 2, p. 410-415, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5531/553159852017/html/. Acesso em: 24 maio 2021.

A VOZ DA CIDADE. **Lixão de Resende para de funcionar e catadores pedem meios para continuar reciclagem**. Resende/RJ, 28 abril 2020. Disponível em:

https://avozdacidade.com/wp/lixao-de-resende-para-defuncionar-e-catadores-pedem-meios-para-continuar-reciclagem/. Acesso em: 27 nov. 2021.

BASTOS, V. P.; MATTOS, U. A. O. (orgs.). **A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução:** balanço dos avanços e retrocessos. Rio de Janeiro: Letra Capital Ed., 2021.

BRASIL. Lei N° 12.305 de 2 de agosto de 2010 – **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (PNRS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 14. julho 2021.

CONDEGE. **Protocolo de atuação em direitos humanos para defensorias públicas na defesa de catadoras/es de material reciclável e reutilizável**. Brasília/DF, 2022 https://www.condege.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Anexo-04.-Protocolo-de-atuacao-defesa-catadores.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

FIGUEIREDO, F. F.; LOPES, Regia Lucia. A indústria da reciclagem no Brasil: uma análise à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a participação dos catadores. *In*: BASTOS, Valéria Pereira; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira (orgs.). **A política nacional de resíduos sólidos e seus 10 anos de execução: balanço dos avanços e retrocessos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Ed., p. 84-103, 2021.

MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Classe social, consciência de classe e lutas de classes. *In*: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, cap. 2, p. 82-125, 2010.

8. O Residencial Vale da Mata/Duque de Caxias/RJ e as implicações do trabalho técnico social no processo pós-morar

Alcione de Carvalho Ferreira[51]

Introdução

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado defendida no ano de 2024, vinculada à linha de pesquisa "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social do PPGSS–PUC-Rio". O estudo buscou analisar os limites e as possibilidades da execução do Trabalho Técnico Social (TTS) no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), Faixa 1[52], no Residencial Vale da Mata, no distrito de Xerém, na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, que foi implementado pela Secretaria Municipal de Habitação de Duque de Caxias por meio da atuação do Serviço Social e, no caso, em especial desse grupo de moradores, que foi incluído no programa após o desastre ambiental de janeiro de 2013, em função de ter desabrigado inúmeras pessoas no município.

[51] Assistente social e mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. É pesquisadora do grupo de pesquisa Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES), especialista em Estratégia Saúde da Família pela Universidade Estácio de Sá (2019) e iniciou a atuação profissional na Secretaria Municipal de Habitação de Duque de Caxias (SMH/DC) como coordenadora do Trabalho Técnico Social (2017-2023) e atualmente trabalha como assistente social da Equipe Consultório na Rua, na Área Programática 4.0, pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro(SMS/RJ). *Link* do CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/6038841275846390

[52] Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida tinha como critério atender famílias com renda mensal bruta até R$ 2.640,00, de imóveis subsidiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) ou Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Podendo financiar até 90%. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/faixa-I/Paginas/default.aspx.

Figura 1 – Xerém depois das fortes chuvas.

Fonte: Agência Brasil – janeiro/2013.

No período de 2017 a 2023, atuei como assistente social na Secretaria Municipal de Habitação de Duque de Caxias (SMH), e, como técnica responsável no desenvolvimento do trabalho social no Residencial Vale da Mata, tive a oportunidade de verificar que o contexto demográfico da área exigia da população residente, além da atenção aos condicionantes de morar, o respeito às regras ambientais preceituadas, sobretudo pelo Instituto de Diversidade Chico Mendes (ICMBio), órgão ambiental gestor da Reserva Biológica do Tinguá (ReBio do Tinguá). Portanto, a escolha do tema de pesquisa teve total aderência com a minha atividade profissional.

O ponto de partida da investigação teve como referência os recorrentes questionamentos dos moradores em relação às dificuldades de vivência no território, devido a residirem em área ambientalmente protegida por conta da ReBio do Tinguá, e a tardia intervenção direta do poder público no processo do morar em condomínio, uma vez que o fator deflagrador do processo de mudança se constituiu como repentino, em função do desastre ocorrido que os desalojou.

Esses fatores impulsionaram a execução do Trabalho Técnico Social, pois a equipe se deparou com uma série de questões que precisavam ser trabalhadas junto ao público-alvo, o que tornou evidente a necessidade de efetiva implementação

de ações voltadas para o processo de convivência comunitária e na busca de construir referências de preservação do espaço e do ambiente.

Pode-se considerar que essa mudança repentina alterou totalmente a vida dessas famílias, pois se encontravam inseridas em um novo território com moradia digna, porém enfrentavam inúmeras dificuldades, tais como: acesso aos equipamentos públicos, mobilidade urbana, falta de infraestrutura e informação, impacto socioeconômico pela cobrança de novas taxas, relação de vizinhança e quebra de laços familiares, entre outros.

Através de um recorte social das famílias beneficiárias, constatou-se que a maioria é composta por mulheres chefes de famílias que não estão inseridas no mercado de trabalho, sobrevivendo apenas dos benefícios sociais disponibilizados pelo governo federal, o que torna a realidade mais difícil em relação aos bens e serviços a serem utilizados.

O território e as ações desenvolvidas

O Residencial Vale da Mata está localizado em Xerém, bairro pertencente ao 4º distrito do Município de Duque de Caxias/RJ, a cerca de 50 quilômetros da capital do estado. Situa-se na subida da Serra Fluminense, próximo ao Município de Petrópolis, localizado ao lado da Reserva Biológica Federal do Tinguá (ReBio do Tinguá) (PMDC, 2020).

O condomínio é constituído por 215 casas, compostas de sala, dois quartos, cozinha e área de serviço, foi estruturado com nove ruas internas, possui uma guarita para acesso de visitantes, uma sala de administração, um centro social, uma área de recreação com brinquedos, uma quadra de vôlei de areia, uma área reservada para depósito de lixo, dentre outros espaços de uso comum para os residentes.

Figura 2 – Residencial Vale da Mata.

Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (PMDC) – 2015.

Os beneficiários do Residencial Vale da Mata foram famílias atingidas pela enchente em decorrência de uma forte chuva em Xerém no ano de 2013, pois elas residiam às margens do Rio Registro e tiveram suas casas destruídas, mediante estarem construídas em áreas de risco. Cabe ressaltar que esse residencial, embora tenha sido concebido para atender a um outro grupo de renda familiar mais alta, conforme critérios de elegibilidade do PMCMV, acabou sendo enquadrado na Faixa 1, já descrita em nota, em atenção aos critérios de elegibilidade da Caixa Econômica Federal, para atender, de forma emergencial, os desabrigados das chuvas de Xerém em janeiro de 2013.

Diante da realidade das famílias deslocadas por conta do desastre ambiental, foi levada em consideração para o desenvolvimento do trabalho social a premissa de que os impactos produzidos nas pessoas pelo rompimento de vínculo com o local de moradia, em face do advento ambiental, foram relevantes para essas famílias, e que, portanto, a reconstrução desses vínculos,

novamente em outro local, não seria fácil, uma vez que houve ruptura do sentido de pertencimento, aliado aos outros impactos da perda, portanto, podendo se constituir como mais um elemento gerador da falta de apropriação a respeito do nova moradia, bem como do ambiente pertencente, não só pelas discordâncias do uso e preservação por parte dos moradores dos espaços e do ambiente, bem como pela tardia intervenção direta do poder público no processo do morar em condomínio no acompanhamento das famílias, além da resistência na participação nas ações do território.

Segundo aponta Dutra (2018), é fundamental dar respostas aos moradores que sofreram algum tipo de desastre, sendo necessária a articulação e envolvimento de várias esferas a fim de trazer respostas às demandas, portanto, tornando essencial a atuação integral e focalizada das equipes envolvidas, sobretudo para alcançar os objetivos necessários na atenção às famílias atingidas.

> A ênfase na resposta apresenta-se como uma das características predominantes no tratamento dispensado aos desastres, não obstante esforços para a alteração dessa realidade. Entre as consequências desse tipo de atuação, está a prevalência de ações fragmentadas, focalizadas e sem continuidade, o que não se constitui em uma peculiaridade do trabalho desenvolvido por assistentes sociais neste campo, ela vem de longa data conforme abordado em estudos que versam sobre a criação e o desenvolvimento da defesa civil no Brasil (Dutra, 2018), marcados pela ampla participação dos militares, pelo voluntarismo e pelo pragmatismo como algumas de suas características (Dutra, 2020, p. 3).

O TTS da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) de Duque de Caxias, sob nova gestão municipal, iniciou a atuação desde o ano de 2017, no Residencial Vale da Mata, e teve foco na compreensão do novo modo de morar em condomínio, no desenvolvimento de ações para melhor viver nesse território e na promoção de uma população mais autônoma e participativa, desenvolvendo o trabalho social e pedagógico pautado na intervenção socioeducativa aliada à educação ambiental.

O TTS visou cooperar para a participação dos beneficiários, por meio de trabalho educativo e informativo, ressaltando a importância da construção para uma cidadania plena, com ações e serviços que contribuam para o desenvolvimento e a sustentabilidade do Residencial Vale da Mata, na busca de viabilizar o acesso aos direitos, visando à garantia das políticas públicas e executando ações que contribuam para o desenvolvimento e a sustentabilidade local.

A equipe considerou os recorrentes questionamentos dos moradores a respeito do desapontamento sobre a nova moradia, período de adaptação vulnerável, sentimento de não pertencimento ao local e resistência na participação das ações desenvolvidas pela equipe do TTS, aliados às dificuldades de vivência deles no território. Foi imperativo notar que os desafios enfrentados por essa comunidade em seus domínios se dão em função dos impactos ocorridos no cotidiano, o que se tornou um impasse na dinâmica do pós-morar, considerando o que preceituava a orientação descrita no desenvolvimento do TTS no PMCMV, a saber:

> O Trabalho Social, de que trata este normativo, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (Brasil, 2018).

Entende-se que o *déficit* habitacional se apresenta como um dos grandes problemas da sociedade brasileira. O direito à habitação é um direito fundamental, porém, nem todas as pessoas têm acesso às mesmas condições e oportunidades, sendo esse um dos maiores desafios da atualidade. “No Brasil, o direito à moradia foi reconhecido mediante a Emenda Constitucional 26/2000, que alterou o

art. 6º da Constituição Federal, fazendo constar a moradia entre os direitos sociais" (Cardoso, 2001, p. 1).

A partir de 2009 ocorreu um grande avanço no processo da política habitacional, com destaque para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que modificou o cenário da habitação no Brasil. O programa visa conceder moradia à classe baixa, garantindo o direito à cidade e aos direitos sociais, pois se o direito à moradia não for efetivado, todos os outros se tornam ineficazes, conforme sinalizam Rolnik *et al.* (2015):

> O PMCMV foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, tendo como principal finalidade anunciada contribuir para a redução do déficit habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais. Em sua primeira fase, compreendida entre março de 2009 e meados de 2011, estabeleceu-se como meta a construção de um milhão de novas moradias (Rolnik *et al*., 2015, p.129).

Após a mudança e o processo de adaptação dos beneficiários inseridos no programa habitacional, o acompanhamento dessas famílias se tornou necessário, objetivando minimizar a reprodução da desigualdade social, a fim de partir em busca do bem-estar coletivo, para que todos tenham direito ao acesso aos seus direitos, reduzindo a segregação socioespacial que pode ocorrer nesses territórios (Ribeiro *et al.,* 2016).

Ademais, ao atender famílias de baixa renda, que apresentam vulnerabilidade social, oriundas de diferentes localidades, sem relações comunitárias entre si, sem experiência de vida em condomínio, e sem o conhecimento prévio de contratos e obrigações a serem assumidas com a aquisição da moradia, a equipe TTS se depara com uma série de questões que precisou ser trabalhada junto ao público-alvo (PMDC, 2020).

No tocante ao trato do atendimento às famílias residentes, a equipe procurou realizar encontros, fazendo a convocação dos moradores de modo que se pudesse discutir, por meio de rodas de conversas, a importância da responsabilidade social no território. Dessa forma, objetivou-se contribuir para o processo de mediação

de conflitos, cuja perspectiva visava avançar no debate da dimensão social e na busca de priorizar a participação dos moradores.

Segundo Ribeiro *et al*. (2016), após a mudança das famílias contempladas, o processo de adaptação dos beneficiários do PMCMV apresentou algumas dificuldades no processo de pós-ocupação, sendo necessário o acompanhamento dessas famílias, sobretudo para fomentar ações para o crescimento e fortalecimento do espaço urbano, e para que todos tivessem acesso aos direitos sociais.

Nessa vivência, pudemos experienciar com os moradores do condomínio Residencial Vale da Mata, pois identificamos as dificuldadaes no processo pós-ocupação que alguns moradores apresentaram para a inserção na nova moradia, e a atuação do assistente social foi fundamental no sentido da atenção ao acolhimento e acompanhamento. E encontramos em Ponte (2018), uma fala que corrobora conosco em relação à importância do trabalho técnico social, a saber:

> O trabalho social é exigido em projetos e ações que envolvam a implantação e ampliação de sistemas, e intervenções que provoquem impacto direto nas condições de vida da população atendida. É a garantia do diálogo permanente com a sociedade, é a construção dos canais da participação social, visando o desenvolvimento de novas formas de convivência e de encaminhamento de soluções coletivas, resultando em mudanças na condução dos processos e no resultado das ações e obras implementadas. (Ponte, 2018, p. 88).

Nesse sentido, entendendo a particularidade do território, a equipe do TTS pautou-se em pesquisar e estruturar a execução do trabalho social mais inclusivo, como os plantões sociais e as reuniões de rua, nas quais cada rua semanalmente tinha uma reunião, objetivando acolher suas demandas específicas na busca dos devidos encaminhamentos.

Em decorrência do trabalho social se efetivar nos plantões sociais semanais, se estabeleceu uma relação de confiança junto aos grupos de moradores, e a partir desses encontros foram apresentados diversos relatos, nos quais todos os envolvidos foram acolhidos e encaminhados para os órgãos competentes. A SMH disponibilizou

todo o material necessário e um carro para a locomoção da equipe, sempre que necessário, a fim de comprovar para os residentes o interesse de prestar um serviço público de respeito e alinhado à garantia de direitos sociais.

Os moradores apresentaram muita dificuldade no entendimento das questões processuais dos contratos da Caixa Econômica Federal (CEF), das concessionárias de água e energia elétrica e outros órgãos. Foi estabelecido um canal direto com os funcionários da CEF, sendo possível esclarecer as dúvidas dos moradores. Foram disponibilizados os telefones e canais de atendimento de diversas instituições para agilizar na resolução das demandas.

Outro fator fundamental para a execução do trabalho social no Residencial Vale da Mata foi a articulação com outras secretarias do município, através da ocorrência do Grupo Institucional do Poder Público (GIPP), com reuniões mensais na SMH, e após o recolhimento das demandas apresentadas pelos moradores, discutidas nas reuniões e colocadas em prática, consideramos que foi um canal facilitador para pontuar ações e potencializar a atuação da equipe do TTS no local.

Buscou-se também efetivar atividades referentes à educação ambiental em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-RJ), na busca do cuidado com a área de moradia, na preservação da natureza e promoção de melhor qualidade de vida nos espaços de convivência. Isso porque observamos que os conflitos que ocorriam nesse processo estavam diretamente vinculados ao desconhecimento do trato com o ambiente, pois o descaso com a fauna e a flora, o descarte inadequado de resíduos sólidos na cachoeira, a poda de árvores sem autorização dos órgãos competentes, a exploração com a caça de aves e animais silvestres para a comercialização, entre outros fatores que afetavam diretamente o meio ambiente e influenciavam nas condições para a conservação do espaço, eram aspectos que não haviam sido trabalhados com as pessoas desde sua tenra infância até a vida adulta. Nesse sentido, foram realizadas palestras, rodas de conversas, campanhas para ampliar o entendimento da importância da preservação da fauna e da flora no meio ambiente como um dos elementos fundantes da preservação planetária.

Acselrad (2004, p. 8) aponta que, em "vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público". Isso se dá devido às consequências do avanço do capitalismo e os vários interesses e conflitos que ocorrem nesse processo, no qual a degradação do meio ambiente e as condições para a conservação são rebatidas e os fatores socioeconômicos e culturais, que estão envolvidos nesse movimento, contribuem para o modo capitalista, mesmo sabendo que ambos estão completamente vinculados.

Diante dessa contribuição de Acselrad (2004), pudemos identificar que, embora os moradores do Residencial Vale da Mata tenham sido contemplados pelo processo da área verde, devido à proximidade com a ReBio do Tinguá, na qual a preservação da natureza é essencial à vida, inicialmente não se deram conta do processo, portanto se tornou necessário e essencial promover ações que priorizassem o meio ambiente, na busca da proteção da natureza presente no Vale da Mata, na busca de gerar a sensibilização necessária aos moradores em relação à importância do privilégio de residir em um local de natureza tão rica e cada vez mais rara nos dias de hoje.

Outro ponto que nos inspirou no processo é a reflexão trazida por Krenak (2019, p. 10) em relação à natureza, na qual diz: "Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza". Assim, todo nosso entendimento sobre meio ambiente nos levou a pensar que fazemos parte da natureza. Quando retiramos a fauna para comércio ilegal ou para cativeiro, estamos contribuindo para a extinção da espécie e prejudicando a saúde humana, pois também fazemos parte desse contexto.

Com esse sentido, partimos para evidenciar no item abaixo as falas dos residentes, seus sentimentos e o olhar a respeito da nova realidade de morar, sobretudo em uma área de proteção ambiental, cuja natureza tem um valor inestimável.

Os impactos do deslocamento traduzido pela falas dos sujeitos

Como parte do processo de pesquisa, abrimos um canal de escuta a partir da realização de entrevistas semiestruturadas para ouvir os moradores do residencial, sujeitos da pesquisa, a fim de identificar os fatos que marcaram suas vidas, sobretudo em função do deslocamento involuntário, além da relação de pertencimento fragilizada pelo ocorrido, dentre outros aspectos relevantes no processo.

A escolha dos sujeitos da pesquisa, ocorreu a partir da identificação das lideranças no condomínio, em função das participações em ações desenvolvidas, tais como: reuniões, assembleias, campanhas ambientais, e também por terem apresentado disponibilidade em participar, após termos realizado o convite.

Respeitando os padrões de sigilo e confidencialidade previstos na regulamentação de pesquisa científica, aqui os sujeitos participantes serão identificados por códigos por nós construídos, cuja identificação será através da letra M seguida de números, variando de M1 a M9, em relação ao total de entrevistas realizadas.

O ponto de partida foi saber dos sujeitos como era a vida antes do desastre ambiental de janeiro de 2013, ocorrido em Xerém, e que ocasionou o deslocamento para o residencial, e quais mudanças ocorreram a partir desse acontecimento.

As respostas nos revelaram o quanto essas pessoas perderam em função da brusca mudança, pois a entrevistada M1 nos revelou que:

> Eu acho que era bem melhor. Era melhor! Minha vida era muito melhor antes de morar aqui. Eu tinha minha casa independente, de dois quartos, sala, cozinha e banheiro, tinha um quintal enorme. Eu vivia minha vida muito mais tranquila, aqui tem muitos problemas (Entrevista M1, realizada em 11/12/2023).

E a M2, nos disse que*:*

> Nossa vida era muito tranquila. Eu morava de aluguel, em uma casa grande, com quintal grande, independente, a casa era

> simples, lá na Estrada de Xerém, aí a água veio e levou tudo, eu fiquei desesperada, sem ter para onde ir com as minhas filhas. Minha sorte foi que a minha irmã me ajudou muito nesse tempo, eu não sabia o que fazer. Não podia mais vender minhas coisas, perdi tudo (Entrevista M2, realizada em 11/12/2023).

As falas das entrevistadas indicam que o bairro de Xerém era um local tranquilo, pacato e seguro para viver, e o desastre ocasionou mudanças bruscas no viver de cada uma, sobretudo com perdas de ganhos financeiros, já que a participante M2 afirma que perdeu tudo, inclusive não podia mais trabalhar, e a M1 afirma que o residencial apresenta muitos problemas.

Procuramos também saber como se deu o processo para morar no Residencial Vale da Mata, e todas as entrevistadas afirmaram que seguiram aguardando a finalização das obras, que duraram quase dois anos; mas a fala de M3 evidenciou a lacuna na prestação de serviço público para os recém-moradores:

> É, a minha casa foi atingida, aí o pessoal falou que não podia mais morar. Então ela foi interditada. Vários locais foram interditados, a minha casa foi uma delas. Entrou bastante água. Viemos para cá e nos sentimos abandonadas aqui. Assim que entregaram as chaves, só apareciam aqui de vez em quando, tivemos que resolver tudo sozinhas. A prefeitura só veio aqui para verificar as estruturas e pronto. Foi muito difícil me adaptar aqui, não estava acostumada, a minha filha é especial e até hoje ela não se acostumou (Entrevista M3, realizada em 11/12/2023).

Essa fala nos indicou que não houve ação direta no processo inicial, o que nos faz elucidar que no desenvolvimento do processo de pós-ocupação em condomínios do PMCMV deve-se levar em conta a necessidade do acompanhamento dessas famílias, dando importância ao desenvolvimento social e à promoção de acesso a bens e serviços dos beneficiários, considerando a complexidade do Residencial Vale da Mata, onde ocorreu a realização de ações e reuniões para melhor conhecimento do território e seus sujeitos, tanto nas questões condominiais como na questão ambiental.

Seguimos perguntando às outras participantes como ocorreu a mudança e o processo de pós-ocupação para o Residencial Vale da Mata, e as falas de M4 e M5 foram as seguintes:

> Entramos sem nada, e a gente estava doida para entrar, eu não tinha nem móvel direito, porque eles prometeram e não deram. Só levei o que eu pude carregar, consegui aproveitar algumas coisas e depois eu fui comprando. Nos dois primeiros meses, a prefeitura vinha direto, depois ficamos abandonados. Eu não estava trabalhando e nem tinha dinheiro para pagar a conta de luz. Não tinha nem energia direito para a gente. Foi muito difícil no começo (Entrevista M4, realizada em 11/12/2023).

> Foi muito complicado, fizemos tudo sozinhas, não teve caminhão de mudança, não teve ajuda da prefeitura, nada. Apesar de não ter muitos móveis, foi muito difícil e ainda por cima não ganhamos os cinco mil reais para comprar os móveis. Falaram que a gente ia receber, e não recebemos nada. Imagina, naquela época cinco mil era muito dinheiro, ia ajudar muito a gente, mas não deram (Entrevista M5, realizada em 11/12/2023).

Identificamos por meio das falas que esse processo foi penoso pois nem todos receberam aluguel social e tiveram que arcar com todas as despesas nessa época. Eles tiveram que resolver as questões burocráticas com as concessionárias de serviços públicos, pontos que podem ser identificados nas falas das duas entrevistadas, pois ficou evidente a ausência de acompanhamento público no processo.

Procuramos também verificar quais foram os problemas e as demandas existentes iniciais, uma vez que foi gerada uma lacuna nos dois primeiros anos no processo pós-morar, quando o poder público se fez pouco presente. E então ouvimos das participantes as seguintes posições:

> Logo no começo, prometeram muita coisa para a gente, mas depois sumiu todo mundo, e a gente foi vendo que tudo não passava de promessa... Estamos aqui completamente abandonados. Sem nenhuma perspectiva, as coisas só estão piorando (Entrevista M8, realizada em 13/01/2024).

> O começo foi muito difícil, a gente não entendia nada, e a prefeitura veio logo no começo, depois deixou a gente aqui. Eu estranhei muito morar aqui, mas pelo menos a gente tinha uma casa. Eu não pagava água e nem luz, e já comecei a pagar aqui, estava desempregada e fiquei muito perdida (Entrevista M1, realizada em 11/12/2023).

Diante das falas, foi possível identificar que ocorreu por parte do poder público falta do acompanhamento do trabalho social na fase pré-morar, houve um baixo potencial de intervenção, o que dificultou a ampliação de parcerias com os órgãos do município, bem como aguçou o processo de resistência para a participação dos moradores nas atividades realizadas pela equipe da secretaria para articular novas ações.

Considerando que o início do processo foi permeado por falhas na atuação do poder público, procuramos saber qual era o olhar das moradoras a respeito da atuação da equipe do TTS no Residencial Vale da Mata, tomando como referência a entrada da equipe da SMH, após eles passarem a residir, ou melhor, dois anos após o processo crítico, e identificamos os seguintes relatos:

> Ah sim, a assistente social está vindo, mas não resolve nada! Não está resolvendo nada! Não é culpa delas, né? *É o trabalho delas, mas elas* até tentam. Tentam mais é difícil. Esses anos todos que vocês ficaram com a gente, ainda faziam alguma coisa. Na época de vocês, aqui estava bem melhor. Era melhor, né? Bem melhor, agora está muito mais difícil. (Entrevista M1, realizada em 11/12/2023).

> Parou, parou de vez! Ainda fazia alguma coisa na sua época. Agora não vem mais ninguém. Naquela época, ainda tinha algumas coisas, a gente via um movimento A prefeitura vinha mais aqui. Agora ficou mais complicado (Entrevista M4, realizada em 11/12/2023).

> Elas estão vindo, mas não resolvem nada, às vezes a gente vê a equipe aqui, mas não tem nada sendo feito. Podia ser melhor! (Entrevista M7, realizada em 13/01/2024).

> Não acho nada, parece que não tem sido feito nada. Às vezes tem algum movimento, tem um pessoal da prefeitura, com

> aqueles uniformes, mas a gente não tem visto nada sendo feito (Entrevista M9, realizada em 13/01/2024).

Diante das falas, procuramos saber se conseguiam destacar alguma ação que tenha repercutido de forma positiva, realizada pela equipe técnica do TTS no território, na busca de efetivação na garantia dos direitos. A maioria respondeu que não se lembrava, apenas M2 relatou que: "Me recordo sim, teve aquela ação da coleta de óleo, plantio e reciclagem de descartáveis" (Entrevista M2, realizada em 11/12/2023).

É possível analisar que, diante das falas das entrevistadas, ainda faltam elementos para a execução do TTS no Residencial Vale da Mata, pois não somente as ações, reuniões, campanhas, palestras realizadas foram suficientes para efetivar o engajamento e participação ativa das moradoras e moradores, fator que poderia ter sido pensado, desde o início, a fim de se construir como estratégias de atendimento às famílias, assegurando o êxito, a adesão dos beneficiários e sua participação ativa.

As falas registradas nos permitiram identificar que a falta de acompanhamento do poder público no que diz respeito ao suporte nas questões condominiais, sobretudo na estruturação do processo de execução do trabalho antes, durante e no pós-morar que viabilizasse maiores possibilidades de intervenção e acompanhamento de produção do espaço social, foi gerador do afastamento e não engajamento do novo espaço de moradia das pessoas que acabaram sendo deslocadas das suas residências em função do desastre ambiental ocorrido.

A lacuna no acompanhamento das famílias evidencia a precarização na execução de políticas públicas eficazes que contribuam para o engajamento e a efetiva participação social dos sujeitos, no processo de pós-ocupação no Residencial Vale da Mata, em função da brusca transformação da vida de cada um nesse território novo e desconhecido.

Em relação ao TTS, segundo o relato das moradoras, não foi eficaz, pois faltou uma efetiva atuação que colaborasse de forma significativa para o desenvolvimento de ações no residencial que potencializassem um cenário de luta por direitos mobilizada pelos próprios moradores, na busca de garantia de direitos sociais.

Desse modo, a partir das falas das entrevistadas foi possível entender alguns limites tais como: a falta do acompanhamento do trabalho social na fase pré-morar, baixo potencial de intervenção do poder público e pouca possibilidades de avanço, autonomia limitada da equipe, falta de investimentos, dificuldade de parceria com os órgãos do município e resistência na participação dos moradores nas atividades, bem como as possibilidades de intervenção quando realizadas reuniões com o GIPP para articular novas ações, mais plantões semanais para atender maior número de moradores, maior aceitação após a insistência das ações, diante do processo de execução do trabalho social do Residencial Vale da Mata.

Entendemos a importância da atuação da equipe de TTS da Secretaria Municipal de Habitação na fase do processo de pós-ocupação, na prestação de serviços e orientações acerca dos direitos sociais e o acesso dos beneficiários aos serviços. Nesse sentido, informar e orientar os moradores sobre inúmeros assuntos, instrumentalizando a população a respeito do cuidado com o ambiente para com a promoção de ações que estimulem o compromisso individual e coletivo é fundamental, promovendo o cuidado e a manutenção dos espaços a partir de um processo de corresponsabilização de todos.

Considerações finais

A pesquisa nos permitiu analisar que o PMCMV, no Residencial Vale da Mata, surgiu como uma possibilidade de análise da atuação da pasta pública do Município de Duque de Caxias, na área habitacional, tanto no que diz respeito ao aporte técnico para minimizar o *déficit* habitacional, quanto para responder de forma emergencial à demanda ocasionada pelo desastre ambiental, nos permitindo com isso analisar as possibilidades e limites da execução do trabalho técnico social no território.

O desastre ambiental de janeiro de 2013 mudou a vida dos moradores e, de fato, rompeu com os vínculos existentes, pois o deslocamento abrupto dessas famílias da área de risco, onde se deu o evento ambiental, produziu a transferência deles para um programa habitacional através do PMCMV, e rompeu os laços constituídos por

anos com o lugar e, ao mesmo tempo, não propiciou a construção do sentimento de pertença com o território atual, de forma natural, cujo fluxo ocorre continuamente, agregando os valores necessários de estima e pertencimento.

Os fatos apresentados demonstraram que a atuação do poder público não ofereceu a prestação dos serviços descritos na normativa, referente ao desenvolvimento do TTS, nas suas diferentes etapas, devido à falta do acompanhamento do trabalho social na fase pré-morar, para que os futuros moradores pudessem não somente acompanhar todo o processo habitacional, mas adaptar-se à nova realidade, sendo aos poucos incorporados novos hábitos, tanto do ponto de vista da vida coletiva em condomínios, mas sobretudo por residirem próximo a uma reserva ambiental, cujos limites e padrões adequados de uso do espaço são fundamentais para a preservação da natureza e da vida planetária.

Em relação à análise da execução do Trabalho Social a partir do olhar dos moradores, foi possível considerar que, mesmo mediante as ações realizadas voltadas para o desenvolvimento de práticas de convivência em condomínio, bem como de educação ambiental para a preservação do território, não foram suficientes para melhorar a questão de convivência dos moradores, assim como de preservação da ReBio Tinguá, uma vez que não foram percebidas grandes mudanças no trato cotidiano do coletivo, fator que entendemos se constituir como processo socioeducativo contínuo, que deverá ser investido pela equipe de acompanhamento da prefeitura e da ReBio Tinguá, a fim de, aos poucos, promover o processo de aculturação pelo coletivo.

Contudo, entendemos que a execução do Trabalho Técnico Social teve sua importância no desenvolvimento do processo de incorporação de uma nova cultura para os moradores, em função da realização de diversas ações e atividades ao longo desse processo, mas que deve ser continuada na perspectiva de propiciar aos moradores um bem-estar no aspecto de residir, mas também de respeito à natureza, fazendo com que eles incorporem ao seu dia a dia a convivência coletiva comunitária e também incorporem, como acena Krenak (2019), que “o cosmos é natureza”, e com isso não sobreviveremos sem essa compreensão.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará / Fundação Heinrich Boll, p. 13- 5, 2004.

BRASIL. Portaria n° 464, de 25 de julho de 2018. Revoga a Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014. **Aprova o Manual de Instruções de Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base- juridica/portarias/Portaria_464_compilada.pdf . Acesso em: 8 fev. 2024.

CARDOSO, A. L. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Rio de Janeiro: **Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal**, IPPUR/UFRJ-FASE, 2001.

DUTRA, A. S. **Gestão de desastres e Serviço Social**: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos de proteção e defesa civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DUTRA, A S. Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 19, n. 1, p. e33974-e33974, 2020.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCiencia Social**, v. 2, n. 3, p. 27-44, 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. (Nova edição.) São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

PONTE, M. S. **O processo de participação social na Baixada Fluminense**: uma análise do Projeto Iguaçu, sob o olhar do Serviço Social. Orientadora: Valéria Bastos. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (PMDC). Secretaria Municipal de Habitação. **Projeto de Trabalho Técnico Social, Diagnóstico da Macroárea/Beneficiária e Elaboração e Execução do PPO –** Empreendimento Vale da Mata. Duque de Caxias/RJ, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. *et al.* Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 171-193, 2016.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, p. 127-154, 2015.

VALENCIO, N. *et al*. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas. v. 4. *In*: VALENCIO, N. *et al.* Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas, v. 4. p. xv, 356-xv, 356, São Carlos/SP: Rima Editora, 2014.

9. As práticas extensionistas do *campus* da Praia Vermelha da UFRJ, de 1999 a 2009, e seus impactos no contexto comunitário

Telma Fernandes Barrionuevo Gil[53]

Introdução

Este texto é recorte da tese de doutorado defendida em maio de 2024, intitulada **Territórios e Extensão: um estudo das práticas extensionistas no âmbito do *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 1999 a 2009**, vinculada à linha de pesquisa "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social do PPGSS–PUC-Rio", que se constituiu a partir do estudo do espaço ocupado pelo histórico *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelas análises qualitativas e quantitativas das práticas extensionistas nele originadas, que tiveram por eixo a identificação de demandas no entorno desse território universitário, de 1999 a 2009, período em que se realizaram os primeiros Congressos de Extensão dessa universidade, e que, conforme resultados, as atividades alcançaram expressivamente outras regiões da cidade e do Grande Rio. No desenvolvimento da pesquisa levamos em conta a compreensão de território que considera o conjunto de relações na definição do espaço geográfico, permitindo-nos dar relevância ao mapeamento das atividades extensionistas a partir da inserção do *território universitário* no contexto comunitário.

[53] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES). Mestre em Sociologia pelo IFCH/Universidade Estadual de Campinas. Especialista em Saúde Pública pela Faculdade São Camilo/SP. Graduada em Serviço Social pela PUCCAMP. Assistente social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 2008), onde atua no Centro Cultural de Ciência e Tecnologia – Casa da Ciência.

O território a partir dos lócus da pesquisa – lugar de ciência e de evidências da urbanização metropolitana

Discorremos, primeiramente, sobre a ambiência daquelas cercanias onde destacam-se instituições tradicionais de caráter técnico-científico e pesquisa, além daquelas conjunturalmente relacionadas ao Hospital Nacional de Alienados (1842-1942) e, depois, à Universidade do Brasil (UB), nos anos de 1930, e que, em 1965, foi transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entendemos, desse modo, ter havido uma convergência espacial sociopolítica que tendeu a definir ocupações no espaço, marcadas por distintos períodos históricos. Situação bem colocada pela reflexão de Saquet (2008) a respeito do conceito de territorialidade, abarcando a "trilogia tempo-espaço-território", como componentes de uma unidade; em que eles nos são apresentados numa "tentativa de tecer uma concepção multidimensional, reticular, relacional e histórica de território e de territorialidade contendo um caráter operativo e político bem definido em favor da transformação e da justiça social"; onde se "reconhece e destaca a unidade existente entre ideia e matéria na multidimensionalidade social e territorial" (Saquet, 2008, p. 83).

Levando em conta as particularidades desse *campus*, compartilhamos do questionamento de Mahler (2015) ao chamar a atenção para as lacunas que se evidenciaram nos projetos arquitetônicos dos *campi* e das Cidades Universitárias, ao longo do tempo, em vários países do mundo, em que a crise da universidade é atingida pelo colapso de instituições, em geral (Mahler, 2015, p. 291).

E, embora tal ponderação esteja subentendida nas diversas discussões que abarcam críticas sobre uma arquitetura que isola o terreno do conhecimento dos demais, vimos que o território universitário fica preservado num dado plano, e por isso indagamos se não nos caberia pensá-lo a partir de uma certa dinâmica social, transversalmente às qualidades do lugar.

Dentre os estudos sobre *campi*, o do arquiteto F. Godoi (2017) traz a concepção de *território construído*, inspirada no geógrafo Milton Santos. Nela, as proposições sobre o lugar tomam por eixo a movimentação das contradições sociais e, nesse entendimento, o

território é constituído por "objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado" (Godoi, 2017, p. 36). Ademais, segundo Santos (2013), um território resulta das intervenções realizadas ao longo dos processos de uso dos espaços geográficos pelo capital, onde "existem pesados investimentos em ciência e inovação técnica que permitem grande fluidez e velocidade para os fluxos de capitais, serviços e mercadorias", são as "áreas luminosas", aportes da ciência, da tecnologia e da informação que qualificam os subespaços; e que coexistem, no entanto, com ondas em que "os investimentos são pequenos e os fluxos mais lentos", chamadas de "áreas opacas", praticamente vazias "e uma infinidade de situações intermediárias, estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão" (Santos, 2013, p. 48). Em sua obra, inúmeros elementos se conjugam. Todos, por sua vez, presumem a relação entre o mundo e o lugar, em que o lugar é o palpável, é o que recebe os impactos do mundo. O autor, contudo, assevera que se pode reconstituir a base de vida comum nos lugares onde "reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo" (Souza, 2005, p. 253).

Na área em que o *campus* da Praia Vermelha (CPV) está situado são mantidas, até os dias de hoje, algumas das intervenções do passado. Entre elas, julgamos pertinente pensarmos sobre as instituições de cunho científico e acadêmico que acabaram por constituir um espaço de produção de conhecimentos, sob mandatos políticos em diferentes momentos, ao longo da história. Nessa alçada, diversos registros e estudos nos levaram a constatar que, em período anterior à República e nos subsequentes, foram sendo instaladas, nessas proximidades, diferentes instituições de natureza técnico-científica. Para evidenciar tal caráter, apresentaremos algumas delas.

Iniciamos pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição cujas dependências estão separadas do CPV apenas por um muro – erigido na época das antigas construções do Hospital dos Alienados. O centro, embora localizado na delimitação das ruas que cercam o *campus*, tem entrada principal fixada externamente.

Uma outra junção de prédios se dá nessa mesma delimitação dos logradouros que circundam o *campus* e pertencem à Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse conjunto, estão a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), a Faculdade de Nutrição, e a Reitoria, cujos blocos I, II e III "fazem parte de um momento específico da história do ensino superior no Brasil, uma vez que compõem herança deixada da UFRJ para a UNIRIO"[54], na expectativa da transferência para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

Deixando essa grande quadra, mas relevando a contiguidade de instituições de mesma natureza, está situada a unidade central da Comissão Nacional de Energia Nuclear – uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criada em 1956 e estruturada pela Lei 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. Órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, estabelece normas e regulamentos em radioproteção e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil.

À sua frente encontra-se o Hospital Municipal Rocha Maia. O hospital foi criado como Desinfectório Botafogo, em 1905, pelo governo do Distrito Federal, Estado da Guanabara, nessa forma até 1960 (Moraes, 2022, p. 47). Veio a sofrer alterações, embora mantendo classificação de serviço especializado, tornando-se órgão municipal de natureza pública, quando a governança calha para essa esfera. Compõe, atualmente, junto com outros serviços de diferentes níveis a Área Programática 2.1, Secretaria Municipal de Saúde/SUS (Moraes, 2022, p. 75). Em uma parte de suas dependências físicas, passou a existir, em 2016, o Centro Municipal de Saúde, recentemente batizado de CMS Luiz de Moraes Júnior.

Um pouco adiante, em direção ao mar da Praia Vermelha, encontramos em atividade, e com grande reconhecimento nacional e internacional, o Instituto Benjamim Constant (IBC). Sua ampla e bela edificação foi locada no terreno em 1891, quando a Praia da Saudade ainda compunha a Enseada de Botafogo. É uma instituição federal da administração direta, vinculada ao Ministério da

[54] Ver https://www.unirio.br/ceng/expo-fefieg-a-unirio/de-fefieg-a-unirio-os-predios-que-contam-a-nossa-historia.

Educação e especializada na educação e atendimento de pessoas cegas ou com baixa visão[55].

Ao lado do IBC, está o edifício que abriga uma das sedes da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Trata-se de outra construção importante e imponente dessas cercanias, erguida para ser o Palácio dos Estados, sendo a única obra física preservada, quando da realização da Exposição Nacional de 1908[56]. Foi ocupada, após ao evento, pelo Serviço Geológico existente naquele período, vinculado ao Ministério da Agricultura. Abrigado nesse prédio também está o Museu de Ciências da Terra, consoante à natureza das atividades de pesquisas e produção de conhecimento, tangentes aos recursos geológicos.

Nesse caminhar pela Av. Pasteur, nos deparamos com a área onde foi inaugurado, no ano de 1918, o prédio da Faculdade Nacional de Medicina – que integrou a Universidade do Rio de Janeiro, a UB e, depois, a UFRJ –, permanecendo na Praia Vermelha até 1973 (Rocha, 2003, p. 61). Poucos anos depois da transferência da Faculdade de Medicina para a Cidade Universitária, a construção foi demolida, após ter sido comprada pela Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). Trata-se de outra área ocupada pela UNIRIO, *campus* Pasteur. Parte de sua estruturação foi concluída em anos recentes, mas as primeiras edificações datam das décadas do primeiro quartel de 1900 e serviam à UB. Foram adquiridas e adaptadas, a exemplo do Centro de Letras e Artes, construído em 1954.

Assim é que mais um território universitário da esfera federal se abeira dessa avenida, além dos cursos já mencionados, adjacentes aos da UFRJ. A UNIRIO, em 2003, designada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro[57], mantém a sigla que a identifica desde

[55] Ver em: https://www.gov.br/ibc/pt-br. Acesso em: dez. 2022.

[56] A Exposição Nacional, montada na orla entre os morros da Babilônia e da Urca, entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha, mobilizou a cidade e todo o país. Pavilhões monumentais foram construídos, representando os principais estados da Federação. Um boletim comemorativo retratava a situação do Brasil com dados estatísticos, demográficos, territoriais, econômicos e sociais (Novaes, 2022, p. 46-47).

[57] Lei Nº 10.750, de 24 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.750.htm.

quando a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO)[58], em 1979, entre os primeiros atos do então Presidente do Brasil, João Batista Figueiredo (1979 a 1985).

Ao final do percurso na via, encontramos a Escola de Guerra Naval (EGN), assim nomeada em 1930. Desde sua criação, em 1914, está voltada para a formação de excelência de oficiais da Marinha do Brasil; ocupou mais de uma instalação no centro da cidade até alojar-se, em 1970, na atual composição de três prédios, construída para tal finalidade[59]. Ao término da avenida, localizados na Praça General Tibúrcio, encontram-se o Instituto Militar de Engenharia (IME) – cujas atividades lá se instalaram em 1942 – e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, situada na Praça General Tibúrcio[60].

Quanto às configurações dos bairros que são aqui considerados – Botafogo, Urca, e Leme – podemos afirmar que eles não estiveram submetidos, na mesma medida, aos processos de constituição urbana, apesar de suas origens estarem demarcadas por adventos nos séculos XIX e XX. Mantidos alguns desses atributos, na circunscrição dada pelos referidos bairros, em meio à aceleração da vida na metrópole, destacam-se qualidades naturais do solo e da vegetação, típicas da proximidade marítima, que vieram sendo alteradas pelo uso histórico, existencial[61]. Trata-se de uma grande área, que dispõe de objetos naturais, protegidos por leis, criadas com a finalidade de restringir a encampação de perímetros com vegetação e estruturas nativas (que estão integralmente sob o domínio da Mata Atlântica). Atualmente, além das áreas nativas, existem as reflorestadas, e

[58] Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) em Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6655-5-junho-1979-365777-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 12 nov. 2022.

[59] Ministério da Defesa. Escola de Guerra Naval. Ver em: https://www.marinha.mil.br/egn/historico.

[60] Informações disponível em: http://www.ime.eb.mil.br/historia.html e https://www.eceme.eb.mil.br/.

[61] Encontro com Maria Adélia de Souza: as categorias geográficas em Milton Santos. UFMG. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gAI0A6o9gZk&t=2478s. Acesso em: 13 nov. 2022.

ainda são indicadas e categorizadas entre a flora como espécies "em perigo" e "vulnerável"[62].

Assim, as transformações que são notadas se deram pelo emprego, ao longo do tempo, de um conjunto indissociável de *sistemas de objetos e sistemas de ações* sob as determinações hegemônicas das sociedades do capital. Os primeiros estão relacionados aos recursos materiais criados, como ferramentas, máquinas, equipamentos básicos ou de emprego tecnológico; já os *sistemas de ações,* podem ser aplicados às ações, às atuações, que são movidas por uma racionalidade de fins ou meios sem debate, uma ação "apenas ensinada aos agentes", motivadas pelas inovações em processo (Santos, 2013, p. 86-87). E ainda, sob esse aporte, é possível observar que nos últimos períodos do desenvolvimento global, os sistemas de ações, apoiados nos sistemas de objetos, vieram se sofisticando do ponto de vista técnico, tecnológico e informacional, e acabaram por construir, eles mesmos, recortes espaciais de comunicação, de acessos aos bens materiais e culturais, de modos de vidas e outros.

Destacamos, primeiramente, o bairro de Botafogo, onde localiza-se oficialmente o CPV, conforme limites dados pela municipalidade (Decreto Nº 3.158, de 23 de julho de 1981, e Decreto nº 5.280, de 23 de agosto de 1985). No entanto, considerando a complexidade socioespacial que envolve o território universitário, mencionaremos alguns aspectos da Urca e do Morro da Babilônia, no Leme, e de outros morros circundantes para indicar suas contradições.

Conhecido pelo atributo de "bairro de passagem", Botafogo "é muito mais do que simples passagem, tratando-se de uma 'história viva' do Rio de Janeiro". De acordo com Caminha (2013), numa circulação atenta por suas ruas, "encontramos as mais diferentes formas que construíram a história da cidade – e do país". A autora explicita que "novas e antigas formas convivem 'harmonicamente', adaptando-se às diferentes funções exigidas ao longo do tempo" (Caminha, 2013, p. 2). Além de abordar a ocupação remota pela aristocracia, a autora salienta também um fluxo de outros segmentos da população em busca de alocação, no início do século XX. Essa movimentação concorreu para a propulsão da construção de uma cena

[62] *Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro*, 2018. Disponível em: https://www.data.rio/apps/atlas-escolar/explore. Acesso em: 30 jan. 2024.

urbana com distintas condições de habitações e de grupos sociais, *uma segregação espacial das classes*.

É sob esse ordenamento de relações nesse espaço, cujas bases materiais suportam as hierarquias sociais e as reproduzem, que se assiste ao *boom* imobiliário dos bairros oceânicos, o que coloca Botafogo a serviço da ebulição da construção civil e da prestação de outros serviços aos novos bairros vizinhos. Por exemplo, verificam-se instalações de escolas, de serviços de saúde e de hospitais (estes últimos relacionados à existência do Cemitério São João Batista, cuja proximidade criou legislação que previa concessão pública para funcionamento de instalação de enfermarias). As escolas passam a atender, preferencialmente, às classes economicamente abastadas, o que trouxe ao bairro a distinção de ser aquele com maior número de empreendimentos educacionais de natureza particular na cidade (Caminha, 2013, p. 9).

Mantendo essas empreitadas de abrigar serviços de diversas naturezas, era notável o elevado número de postos de trabalho, sem que se pudesse observar oferecimento de moradia ou transporte, à sobrevivência digna dos trabalhadores – característica das sociedades que têm seu desenvolvimento apoiado na reprodução da desigualdade social, na expropriação contínua do trabalho. Por esses motivos, são identificadas as ocupações do Morro do Pasmado, da Saudade (atualmente removidas) e de São João, sendo a Favela Mangueira mencionada como a primeira favela do bairro. O surgimento da Favela Santa Marta, no morro de mesmo nome, é relacionado a obras de ampliação do Colégio Santo Inácio, em período subsequente. Em 1949, o Censo das Favelas indicava Botafogo em quarto lugar da cidade (com 14 favelas) na distribuição dessas típicas habitações populares. Mesmo com "as críticas metodológicas possíveis a tal Censo (...), a população favelada existente no Rio de Janeiro já atingia a proporção de 7% da população total da Cidade" (Honorato, 2012, p. 159).

Nos anos de 1970 e 1980 ocorreu nova transformação, sendo a avenida da praia ocupada por empresas e escritórios comerciais. De maneira geral, nesse período, o bairro passou por uma verticalização intensa, marcada pela construção da linha viária do Metrô, que tinha sua última estação em Botafogo.

Além das atividades empresariais, as disposições da organização citadina fizeram o bairro concentrar cinemas de rua, livrarias, bares, restaurantes, e centros comerciais, bem procurados pelos cariocas e pelos visitantes da cidade. Possui, assim, uma dinâmica diurna e outra noturna, preenchidas pelos moradores, por trabalhadores formais e por um contingente do *circuito inferior da economia*, que "representa as formas mais 'atrasadas' de desenvolvimento capitalista (...)". A acepção cunhada por Santos (2009) se refere aos circuitos inferior e superior como "fluxos" presentes na economia, numa crítica às definições de setor informal e formal, entendendo-os como parte de uma mesma lógica (Santos, 2009, p. 57-75).

Esse aspecto merece destaque e, em razão disso, o situamos como um fenômeno que acentua a exploração do trabalho, agravando a sobrevivência de milhões de pessoas em esfera mundial, e outras tantas no país e na cidade do Rio de Janeiro. Vejamos o que ocorre com os trabalhadores, moradores de três favelas existentes no território estudado: os percentuais indicam que, praticamente, apenas a metade da população ativa economicamente possuía vínculos formais em cada grupo[63].

Posição na ocupação	**Distribuição dos ocupados**		
	Chapéu Mangueira	**Babilônia**	**Santa Marta**
Empregado sem carteira	23%	23%	19%
Empregado com carteira	50%	45%	66%
Trabalha por "conta própria"	16%	21%	11%

Considerando o trabalho integrado às relações que concorrem às constituições do território, a divisão social do trabalho é um componente da divisão territorial, que se desdobra sob as ordens hegemônicas do capital, que pautam a exploração da natureza e os tipos de trabalho, bem como os espaços em que devam se desenvolver. Assim, as condições de trabalho e vida das populações vão também dando formas de uso aos espaços.

[63] Fonte: IETS, 2010. Disponível em: https://www.iets.org.br/IMG/pdf/Iets_estou_seguro_primeira_analise.pdf.

Guardadas as particularidades dos bairros em tela, a ocupação da região traduz os processos de urbanização das metrópoles brasileiras. A Urca, um bairro inventado sobre um aterro construído há 100 anos, preserva nuances de área residencial, em meio a instituições de educação e a movimentação de turistas.

Entre muitas interferências urbanísticas que arquitetaram a paisagem do bairro, no período seguinte à realização da Exposição de 1908, num horizonte de aquisição de novos objetos, ficou datada a construção de um dos mais retratados ícones das imagens cariocas. Em 1912, foi feita a instalação do sistema teleférico que deu acesso ao Morro da Urca e que, em 1913, chegou ao Morro do Pão de Açúcar (Novaes, 2020, p. 74) – ambos, atualmente, patrimônios culturais[64]. A empreitada obteve sucesso, transformando os locais em pontos turísticos da cidade muito procurados. Demonstram, assim, um exemplo do que Santos (2013) nos apresentou como uma interferência dos sistemas de objetos e sistemas de ações, através de uma engenharia única, em que estiveram envolvidas a Cia. do Caminho Aéreo do Bondinho do Pão de Açúcar e outras empresas, além do poder público, no bojo de uma intervenção local, que incluía a concessão de uso para tal realização.

Na Urca, os conflitos mais conhecidos não são marcantes aqueles implicando direito por moradias ou melhoria nas condições de vida. Ocorre que há, por parte do poder público, o reconhecimento de uma favela na área onde outrora foi construída uma vila residencial para funcionários do IBC – a Vila Benjamin Constant. Esta é situada a uma pequena distância da universidade, e é composta por um conjunto de modestas casas de alvenaria, que foram utilizadas pelos antigos moradores-servidores. Atualmente abriga um agrupamento populacional que possui necessidades semelhantes às de outros moradores da Urca: proximidade do local de trabalho, das atividades educacionais e de profissionalização, ou de condições de gerar alguma renda nas imediações, através de pequenas vendas, como artesanato; além de acesso ao lazer.

[64] Monumento Natural Morros do Pão de Açúcar e da Urca. Decreto Nº 26.578/2006. Disponível em: https://mapas.rio.rj.gov.br/lbb.php (sítio declarado Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural UNESCO).

É no Morro da Babilônia, Leme, e em outros morros do território, onde se erguem contradições maiores. O bairro do Leme, assim como a Urca, foi ocupado, nas primeiras décadas de domínio estrangeiro no país, com a motivação de proteção continental. Em primeiro lugar, por agrupamentos militares em diferentes regimes[65] e, posteriormente, por áreas que se expandiram em função da adesão ao "progresso". Tais avanços se referem ao campo da construção civil na ampliação e organização da cidade e aos efeitos das atividades culturais artísticas e do modo de vida, sob o campo da indústria de transformação e dos meios de comunicação, introduzidos desde o final do século XIX.

Sob os mesmos processos descritos anteriormente, as superfícies genuínas dos terrenos foram sendo atingidas por recursos técnicos, distribuídos por apropriações, que passaram a servir à economia em curso – parte dessa área está inserida numa larga composição entre a natureza e a urbe, compreendida pelo Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, Área de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu[66]. De maneira geral, esses contornos vêm resultando das formas do uso desses bens, do emprego de mão de obra especializada, do domínio e normatização dos espaços para habitar. A esse respeito, cabe mencionar que as ocupações dos morros, onde se constituíram as favelas, em suas fases iniciais, eram pautas inconclusas nos debates da política pública, além de se contar com poucos estudos ou pesquisas acadêmicas acerca do tema. Segundo Brum e Knauss (2012), foi de maneira gradativa e sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas que tal intento veio se dando ao longo do século XX, desde o surgimento desse tipo de "habitação popular".

Em relação à averiguação mais detalhada, relacionada às populações das favelas desses bairros, foram encontrados vários dados

[65] Houve mais de uma demarcação de defesa: Forte do Anel (na Praia do Anel); Fortificação do Reduto do Leme (na ladeira de mesmo nome, no atual Parque da Chacrinha); e no mesmo morro: Forte do Vigia, Forte do Leme e Forte Duque de Caxias ao final da praia (Gerson, 1954, p. 174-177).

[66] O Decreto N. 37.231, de 5 de junho de 2013, criou o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, onde estão definidas: APA Morros do Leme e Urubu, Decreto N. 9.779/1990, Decreto N. 14.008/1995, Lei Complementar N. 32/1997, Lei N. 5.865/2015.

que demonstraram desigualdades entre os bairros e as favelas. Ocorreu que, por oportuno, no período estudado foram disponibilizadas diversas avaliações, requeridas por entidades interessadas na implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, que permitiram avaliações nessa direção.

E ainda, no escopo da análise das condições de vida, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos criou o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que é utilizado para medir desigualdades sociais: "O IDS varia de 0 a 1 e utiliza 8 indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico e busca caracterizar situações relativas ao domicílio e às pessoas. Esse instrumento permite analisar os territórios a partir dos setores censitários, ou seja, com um considerável nível de detalhamento". Nesse caso, foram utilizados indicadores de desenvolvimento, construídos a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, que se referem, por exemplo, às condições do domicílio, à infraestrutura básica da localidade, e aos moradores – número por domicílio, renda, formação, cujos resultados optamos por dispor em correspondência aos bairros e favelas estudadas, indicando lugar e IDS: Urca (0,749); Botafogo (0,733); Leme (0,723); Vila Benjamim Constant (0,599); Mangueira/RA Botafogo (0,568); Morro dos Cabritos (0,565); Chapéu Mangueira (0,564); Ladeira dos Tabajaras (0,549); Babilônia (0,544), Morro Santa Marta (0,542), segundo Data-Rio, 2010[67].

Do exposto, avaliamos que tais índices sugerem aprofundamento "de realidades" que coexistem nesse território, mesmo considerando a controversa que envolve os estudos quantitativos, quando feitos isoladamente.

[67] Conforme Tabela 2248 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo favelas – Município do Rio de Janeiro – 2010 (Aba 2) e Tabela 2248 – Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros – Município do Rio de Janeiro – 2010 (Aba 3). Disponível em: https://www.data.rio/documents/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97/about.

Abrangência e características das atividades extensionistas originadas no âmbito da Praia Vermelha

A Extensão Universitária na UFRJ teve força e concepção renovadas nos anos de 1980, após o período do regime civil-militar no país, cuja gestão não dava relevância à integração da Extensão ao ensino e à Pesquisa; nem tampouco à participação efetiva das universidades ou às articulações com grupos representativos na sociedade[68]. Assim, a UFRJ direcionou, nesse período, muitas das suas atividades extensionistas para a formação acadêmica, consoante à Política Nacional de Extensão que se desenhava para as instituições de ensino superior; e nesse processo assumiu papel de destaque, entre as diversas contribuições oriundas das instituições de ensino e nas etapas de elaboração de diretrizes e documentos. Dessa maneira, ao vislumbrarmos um recorte temporal e sobre a origem das ações (território universitário e áreas do conhecimento), buscamos posicioná-las no contexto educacional institucional e nacional.

A primeira menção legal sobre essa tarefa foi feita em 1931, que, conforme o Decreto nº 19.851, estabelecia no art. 42: "A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário". Tal inscrição consta no Estatuto de Organizações das Universidades Brasileiras – parte do conjunto de reformas propostas pelo recém-criado Ministério da Educação, no contexto da Revolução de 1930, do Ministro Francisco Campos (Leonídio, 2017, p. 47; Fraga, 2017, p. 407). Ocorre que um conjunto de normatizações se deu num contexto de disputa em relação às bases educacionais para todos os níveis da educação formal.

Em meados de Novecentos, a Extensão já havia alçado certa visibilidade e apresentava-se como uma reação às mudanças estruturais propostas na época. A reforma na Educação, junto com outras "reformas de base", expressão utilizada na época, fazia parte de uma luta pela transformação social do Brasil (Dantas, 2019, p. 43-44).

[68] De que são exemplos as atividades ligadas ao Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e ao Projeto Rondon, nos anos de 1960 e 1970.

Nessa conjuntura, a alfabetização é tomada como uma demanda prioritária em que as experiências, métodos e produções de Paulo Freire tiveram marcante influência sobre as proposições[69], tanto segundo Silva (2022, p. 32), outros estudos e documentos. A influência do educador Paulo Freire, desde então, permanece pulsante nos fundamentos teóricos da Extensão Universitária.

A Extensão Universitária brasileira, compreendida pelas influências europeia e norte-americana e pelas vivências latino-americanas – cujas contribuições são revistas permanentemente (Leonidio, 2017, p. 44; Fraga, 2017) – é resultante de experiências e de contendas que antecederam e sucederam a Constituição Federal de 1988. Certamente o artigo 207, que trouxe a indissociabilidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino, e o artigo 213, que no seu § 2º trata do apoio financeiro do Poder Público para essas atividades, foram determinantes para a integralidade dessa dimensão na vida acadêmica. Numa sucessão de acontecimentos, buscou-se garantir e avançar na efetivação desse tripé, em conformidade e aperfeiçoamento de seus propósitos.

Em 1987, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior foi imprescindível nessa jornada, mantendo-se como referência nas formulações de conteúdos e de estratégias mediante a travessia dos acontecimentos que sucederam à promulgação da Constituição de 1988, numa conjuntura de disputas no que dizia respeito às universidades (Leonidio, 2017, p. 59). Sobre as bases do Programa Universidade Cidadã (1997) apresentava-se, em 1999, o Plano Nacional de Extensão Universitária que, reformulado conjuntamente com a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), foi publicado em 2001. Tal plano é portador dos fundamentos da Política de Extensão (2012), igualmente conduzida pelo referido fórum.

Em tal conjuntura também se observou a atuação de representantes de instituições e setores de natureza privada e comunitária. Nessa ocasião foi fundado o Fórum Nacional de Extensão e Ação

[69] O educador Paulo Freire coordenou uma equipe que alfabetizou 300 trabalhadores rurais em apenas 40 dias. Esse foi o projeto-piloto do que seria o Programa Nacional de Alfabetização do governo João Goulart (cf. **Extensão ou Comunicação**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, na segunda orelha do livro).

Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias: o FOREXT[70].

Quando nos debruçamos nas edições dos Congressos de Extensão da UFRJ, na primeira década de 2000, constatamos que os projetos, os programas, os cursos, os eventos, e prestações de serviços haviam atingido mais significativamente longínquos lugares em relação ao CPV. Diante de tal configuração levantamos hipóteses relacionadas:

i) À condição de provisoriedade à qual esteve submetida a constituição do CPV, relacionada ao início das atividades administrativas, anos antes da inauguração do Palácio Universitário, em 1952, e depois às ocupações subsequentes de diversas atividades de ensino, devido à ampliação da UB – ao mesmo tempo, transitórias, posto que aguardavam a ampla sede edificada para suas instalações. Desde meados dos anos de 1930 esperava-se uma definição de projeto e localização para a Cidade Universitária, período em que se observa um longo tempo de colóquios, mergulhados nos ajustes dos projetos a contento das gestões políticas administrativas – uma vez que a Cidade Universitária deveria se tornar modelo para as universidades federais que se instauravam naquelas primeiras décadas de 1900.

ii) Ao processo de definição política que envolveu a Extensão Universitária, quando a universidade e o país se encontravam no período pós-ditadura. O momento de retomada e atualização dessas atividades estava inserido num contexto maior de afirmação democrática e de fortalecimentos das lutas sociais, que concebiam as classes na conformação das sociedades capitalistas, marcando uma fase pelo retorno de alianças entre universidades e segmentos populares da sociedade, ante desigualdades reconhecidas, voltando-se

[70] "O FOREXT foi instituído em outubro de 1999, mediante aprovação da Carta de Goiânia, durante o VI Encontro de Ação Comunitária e de Extensão promovido pela ABESC e pela ABRUC, (...)". Silva (2022, p. 41), nota 12. Ver sobre Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), hoje incorporada pela ANEC (https://anec.org.br/projeto/historia-da-educacao-catolica-aec-anamec-abesc-e-anec/), e Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC), (https://site.abruc.org.br/abruc).

as ações para comunidades com maiores demandas, por sua vez situadas no entorno da Cidade Universitária, no *campus* do Fundão. As ações passaram a ser alocadas nas proximidades da Cidade Universitária, como, por exemplo, no Município de Duque de Caxias (UFRJ, 2002). Depois, a ênfase se voltou às comunidades que se encontravam nos limites da Ilha, e comporiam o atual Complexo da Maré. O momento convergia à visibilidade que esse subespaço geográfico passou a ter em função da organização de suas comunidades, relacionada principalmente às condições de moradia. Naquela conjuntura, dos anos de 1980, a UFRJ assumiu compromissos claros na direção das classes populares, e esse encontro aconteceu, com evidência, no entorno da Cidade Universitária. A essa altura, a Reitoria havia sido deslocada para lá há alguns anos e, assim, veio se edificando a sede da universidade na Ilha do Fundão, onde também se encontrava a Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão (SR5), depois Pró-Reitoria de Extensão. A UFRJ caminhava no sentido da institucionalidade das ações extensionistas, e essa dimensão formativa ganhava relevância, assumindo seu protagonismo, como política do ensino superior.

iii) E, um terceiro ponto, à tradição assistencialista da Extensão Universitária, mesmo considerando as proposições mais atuais de aporte à transformação social e de atendimento às demandas técnico-científicas advindas da sociedade, em relação ao perfil do território destacado. A conjectura é de que há uma ordem de importância no atendimento às comunidades mais vulnerabilizadas e aos seus objetivos e, dessa forma, as práticas acabam se voltando prioritariamente às necessidades mais básicas da população, operadas pela prestação de serviços ou pela assistência a grupos ou comunidades. Assim, se levarmos em conta essa condição, pode ter havido (e estar se mantendo) uma inclinação para áreas em que as demandas sejam mais legítimas sob esse ponto de vista, enquanto o olhar que se volta para o território do CPV não seja interpelado por requisições características dessas práticas, mais tradicionalmente reconhecidas.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, cabe explicitar que as fontes principais sobre as ações foram os Anais do Congresso de Extensão da UFRJ, edições do II ao VI, encontrados em modo impresso e digital. Já, diferentemente dos cinco Cadernos de Resumos para a primeira década de 2000, os dados referentes ao I Congresso foram encontrados no Relatório de Gestão da SR5 1998-2002, onde consta não ter sido feita uma compilação de trabalhos como nos Anais. Por isso, os dados dessa edição estão ocultados nesta exposição, uma vez que foram tratados de maneira distinta.

A partir dos cinco Cadernos de Resumos (UFRJ, 2001; 2006; 2007; 2008; 2009) examinados, foram selecionados 372 Trabalhos de unidades e cursos do CPV, sendo suas informações sistematizadas em planilha Excell, a partir das seguintes variáveis: • Temática; • Número e Título do Trabalho; • Unidade(s)/Centro(s); • Público; • Problemática/demanda/objeto da ação; • Forma de Operacionalizar; • Objetivos do Projeto/Programa/Curso/Evento ou da Atividade descrita; • Objetivos da comunicação; • Relação: problemática no entorno *campus* – Qual?; • Relação com o *campus* – Qual?; • Público no e/ou do *campus*; • Referência ou menção a fundamentos teóricos; • Vinculação a propostas do governo federal.

Passemos às análises. As áreas temáticas foram assim agrupadas: 111 trabalhos na Educação; 90 em Direitos Humanos e Justiça; 87 em Saúde; 38 na Comunicação; 32 na Cultura; 9 na temática do Trabalho; 3 em Meio Ambiente; e 2 na Tecnologia e Tecnologia e Produção. Já, na distribuição quantitativa de trabalhos por evento, obtém-se:

Quadro 1 – Indicação quantitativa de trabalhos: Evento/*campus* da Praia Vermelha.

Edição e Ano	Total de trabalhos	Cursos ou unidades do *campus*
II Congresso 2001	86	40
III Congresso 2006	229	66
IV Congresso 2007	378	115
V Congresso 2008	378	77
VII Congresso 2009	340	74

Desses registros foram identificadas apenas nove ações cujas demandas comunitárias eram pertinentes ao público do entorno desse *campus* – o que respondeu ao "diálogo entre território universitário e suas imediações" pela Extensão. Nesses conteúdos puderam ser observados os aspectos qualitativos das *relações* que se deram pela Extensão: parceria institucional, grupos entre os moradores, como idosos e pessoas com necessidades especiais (designação à época), familiares de trabalhadores da área e comunidades vizinhas. Já entre os *objetos da a*ção (problemática/demanda), identificamos áreas significativas às características dos grupos de população: educação, cultura e saúde.

Quadro 2 – Relação entorno/objeto da ação.

Edição Ano	Título do Trabalho	Relação com entorno	Problemática/demanda /objeto da ação
VI CONG 2009	Copacabana e Terceira Idade: Atração e Exclusão	A problemática é analisada em bairro próximo ao ***campus***.	Acessibilidade e ambiente para idosos e pessoas com necessidades especiais.
VI CONG 2009	Mude o seu Olhar: o Desafio da Inclusão Social	Atividades conjuntas de ensino, pesquisa e extensão com instituição do território (IBC).	O ensino de disciplina sobre pessoas com necessidade especiais, conforme recomendação do MEC. Inclusão social de PNE.
V CONG 2008	Memória e Conhecimento – uma Proposta de Popularização da Ciência	Projeto envolve grupos presentes no território – crianças e adolescentes em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade.
IV CONG 2007	Clube dos Descobridores em: "Caminhos do Passado, Mudanças no Futuro" Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ - FCC	Projeto envolve grupos presentes no território – crianças e adolescentes em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.

IV CONG 2007	PROVE Terceira Idade e Copacabana – a Luta por Condições	Envolve grupo de população idosa em bairro próximo ao ***campus.***	Envelhecimento populacional. Condições de vida e direitos na terceira idade.
III CONG 2006	Clube dos Descobridores: um Espaço de Descobertas, Experimentação e Construção do Conhecimento	Projeto envolve grupos presentes no território – crianças e adolescentes em situação de rua e filhos/as de trabalhadores; usuários de serviços de saúde mental do CPV.	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade. Conhecimento.
III CONG 2006	Cinerama: Cineclube da Praia Vermelha	Ação cultural audiovisual propõe integração de comunidades acadêmicas e de comunidades do entorno.	Cineclube. Cultura audiovisual na formação contemporânea.
II CONG 2001	Universidade Popular – o Pré-Vestibular Comunitário da Praia Vermelha	Ação cultural audiovisual propõe integração de comunidades acadêmicas e de comunidades do entorno.	Acesso à universidade. Pré-vestibulares comunitários.
II CONG 2001	Projeto de Valorização do Envelhecer	Objeto da ação tem como público a população vizinha ao ***campus*** (além de outros grupos ou indivíduos).	Envelhecimento. Abordagem multiprofissional.

Diante da produção extensionista sistematizada, novas leituras sobre essa realidade foram possibilitadas. Interseção entre as informações permitiram recolhermos, por exemplo, ações que se destinavam a públicos sem restrições (*público amplo*), as quais poderiam atender a interesses de grupos integrantes do território; assim como também consideramos os públicos que vêm ao *campus*, quando as atividades são lá promovidas. Pudemos, então, conhecer as problemáticas demandantes das ações, que contemplaram *público amplo*, também as validando como acessíveis às comunidades próximas (sem que denote demanda específica), a saber: 1) Carência no intercâmbio entre países de língua portuguesa nas produções audiovisuais; 2) Práticas culturais. Iniciativas locais e populares. Pontos de Cultura do Rio de Janeiro; 3) Arquitetura. História. Palácio Universitário. Atividades culturais e científicas; 4) Mediação e divul-

gação científica; 5) Divulgação e publicação científica; 6) Direitos Humanos. Ditadura militar, saúde pública e movimento social; 7) Divulgação científica. Mediação em museus e centros de ciência; 8) Pluralidade sexual humana e suas expressões na sociedade contemporânea; 9) Cinema nacional. Cineclube; 10) Divulgação científica e popularização da ciência. Artes cênicas e ciências;11) Difusão de ciência e cultura; 12) Produção e divulgação audiovisual; 13) Direitos Humanos. Direitos humanos no cinema. Cinema como instrumento pedagógico; 14) Divulgação de temas jurídicos, sociais e econômicos; 15) Divulgação científica e popularização da ciência. Educação ambiental; 16) Neuropsicologia. Avaliação e reabilitação neuropsicológica; 17) Comunicação corporal. Comunicação corporal no contemporâneo; 18) Relação do homem com os recursos naturais. Linguagem audiovisual. Cidade; 19) Terapia Cognitivo Comportamental na DPA. Tratamento psicoterápico; 20) Cultura cineclubista; 21) Difusão da produção científica e cultural da UFRJ; 22) Elaboração e produção de mídias na área de divulgação científica (virtual); 23) Comunicação étnica. Meio de organização sociopolítica, instância espontânea de enunciação da identidade do grupo. Direito à Cidade (virtual); 24) Nova mídia. Desigualdade social e causas da pobreza (virtual).

Já na identificação de *público amplo* e público-alvo *definido*, foram selecionadas ações cujas problemáticas estão descritas, respectivamente, no quadro que segue.

Quadro 3 – Público amplo + público indicado em relação à problemática/demanda/objeto.

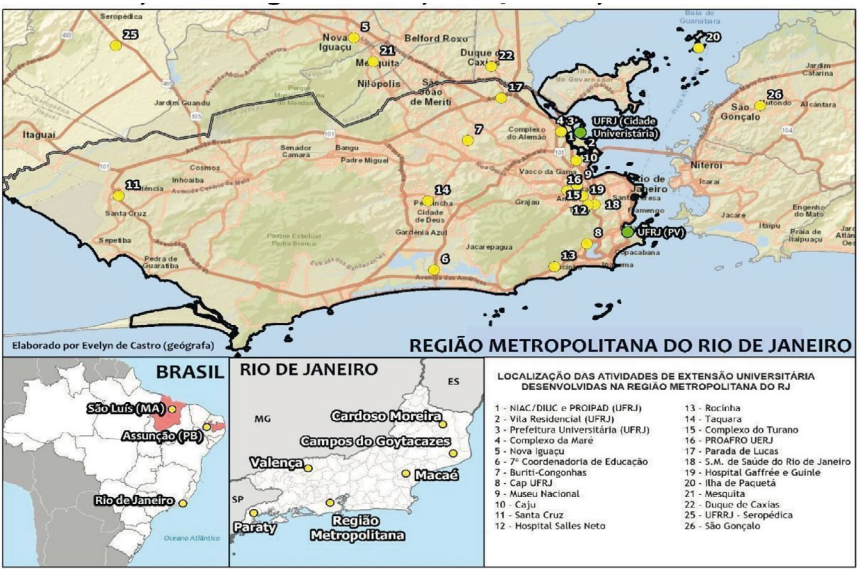
Público amplo + público alvo (indicado)	Problemática/demanda/objeto da ação
Público amplo + Alunos da ECO	Ensino e exercício do Jornalismo e da Comunicação.
Público amplo + Meninos em situação de rua, meninos "sem rua", escolas de ensino fundamental e médio, grupos de terceira idade	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade.
Público amplo + Professores e alunos de EM público	Divulgação científica e arte. Popularização da ciência e arte.
Público amplo + Professores e estudantes da Educação Básica	Divulgação científica e popularização da ciência. Exposições interativas.

Público amplo + Participantes do Clube dos Descobridores	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.
Público amplo + Participantes do Clube dos Descobridores	Divulgação científica e popularização da ciência. Oficinas. Mediação.
Público amplo + Estudantes e profissionais	Divulgação científica e popularização da ciência. Publicações e recursos didáticos e lúdicos.
Público amplo. Meninos em situação de rua, meninos "sem rua", escolas de ensino fundamental e médio, grupos de terceira idade	Popularização da ciência e inclusão social. Interdisciplinaridade. Conhecimento.
Público amplo. Estudantes de Comunicação Social, comunidades protagonistas dos vídeos	Áudio e vídeo na Comunicação Social. Potencial didático e comunitário, criatividade e a pesquisa de linguagem na produção de audiovisual.
Público amplo + Discentes	Sexualidade. Pluralidade sexual humana e sua expressão na sociedade contemporânea.
Público amplo. Estudantes universitários	Cinema marginal brasileiro. Linguagem. Identidade nacional, nos âmbitos cultural, político e social
Público amplo + escolares	Divulgação científica e popularização da ciência. Ciência e arte.
Público amplo + Professores universitários, do ensino fundamental e médio, alunos, artistas	Divulgação científica. Diferentes áreas do conhecimento.

Analisamos ainda, dentre o conjunto das experiências, aquelas que tinham *alguma relação com* campus – situação identificada nitidamente em um cento dos resumos, onde a maioria das ações se justificavam por "atividade(s) ou por alguma das atividades realizada(s) em unidade do CPV". Entre elas, o maior quantitativo era de ações que levaram o "público ao *campus*", deslocando as comunidades externas para a universidade.

Quanto às práticas extensionistas que não possuíam relações com o(s) território(s) estudados – além do envolvimento dos cursos ou unidades – foi possível identificar vários outros públicos e lugares, comunicados claramente nos trabalhos dos congressos, que somaram um quantitativo de 147 ações, nos informando por onde esteve a comunidade acadêmica do *campus* da Praia Vermelha. Ilustram, assim, a diversidade de iniciativas e de realizações que marcaram uma década tão importante para a afirmação da Extensão na UFRJ,

e para essa dimensão formativa no âmbito do ensino superior do país. Para esse conjunto de práticas extensionistas, destacamos os *lugares* de ações que mencionaram os bairros, favelas, outros agrupamentos ou instituições, bem como seus públicos. A partir dele construímos uma imagem cartográfica, buscando retratar o alcance dos projetos, programas, eventos, cursos e prestação de serviços no recorte definido na pesquisa, que assim resultou:



Considerações finais

Por fim, consideramos ter cumprido nosso principal objetivo ao examinar as ações de extensão do CPV sob a perspectiva do(s) territórios e lugares(s), para os quais foram dirigidas as atividades. A aproximação aos conceitos associados ao território e aspectos da urbanização na sociedade global permitiram a identificação das categorias que, na conjunção tempo-espaço, vieram conformando as imediações físicas e sociais do CPV. E assim, abrimos questionamentos acerca da abrangência de um território universitário.

O objeto dedicado a esse território universitário, conjugando a sua forma física- territorial a um histórico conglomerado urbano, em uma cidade onde se atualiza o movimento socioeconômico

sob a ordem globalizada, apontou uma série de questões a serem exploradas em novas abordagens. Tratou-se de uma proposta que contraria a importância incondicional dos meios de comunicação atuais, virtuais constituindo um problema em que se envolvem sobremaneira as relações presenciais e materializadas em intervenções. Essencialmente, são essas as reflexões e os elementos que dispomos para o debate, como contribuição ao conhecimento acerca dessa temática e, especificamente, em contribuição às dinâmicas das universidades, revisitando a sua importância a partir da Extensão, nesse lugar também de disputa pelo bem viver na cidade.

Referências

BRUM, M.; KNAUSS, P. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica. *In*: MELLO, M. A. S. *et al*. (org.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 121-139.

CAMINHA, J. V. Botafogo e a sua evolução urbana: um retrospecto. 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Reencuentros de saberes territoriales Latinoamericanos. Union Geográfica Internacional. **Anais**. Peru, 2013.

GODOI, F. R. S. **Territórios universitários:** o *campus* em Pirassununga. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2017.

HONORATO, C. O assistente social e as favelas. *In*: MELLO, M. A. S. *et al*. (org.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 141-167.

LEONÍDIO, Luciano Flávio da S. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras** (1987-2012). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

MAHLER, C. R. **Territórios universitários:** tempos, espaços, formas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação da FAU-UnB. Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2015.

MORAES, M. C. **No canto do isolamento:** loucura e tuberculose no Hospício Nacional de Alienados (1890-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2020.

MORAES, E. C. **Histórias, crises e tendências da atenção hospitalar pública na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) –

Instituto de Medicina Social H. Cordeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/19203. Acesso em: 12 jan. 2024.

NOVAES, B. **Urca 100 anos**. Apoio da Associação de Moradores da Urca (AMOUR). São José dos Campos: Somos Editora, 2022.

ROCHA, G. W. F. **A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro da Praia Vermelha à Ilha do Fundão** – O(s) sentido(s) da mudança. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas. PPG em Educação. PUC-Rio. Rio de Janeiro, junho de 2003.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008, p. 73-94.

SILVA, A. O. da. **Extensão universitária como práxis dialógica**: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PPGSS. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, M. A. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. *In*: SANTOS, Milton. **O retorno do território**. *In*: Observatório Social de América Latina. Debates. Ano 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

UFRJ. A universidade do Brasil no Novo Milênio. 2º Congresso de Extensão da UFRJ. **Anais**. Rio de Janeiro, 2001.

UFRJ. **Institucionalização da Extensão Universitária**. 3º Congresso de Extensão da UFRJ. **Anais**. Rio de Janeiro, 2006.

UFRJ. **Anais** do 4º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

UFRJ. **Anais** do 5º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

UFRJ. **Anais** do 6º Congresso de Extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://siac.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/04. Acesso em: 20 jan. 2021.

Os textos aqui apresentados são recortes de dissertações e teses desenvolvidas na linha de pesquisa 3 – "Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social" – do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). As pesquisas foram realizadas no âmbito dos grupos de pesquisa que compõem essa linha. O livro está dividido em três partes e cada seção é composta por três artigos de alunos pós-graduandos de um dos grupos de pesquisa, que compõem a mencionada linha.

LETRA CAPITAL

ISBN 978-65-5252-125-5